

UNIVERSIDADE PAULISTA

Talita Lucarelli Moreira

Tchau querida:

as novas direitas brasileiras mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas ruas e
nas redes no período de 2014 a 2019

São Paulo

2020

Talita Lucarelli Moreira

Tchau querida:

as novas direitas brasileiras mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas ruas e
nas redes no período de 2014 a 2019

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade
Paulista – UNIP, para a obtenção
do título de doutora em
Comunicação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Carla Reis
Longhi.

São Paulo

2020

Moreira, Talita Lucarelli.

Tchau querida: as novas direitas brasileiras mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas ruas e nas redes no período de 2014 a 2019 / Talita Lucarelli Moreira. - 2020

120 f. il. color. + CD-ROM.

Tese de Doutorado Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2020.

Área de Concentração: Contribuições da Mídia para Interação entre Grupos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Reis Longhi.

1. Comunicação. 2. Política. 3. Novas direitas. 4. MBL. 5. Redes.
I. Longhi, Carla Reis (orientadora). II. Título.

Talita Lucarelli Moreira

Tchau querida:

as novas direitas brasileiras mobilizadas pelo Movimento Brasil Livre nas ruas e
nas redes no período de 2014 a 2019

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade
Paulista – UNIP, para a obtenção
do título de doutora em
Comunicação.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Carla Reis
Longhi.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____/_____/_____
Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

_____/_____/_____
Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

_____/_____/_____
Prof^a. Dr^a. Carla Montuori Fernandes
Universidade Paulista (UNIP)

_____/_____/_____
Prof. Dr. Jorge Miklos
Universidade Paulista (UNIP)

_____/_____/_____
Prof^a. Dr^a. Carla Reis Longhi.
Universidade Paulista (UNIP)

Dedico este trabalho aos meus pais, meus maiores incentivadores, por acreditarem nos meus sonhos, não medindo esforços para torná-los realidade.

AGRADECIMENTOS

Ouço com frequência associações entre o doutorado e a solidão. Embora o processo de pesquisa e escrita seja em grande medida fruto de um esforço individual, os quatro anos que atravessam a execução da tese não seriam suportáveis se estivesse sozinha. O encerramento desta etapa foi facilitado pelo auxílio e presença de pessoas e instituições que merecem ser devidamente agradecidas.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP e a todos os funcionários e professores que foram peças fundamentais nesta jornada.

À Carla, pela prestatividade, compreensão, paciência e pela orientação sempre atenta.

Aos professores Jorge Miklos e Carla Montuori pela disponibilidade e por todas as contribuições ofertadas em suas aulas.

Agradeço também aos professores Paulo Roberto e Luiz Ademir por todas as contribuições generosas que foram fundamentais em meu processo de formação.

Aos meus pais pelo amor, suporte, incentivo, inspiração e por serem sempre presentes não apenas nesta, mas em todas as etapas da minha vida.

Ao meu irmão, pelo companheirismo, torcida e, principalmente, por ter me concedido o privilégio de ser tia do Pedro, que atribuiu novos sentidos a minha vida e tem me ensinado a ver o mundo por outras perspectivas.

Aos meus amigos Késsia, Marcella, Giani, Cleiton, Iara, Gustavo, Grazi, Ju, Thamiris e Flávia pela escuta empática e por compartilharem comigo tantos momentos que fizeram com que meus dias se tornassem mais leves.

Registro ainda a minha gratidão a todos que contribuíram de alguma forma em minha formação acadêmica e humana. Ademais, agradeço aos que acreditam na ciência e na educação como ferramentas imprescindíveis à sociedade.

RESUMO

A efervescência proporcionada pelas manifestações de rua que se espalharam pelo país desde 2013 causou trincas no cenário político brasileiro. Tornou-se evidente o crescimento do conservadorismo na sociedade e o fortalecimento de grupos de direita que surfaram na onda das manifestações, dando a seus discursos a abrangência sugerida pelas redes, contando com o suporte de grupos como o Movimento Brasil Livre. Por meio de ações *online*, o MBL conseguiu reunir números expressivos de manifestantes em atos *offline*, ocupando as ruas do país bradando contra a corrupção, que para eles estaria encarnada na figura do PT e de todos os que estivessem vinculados a esta sigla. As alterações sugeridas pela inserção das redes como arenas de conversação social para os campos da comunicação e da política, as novas direitas e as reconfigurações dos movimentos sociais e das manifestações de rua contemporâneas figuram como os principais eixos teóricos que fundamentam este estudo. Para melhor compreender como as novas direitas brasileiras se articularam e obtiveram a adesão de segmentos significativos da sociedade, propõe-se uma análise das postagens veiculadas à *fanpage* do Movimento Brasil Livre no Facebook, no período entre 2014 e 2019, utilizando a Análise de Conteúdo sugerida por Bardin (1977) como suporte metodológico. A pesquisa busca verificar de que forma o MBL se posicionou em momentos que compreendem três governos que representam siglas e projetos de país diversos, em especial nos discursos referentes à luta anticorrupção e ao antipetismo, ordenamentos discursivos vastamente utilizados pelo movimento que auxiliaram em grande medida no processo de adesão social às causas defendidas pelo coletivo.

Palavras-chave: Comunicação; Política; Novas direitas; MBL; Redes.

ABSTRACT

The effervescence provided by street demonstrations that have spread throughout the country since 2013 has caused cracks in the Brazilian political scene. The growth of conservatism in society and the strengthening of right-wing groups that surfed the wave of demonstrations became evident, giving their speeches the range suggested by the networks, with the support of groups such as the Movimento Brasil Livre. Through online actions, MBL was able to gather significant numbers of protesters in offline acts, occupying the streets of the country crying out against corruption, which for them would be embodied in the figure of the PT and all those linked to this party. The changes suggested by the insertion of networks as arenas of social conversation for the fields of communication and politics, the new rights and the reconfigurations of social movements and contemporary street demonstrations figure as the main theoretical axes that underlie this study. In order to better understand how the new Brazilian rights were articulated and obtained the adhesion of significant segments of society, it is proposed an analysis of the posts posted to the fanpage of the Movimento Brasil Livre on Facebook, in the period between 2014 and 2019, using the Content Analysis suggested by Bardin (1977) as methodological support. The research seeks to verify how the MBL has positioned itself in moments that comprise three governments that represent different parties and different projects to the country, especially in the speeches related to the anti-corruption fight and antipetism, discursive orders widely used by the movement that helped to a great extent in the process of social adherence to the causes defended by the collective.

Keywords: Communication; Policy; New rights; MBL; Social networks.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pesquisa Mídia Dados Brasil 2019	16
Gráfico 2 - Agrupamento de dados conforme a ordem de recorrência	93
Gráfico 3 - Recorrência das publicações anticorrupção.....	95
Gráfico 4 - Recorrência das publicações de antipetismo.....	98
Gráfico 5 - Recorrência das publicações de exaltação/exposição da direita ..	101
Gráfico 6 - Recorrência das publicações de convocação às ruas.....	103
Gráfico 7 - Recorrência das publicações do discurso contra o comunismo/ditadura	105
Gráfico 8 - Recorrência das publicações de ataque aos adversários ou à política tradicional	107
Gráfico 9 - Recorrência das publicações de visibilidade do MBL na mídia	108
Gráfico 10 - recorrência das publicações de apelo às políticas neoliberais...	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ano de 2014	71
Quadro 2 – Ano de 2015	71
Quadro 3 – Ano de 2016.....	72
Quadro 4 – Ano de 2017.....	73
Quadro 5 – Ano de 2018	73
Quadro 6 – Ano de 2019	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E REDES: RELAÇÕES, TENSÕES E RECONFIGURAÇÕES DOS CAMPOS.....	15
2.1 A CENTRALIDADE DA MÍDIA PARA A POLÍTICA: RELAÇÕES ENTRE CAMPOS SOB A PERSPECTIVA DA LITERATURA TRADICIONAL.....	17
2.2 AS REDES COMO NOVOS MECANISMOS DE CONVERSAÇÃO SOCIAL PARA A POLÍTICA	24
3 AS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS	35
4 MOVIMENTOS SOCIAIS, MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	45
4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE	51
4.1.1 Entre ruas e redes: manifestações e protestos no Brasil (2013-2016)	57
4.1.2 MPL e as jornadas de junho de 2013	59
4.1.3 As manifestações contra os megaeventos no Brasil em 2014	60
4.1.4 Movimento Brasil Livre e as manifestações pró <i>impeachment</i> de 2015-2016	61
4.1.4.1 Movimento Brasil Livre.....	63
4.1.4.2 Manifestações brasileiras de 2015-2016	65
5 METODOLOGIA E <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO MBL NO FACEBOOK	69
5.1 <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE: PUBLICAÇÕES DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) NO <i>FACEBOOK</i> ENTRE 2014 E 2019	76
5.2 AS NOVAS DIREITAS NAS REDES: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DAS POSTAGENS DO MBL NO FACEBOOK	92
5.2.1 Discurso anticorrupção.....	93
5.2.2 Antipetismo.....	97
5.2.3 Exaltação/exposição de políticos e/ou líderes de opinião e eleitores da direita	100
5.2.4 Convocação às ruas	103
5.2.5 Discurso contra o comunismo/ditadura	104
5.2.6 Ataque aos adversários ou à política tradicional.....	106
5.2.7 Visibilidade do MBL na mídia	108
5.2.8 Apelo às políticas neoliberais.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
7 REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

A cena política e social brasileira tem convivido de forma frequente com manifestações difundidas por grupos desassociados dos movimentos sociais clássicos e que se articulam predominantemente por meio das redes. Para além do fortalecimento das novas direitas no momento pós-manifestações de 2013, os discursos de aversão à corrupção, à política e o antipetismo se tornaram os agentes agregadores de segmentos heterogêneos da sociedade.

A ascensão de grupos das novas direitas, que já se articulavam nas ruas desde os atos de 2013, tomou corpo após o período eleitoral de 2014, que reconduziu Dilma Rousseff (PT) à Presidência da República. Após a reeleição da candidata petista, siglas como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua e o Revoltados Online iniciaram a coordenação dos protestos *pró-impeachment*. Os atos conquistaram grande adesão popular e tiveram a retórica antipetista, sob os gritos de “Fora, Dilma”, “Fora, PT” e “Tchau, querida”, como catalisadores das insatisfações populares com o partido e com o ambiente político de forma geral.

Conforme explica Moraes (2000), a ambientação dos mais diversos movimentos sociais ou políticos no ciberespaço busca promover a disseminação de ideias a grupos que estejam dispostos a interagir, apoiar, sugerir ou contestar as pautas por eles sugeridas. O meio virtual oferta a possibilidade de atrair novos adeptos e divulgar conteúdos em alcance global. A amplificação e divulgação dos debates sugeridos pelas novas direitas brasileiras são intensificadas com as redes sociais, que seguem a premissa de que qualquer usuário com acesso à internet poderia construir e compartilhar seus próprios conteúdos de forma interativa.

Utilizando-se das ferramentas ofertadas pela ambiência virtual, os grupos das novas direitas atuaram não apenas em função da organização dos protestos de oposição ao governo que reuniram números expressivos de pessoas nas ruas de diversas cidades do país entre 2015 e 2016, mas também na difusão de informações contra o PT, seus filiados e militância. Telles (2015) destaca que o pensamento de direita, o antipartidarismo, o antipetismo e a

ambiguidade a respeito do apoio à democracia estavam disseminados entre os manifestantes, e que parcelas médias da sociedade se encontravam atentas e sensíveis às propostas ideológicas da direita. Neste sentido, a sedimentação de discursos depreciativos a respeito do Partido dos Trabalhadores teve peso significativo no processo de deposição de Dilma Rousseff (PT) e nos desdobramentos que possibilitaram a eleição de uma ala mais radicalizada da direita para o Executivo Federal.

Embora os atos de rua coordenados pelos grupos das novas direitas tivessem à frente três movimentos distintos, sendo eles o Movimento Brasil Livre, o Vem pra Rua e o Revoltados Online, extinto desde 2016, o objeto de estudo desta tese diz respeito ao MBL. Além de ser o grupo com maior número de seguidores, com grande popularidade tanto nas redes quanto na mídia, o MBL se destaca também pela projeção conquistada no campo político brasileiro por meio da eleição de alguns de seus membros nos processos eleitorais municipais de 2016 e em cadeiras dos legislativos estaduais e federais em 2018.

Objetiva-se verificar nesta tese as estratégias adotadas pelo MBL em função de mudanças no cenário político nacional, buscando perceber como o grupo, que se unificou nas redes e nas ruas em busca de concretizar o grito de “Fora PT”, se comportou no período posterior à queda de Dilma Rousseff (PT), buscando perceber se há uma coerência discursiva que permaneça ao longo do tempo, compreendendo os governos de Michel Temer (MDB) e Jair Messias Bolsonaro (sem partido) ou se o eixo programático girava apenas em torno da retirada da esquerda do poder. Intenta-se ainda observar se o MBL manterá a consistência ideológica do discurso anticorrupção em contextos e governos diferentes.

O estudo proposto toma por base a hipótese de que a principal matriz que mobiliza o MBL é o antipetismo e que, diante de um novo cenário político no qual o partido tenha sido retirado do poder, alguns elementos ideológicos vão se diluir em função das conveniências em que os membros deste grupo se fundamentam. Através dos mecanismos de pesquisa apresentados, pretende-se analisar de que forma as ações do MBL se encerram no momento em que conseguem derrubar o inimigo, representado pelo PT.

O *corpus* de análise mobilizou as cinco publicações mais curtidas na

fanpage do MBL em um espaço temporal que compreende o momento de fundação do movimento em 2014, os atos *pró-impeachment* de 2015 e 2016, bem como o momento em que a deposição de Dilma Rousseff (PT) foi consolidada e estágios pontuais dos governos de Michel Temer (MDB) em 2017 e de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em 2019, bem como o período eleitoral de 2018. Acredita-se que a opção pela análise das unidades mais curtidas seja representativa dos conteúdos que obtiveram maior impacto e que trazem, sob a perspectiva empírica, as regularidades discursivas do movimento com maior adesão ante aos seguidores.

Pretende-se ainda nesta tese mobilizar conceitos teóricos que possibilitem lançar luz sobre os eventos que geraram impactos nos ambientes políticos e sociais brasileiros na contemporaneidade. A tese está dividida em cinco partes principais, sendo que no capítulo dois serão discutidos os desafios e dilemas nas relações entre os campos da mídia e da política em um contexto de transição tecnológica em que as redes estabelecem novas formas de conversação social. O capítulo três faz referência às novas direitas brasileiras, mobilizando autores que permitem desvelar o ideário que as unifica e suas principais matrizes mobilizadoras.

No quarto capítulo é feita uma breve contextualização histórica da dinâmica dos movimentos sociais brasileiros, além de contextualizar o cenário recente das manifestações que se espalharam pelo país entre 2013 e 2016. O quinto capítulo apresenta o *corpus* de análise e as oito categorias mobilizadas para facilitar na interpretação dos dados coletados, sob o amparo metodológico da Análise de Conteúdo sugerida por Bardin (1977).

Quanto à relevância da pesquisa tanto para as esferas acadêmicas quanto para a sociedade, parte-se do pressuposto de que por meio dos arcabouços teóricos vertebradores deste estudo e da análise empírica dos dados coletados, seja possível ceder ferramentas que auxiliem na compreensão do modo de ação e da disseminação de discursos das novas direitas, aqui representadas pelo MBL, que têm conquistado cada vez mais espaço na esfera pública.

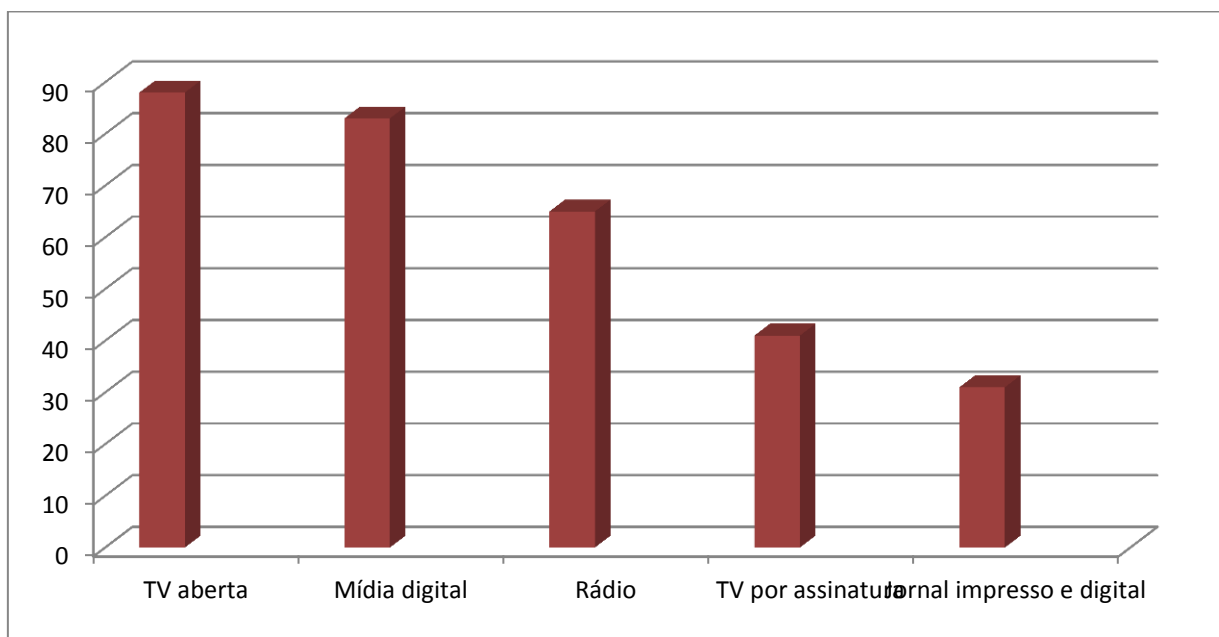
2 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E REDES: RELAÇÕES, TENSÕES E RECONFIGURAÇÕES DOS CAMPOS

As relações entre os campos da comunicação e da política têm sido alvo de numerosos estudos ao longo das últimas décadas. O entendimento de que a mídia tradicional ocuparia uma posição central na sociedade, como ambiente de divulgação de informações e discursos, que cumpririam um papel imprescindível na construção e na orientação da opinião e do conhecimento do público, se constituiu como predominante entre os pesquisadores do campo.

Embora a Comunicação Social possa ainda ser considerada como um vetor importante para o reordenamento político, a capacidade de agendamento dos veículos midiáticos tradicionais passa a competir com outros espaços e ferramentas, talvez de forma mais intensa neste período que nos anteriores. Em vista disso, torna-se importante compreender como se dá a passagem desse ambiente de Comunicação de Massa tradicional para um ambiente onde ela ainda existe e tem relevância, mas outros mecanismos de conversação social são dados pelas redes.

Conforme os dados apresentados pela *Digital News Report 2019*, o grau de confiabilidade nas notícias veiculadas pela mídia tradicional teve uma queda de 11 pontos em comparação com o ano anterior, chegando a 48%. A pesquisa aponta que a TV aberta e a internet são os principais meios de informação dos brasileiros, enquanto o impresso teve queda de 50% dos leitores desde 2013, alcançando a 27% do público. Os dados relativos às redes sociais mostram que 54% dos usuários do *Facebook* e 53% dos do *WhatsApp* os utilizam como meio de informação. Estes números podem corroborar com o fato de que os aplicativos de mídia social e de mensagens desempenharam um papel importante nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.

De forma complementar, os dados coletados por meio da pesquisa *Mídia Dados Brasil 2019* apontam que 95% dos lares brasileiros têm acesso à TV aberta, enquanto a abrangência do número de usuários de internet tem grau de penetração de 70,7%, colocando o país na quarta posição do *ranking* global de usuários. Quanto a penetração dos meios na sociedade, a pesquisa aponta para os seguintes números, dispostos no gráfico 1:

Gráfico 1: Pesquisa Mídia Dados Brasil 2019

Fonte: Mídia Dados 2019 – gráfico de elaboração própria

Ante ao cenário de transição tecnológica, Jenkins (2008) argumenta que as novas mídias, ao contrário do que se imagina, não irão substituir as antigas. A tendência é que sejam estabelecidas entre elas formas de interação cada vez mais complexas, que apontam para uma convergência midiática. “Os velhos meios de comunicação não estão sendo substituídos. Mais propriamente, suas funções e status estão sendo transformados pela introdução de novas tecnologias” (JENKINS, 2008, p.42). As comunidades online oferecem meios para que os usuários manifestem sua desconfiança nos conteúdos veiculados pela grande mídia e também sua insatisfação com a política, conforme explica o autor.

Nos próximos tópicos, pretende-se discutir a relação entre a comunicação e a política, sobretudo as alterações proporcionadas por um momento de transição em que as conversas sobre política são produzidas por outra lógica que não meramente a da comunicação de massa, fazendo com que a grande mídia deixe de ter o monopólio da narrativa agendadora.

2.1 A CENTRALIDADE DA MÍDIA PARA A POLÍTICA: RELAÇÕES ENTRE CAMPOS SOB A PERSPECTIVA DA LITERATURA TRADICIONAL

Embora em momento de transição, em que a Comunicação de Massa já não é suficiente para explicar a complexidade de fatos e eventos políticos, faz-se importante revisitar a literatura que trata da relação entre os campos. Ainda que conviva com novas ambiências e venha perdendo centralidade, a Comunicação, de modo geral, continua a ser um espaço de produção de sentido para a política.

A bibliografia clássica aponta que as instâncias comunicativas têm a função de ser o campo que organiza os discursos, além de dar um sentido para o mundo. A mídia é a instância de divulgação de informações e discursos, que cumpre um papel imprescindível na construção e na orientação da opinião e do conhecimento do público. No que tange à política, a presença de seus atores na mídia facilita a propagação de discursos e ideologias, além de lhes conferir poder.

Bourdieu (2004) define o poder simbólico como uma forma invisível de poder que só pode ser exercido em concordância com aqueles que a ele estão sujeitos. Uma espécie de mecanismo de poder que se dissemina de forma quase imperceptível no ambiente social, em especial por meio da comunicação e por vias discursivas, configurando-se como estruturas capazes de interferir nos processos de construção da realidade e equalização dos sentidos atribuídos aos fatos sociais. Na ótica do autor, as relações comunicacionais se estabelecem enquanto relações de poder, sujeitas ao capital simbólico ou ao material acumulado pelos atores do campo.

Bourdieu (2004) define o campo como sendo o espaço simbólico onde se estabelece um regimento e uma dinâmica próprios do ambiente, configurado por relações constituídas entre os indivíduos e as estruturas sociais. Os sujeitos nele inseridos se envolvem em disputas por posições hegemônicas dentro do grupo e se adequam às normas e aos códigos de valores determinados pelo campo.

A posição que um sujeito ocupa em um campo poderá ser determinada pelo poder que ele possui. Este poder está diretamente ligado à capacidade desse agente obter sucesso em seus próprios objetivos e interesses, bem

como à forma como intervém no curso dos acontecimentos e em suas consequências, conforme elucida Thompson (1998).

Para Bourdieu (2004), as relações que envolvem o campo comunicacional supõem mecanismos de exercício do poder. Rodrigues (1990) afirma que a legitimidade do *campo dos media* é delegada pelos demais campos sociais e tem sua estrutura e funcionamento vinculados aos objetivos e interesses de diferentes campos. Assim, o campo midiático faz a mediação entre assuntos próprios de campos específicos e a sociedade.

Ao tratar da delimitação do campo midiático, Rodrigues (2002) afirma que, por ser um campo de mediação social, contamina e é contaminado pelos outros campos sociais. Neste sentido, na relação com o campo político, há a possibilidade de que, ao divulgar determinado fato, o campo midiático altere a ordem da política. Por sua vez, lideranças públicas têm ciência da importância de buscar visibilidade midiática e lançam mão de estratégias para ocupar este espaço de produção de sentidos.

Quanto à natureza do discurso midiático, Rodrigues (2002) explica que os campos sociais, por serem restritos a determinados grupos, possuem uma linguagem bem específica. Cabe à mídia fazer com que tais discursos se tornem de fácil compreensão para o público. Ao tratar de política, por exemplo, jornalistas e/ou profissionais de marketing devem transformar questões específicas deste campo em estratégias de fácil entendimento para o eleitor. Isso é bastante evidente nas campanhas eleitorais, bem adaptadas à lógica midiática.

No que diz respeito ao campo político, Bourdieu (2004) salienta que o mesmo deve ser compreendido tanto como um espaço de lutas quanto de forças em constante disputa. A concorrência entre os agentes envolvidos gera fatos, acontecimentos e interpretações que podem ser determinantes para a escolha dos cidadãos. Tanto os partidos quanto os agentes políticos conduzem suas ideias orientados pela intenção da conquista de poder, tendo em vista a mobilização do maior número possível de pessoas em consonância com seus discursos. Desta forma, quanto maior for a força de mobilização de um partido ou de um agente político, maior será a notoriedade acumulada no campo da política.

As relações entre o campo midiático e o campo político implicam na compreensão de que ambos sofrem e exercem interferência mútua. O ambiente comunicacional serve à esfera política como forma de divulgação de temas relativos a seus agentes e lhes concede visibilidade, assim como o campo político serve à mídia na concessão de fontes oficiais que atribuem maior credibilidade às produções jornalísticas.

No tocante ao papel e influência da mídia, Hjarvard (2012) sugere que a midiática tornou-se eficaz para o entendimento de como os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante sobre as demais instituições sociais. O autor explica que o conceito foi utilizado a princípio em referência ao impacto e efeitos da comunicação para a política. Os ajustes aos quais o sistema político é induzido pelo campo comunicacional são evidenciados na formulação de discursos e declarações em temas que polarizam e personalizam questões em função de aumentar as chances de fazer as mensagens disseminadas se tornarem mais facilmente visíveis nos veículos de comunicação.

Miguel e Biroli (2010) apontam que a exposição dos atores políticos nos meios de comunicação provocou mudanças no discurso, que se adaptou às formas midiáticas, tendo em vista otimizar a difusão da fala e da imagem dos mesmos. Tornar-se notável na mídia é fundamental àqueles que pretendem ocupar posições importantes no campo político, exigindo uma gestão cuidadosa da forma como este agente será visto pelo público. A mídia teria se constituído como a principal articuladora na produção da agenda política. Isso teria ocorrido em função da possibilidade de formular pautas que podem ser capazes de moldar as preocupações públicas. Desta forma, os autores indicam que não é possível dissociar a política das ações midiáticas.

As mensagens transmitidas pelos veículos de comunicação tendem a orientar a opinião pública, que muitas vezes toma como referência os produtos por eles veiculados. A ampliação da presença midiática no cotidiano social fez com que o campo político tivesse a necessidade de se apropriar das estratégias e linguagens comunicacionais, alterando assim a dinâmica de atuação de seus agentes.

O processo de comunicação política não só obriga a todos que dela se utilizam a se adaptar a seus moldes como também pode alterar a recepção das

mensagens, sendo capaz de influenciar e até mesmo modificar a escolha dos cidadãos por um determinado candidato. Mattos (2010) afirma que é possível controlar a percepção da opinião pública através da comunicação. Por isso torna-se cada vez mais notável a utilização do marketing e de profissionais de comunicação que, através de pesquisas de opinião, podem monitorar o desempenho dos governantes em exercício ou dos candidatos em busca do poder.

De forma complementar, Almeida (2010) expõe que, apesar de ser o discurso o principal produto da mídia, a política não é só o discurso e o marketing político não é só a publicidade. Segundo ele, o discurso é retomado a partir de memórias, lembradas ou esquecidas, de referenciais pré-construídos. Ele não nasce no sujeito. O contexto histórico, social e político é que vai condicionar quem poderá aderir ou não a uma causa, simpatizar-se ou não com a fala de um determinado ator político. O autor explica que o marketing político vai além das estratégias publicitárias; nele se incluem uma série de estratégias que visam trabalhar a credibilidade dos candidatos e provocar uma emoção positiva com seus discursos.

Dadas as referências que apontam para a centralidade da mídia para a política, destaca-se a importância da exposição midiática dos agentes políticos. Miguel e Biroli (2010) argumentam que a mídia seria o principal campo de contato entre a esfera política e a sociedade. Neste sentido, os veículos midiáticos atuam num esquema de substituição aos esquemas políticos tradicionais, o que reduziria o peso dos partidos políticos.

Canclini (2019) esclarece que a popularização das mídias, o enfraquecimento dos Estados e a descrença nos partidos são processos entrelaçados. A perda de poder e orientação da vida social por parte dos governos e partidos ocorre de forma articulada em um pacto entre as indústrias, corporações comunicacionais e sociedade. Decepcionados com a burocracia estatal, partidária e sindical, os cidadãos passam a recorrer aos veículos midiáticos e, mais recentemente, às redes como instrumento para garantir resoluções que as instituições não atendem. Desta forma, os veículos de comunicação de massas e as corporações tecnológicas se convertem em instâncias representativas por vezes mais fortes que o próprio Estado.

No que concerne ao argumento da substituição, Manin (1995) define três estágios referentes ao governo representativo, que seriam o governo parlamentar, a democracia de partidos e a democracia de público. Para o autor, os estágios não são coincidentes em um determinado período histórico, operando sempre na lógica da substituição. Desta maneira, assim como a democracia fundada no parlamentarismo foi superada pela democracia de partidos, assistimos hoje à transição deste modelo para a democracia de público, que encontraria na esfera midiática uma arena de mediação entre o campo político e a esfera civil, além de se configurar como um ambiente de visibilidade e debate entre os agentes.

Manin (1995) afirma que a transição para uma democracia de público implica a personalização das campanhas. Se antes eram os partidos que coordenavam e protagonizavam as disputas, a cena agora se estabelece na figura dos atores políticos. As marcas da importância da mídia para a democracia de público se evidenciam não somente na personalização das campanhas, mas também na volatilidade eleitoral. Manin (1995) argumenta que o eleitor, no contexto da democracia de público, tende a definir seu voto orientado pelos estímulos recebidos através dos conteúdos que foram a ele apresentados, em especial pelos meios de comunicação. Pensando nas lógicas estabelecidas num cenário em que a conversação entre as pessoas se dá menos verticalmente pela comunicação de massas, a ambientação das campanhas nas redes virtuais pode permitir que candidatos e apoiadores estabeleçam contato mais direto com o público, sem a necessidade de mediação midiática para a apresentação de sua história e construção de suas narrativas e personagens.

Gomes (2004) aponta para o fato de que a política se relaciona com a comunicação desde o exercício do governo até a disputa eleitoral. A televisão, dentro desta lógica, exigiu que o campo político se reconfigurasse, adaptando-se à sua linguagem e adquirindo novas competências e habilidades. Seguindo a lógica de aproximação entre a comunicação e a política, os agentes políticos tendem a traçar estratégias que ampliem sua visibilidade pública. Uma vez que a gerência do espaço cabe aos meios de comunicação, resta aos entes políticos recorrer à mídia e incorporar seus processos produtivos. Os discursos

dos atores políticos passam a seguir a lógica do entretenimento, visando despertar emoções diversas nos eleitores/espectadores.

Tomando por base a conceituação de que a mídia seria responsável por controlar o fluxo de informações e notícias, o campo se apresentaria como uma variável importante na construção da agenda política do país. Entram em pauta nos veículos comunicacionais as questões consideradas relevantes, de forma que o cidadão comum tende a entender como mais importantes as informações em destaque na mídia, conforme explicam Miguel e Biroli (2010)

Estes autores salientam ainda que, apesar de fixarem a agenda pública, os agentes com maior capital político também são capazes de orientar os noticiários. No complexo jogo de influências entre a mídia e a política, deve-se reconhecer o potencial de interferência do campo da comunicação na dinâmica social na medida em que amplia a exposição dos agentes e de seus discursos aos olhos do público.

Conquanto os campos da política e a esfera midiática possuam relações de proximidade, Gomes (2004) aponta para o fato de que podem operar por naturezas distintas e até mesmo incompatíveis. Segundo o autor, o campo da política é da ordem da imprevisibilidade e pode ser pensado a partir da tríade aristotélica que engloba como elementos a participação, a argumentação e a deliberação. Portanto, prevalece a arte retórica, na qual se valoriza o convencimento por meio dos argumentos e da racionalidade. Neste embate, não há previsibilidade de quem pode se sair melhor. Isso explica o caráter imprevisível e as reviravoltas observadas nas disputas presidenciais tanto de 2014 quanto de 2018, destacando ainda o fato de que, no processo eleitoral mais recente, as mídias digitais exerceram um papel de destaque na delimitação dos resultados.

Já o campo da mídia, segundo Gomes (2004), surgiu de uma demanda do sistema produtivo capitalista, que precisa de uma vitrine para exhibir os seus produtos culturais. Por isso, atende a uma lógica publicitária, de criar uma demanda planejada e, portanto, previsível. Estaria, assim, articulado à ideia de indústria cultural. Neste caso, há previsibilidade porque uma de suas finalidades é o lucro e atende a interesses mercadológicos.

O autor, portanto, articula um questionamento sobre as razões pelas quais a política e os campos sociais se sentem obrigados a recorrer à mídia.

Ele expõe duas premissas para compreender a política espetáculo, ou seja, para entender o motivo da aproximação entre os dois campos. Primeiramente, argumenta que, numa democracia de massa, torna-se fundamental a mediação entre os atores políticos para manter contato com o público. Isso ocorre via meios de comunicação de massa e, atualmente, também pelos meios digitais. A segunda premissa é a de que há uma demanda cognitiva por parte do indivíduo sobre o atual estado do mundo e cabe à mídia ser a fonte de informações privilegiadas, por se constituir como referencial de mundo, conforme aponta Rodrigues (1990).

A acomodação do discurso político à lógica midiática não se dá de forma tranquila. Há uma relação tensa entre os dois campos que pode ser compreendida pela própria lógica que rege os campos sociais. Bourdieu (2004) aponta para o fato de que as relações comunicacionais se encerram em relações de poder, que dependem do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes e instituições nelas envolvidos. Estes sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturantes e estruturados de comunicação, cumprem uma função política de imposição ou de legitimação da dominação. Sabendo-se da concorrência das instâncias comunicativas com novas ambiências capazes de reconfigurar e redefinir as conversações e a agenda, resta saber se essas tendências são de alguma forma acentuadas ou atenuadas.

Para além das questões relativas às tensões destacadas na relação entre os campos, Lima (2015) frisa que os grupos midiáticos brasileiros têm contribuído para a construção de uma cultura política de desqualificação sistemática da política e dos políticos. A desconfiança arraigada à política e a seus atores pode contribuir para que sejam reforçados argumentos que enfraqueçam não apenas os sistemas representativos, mas os regimes democráticos de forma geral.

A desqualificação sistemática da política e dos políticos, portanto, se enquadra na tentativa dos oligopólios de mídia não só de se legitimarem como “mediadores” (intermediários) entre a população e o espaço público, mas, sobretudo, de se constituírem na única instituição credenciada a fazer tal mediação. Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham

contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p.101).

É válido destacar que os autores mencionados trabalham, até por uma questão do momento em que tais discussões foram formuladas e publicadas, fundamentalmente com os meios de comunicação de massa, apontando para a centralidade deste campo para a política. Neste sentido, o próximo tópico pretende discutir de que forma as redes sociais e a ambiência virtual de modo geral reconfiguram os cenários e a relação entre os campos; e que as mídias tradicionais, embora continuem relevantes, não são tanto quanto o foram em momentos anteriores.

2.2 AS REDES COMO NOVOS MECANISMOS DE CONVERSAÇÃO SOCIAL PARA A POLÍTICA

No tópico anterior, foram destacadas as relações entre a mídia e a política sob a perspectiva de autores que são referência para a literatura tradicional do campo. Lançar luz sobre este momento de transição em que há um mundo mais multipolar na formação das agendas, num contexto de desintermediação, torna-se essencial para que se possa compreender de que forma as redes, enquanto novas ambiências de conversação, reconfiguram as relações entre a mídia e a política.

A virtualização da vida cotidiana implica alteração da lógica por meio da qual a sociedade se relaciona com as instituições. A política, a educação e a arte já não estão essencialmente ligadas a lugares específicos, a estruturas físicas e geográficas fixas. A ambiência virtual permite que indivíduos possam tornar-se participantes das mais diversas ações e instituições sociais, ainda que distantes fisicamente. A internet possibilita que as experiências humanas não estejam somente vinculadas a contextos locais ou nacionais, mas a um universo globalizado, conforme salienta Hjavard (2012).

Thompson (2018) destaca que as redes sociais permitem que os indivíduos criem e mantenham relações com outras pessoas, algumas das quais conhecem apenas por intermédio da virtualidade. Forjam-se novas formas distintas de interação social *online*, produzindo uma rede em constante expansão de relacionamentos sociais com diferentes graus de familiaridade,

fragilidade, dotada de trocas de conteúdos simbólicos em múltiplos formatos e modalidades (vídeos, mensagens, comentários, fotos, *feeds* de notícias etc.).

Em consonância com a teoria da convergência enunciada por Jenkins (2008), Thompson (2018) elucida que, nos contextos reais da vida cotidiana, diferentes formas de interação midiática são entrelaçadas, de forma que os indivíduos transitam e interagem simultaneamente com plataformas diversas. Não é raro que se envolvam em discussões face a face com familiares ou amigos, enquanto assistem a conteúdos televisivos e, simultaneamente, interajam com outros conteúdos e pessoas por meio de dispositivos tecnológicos como os *smartphones*. Neste ambiente “polimidiático”, os meios de comunicação coexistem e disputam pela atenção dos usuários, que se alternam constantemente entre eles.

Atentas a isso, as organizações midiáticas se organizaram em vias de disponibilizar seus conteúdos tanto nos moldes tradicionais de transmissão via TV, rádio ou em jornais impressos, quanto na ambiência virtual. Neste sistema misto de mídia, as informações são disseminadas nos formatos *online* e *offline*, definidos por Chadwick (2013) como híbridos. O fluxo de informações em múltiplas plataformas dado pelos oligopólios midiáticos convive na ambiência virtual com discursos provenientes de mídias alternativas (*Wikileaks*, *Huffington Post*, *Reddit*, etc.) e com os conteúdos publicados por fontes diversas, muitas delas anônimas, nas redes sociais.

As ambiências digitais deram origem a esferas comunicacionais diversas das sugeridas pelas mídias tradicionais. Embora ambas respondam prioritariamente a interesses financeiros dos grupos empresariais que representam, as redes sugerem a seus usuários a sensação de individualidade e gratuidade, opacizando o fato de operarem em vias mercadológicas com o *marketing* e a realização de negócios relativos à venda de informações, sugere Costa (2019). Ademais, a suposta gratuidade e universalidade da informação sugeridas pelas redes acabam por converter os usuários em insumos para o mercado.

Para além das relações não explícitas entre os complexos empresariais tecnológicos e seus usuários, Canclini (2019) pontua que os vínculos entre a comunicação e a política estão sendo redesenhados pelas tecnologias e corporações recém surgidas na sociedade moderna. As alterações impostas

pela inserção do uso massivo de dispositivos tecnológicos marcam a decomposição dos partidos e reconfiguram o modo de funcionamento dos meios de comunicação tradicionais. O movimento mexicano “YoSoy132”, que eclodiu em 2012 contra as alianças firmadas entre os campos da política e da comunicação, serve de ilustração para o processo descrito pelo autor. Entre as principais reivindicações dos manifestantes, em sua maioria jovens universitários que utilizavam as redes como forma de articulação e divulgação, figuravam a democratização dos meios de comunicação e o rechaço ao apoio midiático ao candidato às eleições presidenciais Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Alguns analistas liberais recomendaram aos grupos insurgentes que, se estivessem insatisfeitos, criassem um novo partido. Assim o fizeram, mas por vias não convencionais. Por meio de assinaturas coletadas pelos ativistas, foram lançados e eleitos candidatos independentes, como Pedro Kumamoto.

Articulações virtuais semelhantes às mexicanas, como a Primavera Árabe em 2010 e as manifestações brasileiras de 2013, demonstram que as redes sociais podem amplificar vozes ao proporcionar debates em uma ambiência que favorece a repercussão em massa dos conteúdos propagados. Ainda que plataformas como *Twitter* e *Facebook* possibilitem trocas de informações de origem diversa, estimulem discussões e até mesmo a articulação de eventos que extrapolem a virtualidade, tomando as ruas, a arena virtual tornou-se um espaço fecundo para a disseminação de notícias falsas. O disparo automático de conteúdos se converte em uma potencial ferramenta para manipulação dos debates engendrados nas redes, em especial em momentos de maior relevância política. Desta forma, os meios virtuais têm permitido a adaptação de velhas estratégias políticas de difamação e manipulação de debates públicos, agora em maior escala e alcance, como afirma Ruediger (2017).

Embora prometam horizontalidade e participação, as redes sociais geralmente dão origem a movimentos de alta intensidade e curta duração. Nossas opiniões e comportamentos, capturados por algoritmos, tornam-se subordinados a corporações globalizadas. Ainda que alguns setores consigam se reinventar e conquistar vitórias parciais (por direitos humanos, pela igualdade de gênero, contra a destruição ecológica etc.) com a mobilização

virtual, o uso neoliberal das tecnologias mantém e aprofunda as desigualdades crônicas do capitalismo. Plataformas como *Google*, *Facebook* e *Amazon*, ao reformatarem o poder político-econômico, redefinem o sentido social: diferentes modos de sentir, produzir, consumir e até mesmo a tomada de decisões, se tornam agrupáveis e comparáveis quando convertidos em algoritmos nas redes. Estas siglas não representam apenas os maiores complexos empresariais de inovação tecnológica, atuando também como protagonistas do processo de reconfiguração dos modos de interagir e conviver em sociedade, destaca Canclini (2019).

Ruediger (2017) pontua que a construção dinâmica dos debates e a disputa de narrativas na internet e nas redes sociais convertem-se em dispositivos que podem levar à busca de hegemonias na política, abrindo espaço tanto para discursos factuais e legítimos, quanto para discursos não factuais e não legítimos (*fake news*). Dada a facilidade de disseminação de opiniões ofertada pelas redes, a automatização de ferramentas de publicação propiciou o surgimento e a utilização de robôs – contas que operam por meio de *softwares* que simulam a atividade humana e participam ativamente dos debates ambientados na virtualidade.

A interferência dos perfis automatizados nos debates virtuais atinge diretamente os processos políticos e democráticos ao manipularem a opinião pública. Davis *et al* (2016) chamam a atenção para o fato de que a ação dos robôs pode produzir uma opinião artificial ou fabricar dimensões irreais de determinados eventos ou figuras públicas, ao disseminar em largas proporções narrativas referentes a temas diversos, como se os conteúdos artificialmente propostos tivessem ampla adesão social.

No tocante às reconfigurações trazidas pelas redes tanto para a mídia quanto para a política, historicamente, os jornalistas e outros profissionais de mídia nunca foram transmissores neutros, mas partes interessadas que, no processo de construção das notícias, agem com base em códigos editoriais e éticos específicos do campo midiático, além de responderem aos interesses e prioridades econômicas das instituições que representam. Enquanto atores institucionais atuam como *gatekeepers*, que moldam os fluxos de comunicação, do que e de quem terá visibilidade, desempenhando um papel importante na

adaptação de condutas do campo político em vias de não tornar invisíveis seus agentes.

Entretanto, as formas de interação engendradas pelo campo político na ambiência virtual perturbam o papel dos *gatekeepers* institucionais e, conseqüentemente, a capacidade de determinação da agenda pelos oligopólios midiáticos, ao introduzir na cena numerosos atores capazes de utilizar novas formas de comunicação para interagir e comunicar com outros. Os profissionais de mídia agora competem com um número crescente de plataformas, fontes de informação e usuários capazes de produzir conteúdos e de se comunicar com outros distantes, sem a necessidade de passar pelos filtros impostos pelas organizações midiáticas tradicionais, como pontua Thompson (2018).

Santos Jr e Albuquerque (2019) destacam que os meios de comunicação de massas foram considerados por muito tempo como centrais para a comunicação política. Para além das funções de controle da produção e do fluxo de notícias, destaca-se o caráter elitista das publicações jornalísticas ao favorecer e dar visibilidade desproporcional a uma pequena elite política. Embora a mídia tradicional nunca tenha reinado sozinha, convivendo meios de publicação alternativos de menor alcance, foi com a emergência da internet que o declínio da centralidade dos oligopólios midiáticos se tornou mais evidente. O tráfego de informações nas redes se estabelece sem a mediação jornalística, de forma que os dados compartilhados por *fanpages*, agentes políticos ou por criadores de conteúdos tenham maior alcance e visibilidade que os canais jornalísticos oficiais.

Fora a possibilidade de tornar virais os temas e debates propostos sem os filtros impostos pela mídia, alguns agentes do campo político optam por falar com suas bases eleitorais e interagir com a sociedade por meio das redes sociais. Os presidentes dos EUA e do Brasil, Donald Trump e Jair Messias Bolsonaro, são exemplos de políticos que fazem uso frequente das plataformas digitais como forma de comunicação. Seja pelo *Twitter*, *Facebook* ou *Instagram*, comunicam-se em linguagem pouco formal, demonstram sem pudor suas opiniões e emoções, lançando mão de estratégias que não só lhes permitem interagir de forma mais próxima e direta com um amplo número de cidadãos, como também de driblar o rigor do controle de produção dos veículos

mediáticos tradicionais, frequentemente atacados e descredibilizados por ambos.

As novas formas de comunicação reconfiguradas pelas redes fazem com que o campo mediado da política moderna se configure como um campo de batalha no qual os atores políticos fazem uso de múltiplos canais de comunicação, sejam eles veículos tradicionais, como a TV e os jornais impressos, ou redes, como forma de intervir no campo, perseguir suas agendas, exercitar o poder simbólico e confrontar o de seus adversários, além de defender sua própria reputação e tentar macular a do outro. A alta visibilidade dos agentes em múltiplas plataformas faz com que as fronteiras entre a vida pública e a privada se tornem ainda mais fluidas e cria uma arena instável em que o vazamento de informações e a divulgação rápida de ações podem configurar-se como ameaças à imagem dos agentes do campo (THOMPSON, 2018, p.43).

Embora a dinâmica das redes possa sugerir a ampliação das vozes em evidência na sociedade, o que poderia ter como consequência o fortalecimento da democracia, este potencial é freado, entre outros fatores, pela disseminação de notícias falsas, disparadas por meio de perfis automatizados. A irrupção de *trolls* nas redes, sejam usuários pagos para simular relações de apoio a determinadas figuras e instituições ou para linchar adversários ou robôs operados a partir de centrais ocultas, não apenas perturbam as regras de participação pré-digitais como, por vezes, a desencorajam, explica Canclini (2019).

Além da propagação das *fake news*, estes perfis também costumam utilizar a estratégia de compartilhar *links* maliciosos com a finalidade de roubar informações pessoais de usuários. Dados os padrões de comportamento humano na produção e consumo de conteúdos, os perfis são programados para postar e interagir, no caso dos algoritmos mais modernos, de forma a torna-los semelhantes aos usuários comuns e dificultar sua detecção tanto pelos usuários quanto pelos sistemas de detecção. Ações desse tipo fazem com que as redes sociais, utilizadas por tantos indivíduos como meios de informação, possam estar, entretanto, contribuindo para formar uma sociedade menos informada, manipulando o debate público e interferindo nos rumos políticos do país, como destaca Ruediger (2017).

O último processo eleitoral brasileiro, que conduziu Jair Messias Bolsonaro (sem partido) à Presidência é, neste sentido, bastante elucidativo. Refratário aos debates entre os presidenciáveis mediados pelos veículos midiáticos tradicionais, Bolsonaro conduziu sua campanha, com uma participação expressiva, nas mais diversas plataformas digitais, levando a questionamentos relativos à necessidade de regulação das campanhas nas redes e quanto ao disparo automático de notícias.

O acesso da população às mídias digitais e redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, deslocou o palco das disputas políticas dos espaços públicos para a ambiência virtual e elevou a participação popular no processo eleitoral de 2018, conforme destaca Costa (2019). Não obstante o fato de sermos levados a imaginar a ação e o interesse da sociedade pela política, em especial em períodos eleitorais, como algo benéfico, a dificuldade de regulação da procedência e da qualidade dos conteúdos postados nas redes pode colocar em suspeição a possibilidade de ocorrência de eleições justas e confiáveis.

A disseminação de narrativas e informações de conteúdo aparentemente verossímil, porém mentiroso, tornou-se popular durante a campanha que conduziu Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos em 2016¹. Para além das eleições de Trump, as *fakenews* tiveram impacto decisivo no *Brexit*, referendo que decidiu pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia, também em 2016¹. Em ambos os casos, destaca-se a atuação da empresa britânica de assessoria política *Cambridge Analytica*, sob propriedade de Robert Mercer. Embora os primeiros registros de atividade datem de 2014, a empresa tornou-se mais conhecida por atuar na análise de dados e inteligência estratégica das campanhas supracitadas.

O sequestro de dados foi fruto da ação de Aleksandr Kogan², pesquisador russo que, por meio de sua empresa *Global Research Science* (GSR), desenvolveu um aplicativo (*this is your digital life*) capaz de criar um perfil de personalidade dos usuários. Os dados coletados pelo pesquisador

¹ <https://oglobo.globo.com/mundo/facebook-cambridge-analytica-trabalharam-para-trump-apos-vazamento-de-dados-1-22510991>.

² <https://oglobo.globo.com/mundo/as-figuras-chave-do-escandalo-da-cambridge-analytica-22512997>

foram posteriormente vendidos para a *Cambridge Analytica*, tornando possível traçar perfis de preferência para o envio de publicidade política personalizada como forma de auxiliar a construção de uma opinião pública que favoreça seus contratantes.

Brittany Kaiser³, antiga funcionária da *Cambridge Analytica*, relata que a empresa trabalhava a coleta de dados em três frentes: políticas (filiações partidárias, práticas eleitorais), financeiro (situação financeira e hábitos de compras) e *Facebook* (páginas curtidas e informações no perfil). A interpretação dos dados coletados leva a cinco tipos de emoções e características, identificadas como: aberto a novas experiências, metódico, extrovertido, empático e neurótico. A partir deste modelo, identificaram 32 tipos de personalidades, permitindo que a empresa fizesse inferências sobre as pessoas com um índice de 95% de confiabilidade. Dentre as ações lançadas pela *Cambridge Analytica* nas, Brittany cita os anúncios feitos no *Facebook* e em outras redes sociais direcionados para cada um dos tipos de personalidade traçados, dependendo da finalidade da campanha.

Ademais, a empresa de assessoria política contava com ferramentas que permitiam monitorar em tempo real o sucesso das campanhas e a reação dos usuários a elas. Como exemplo ilustrativo, pode-se citar a atividade da empresa no caso específico do estado da Geórgia durante as eleições presidenciais americanas de 2016. Tendo identificado um número aproximado de 441,3 mil eleitores persuasíveis, sendo em média 100 mil deles negros, a consultoria impulsionou nas redes um vídeo de 1996, em que a adversária de Donald Trump, Hillary Clinton, chamava os jovens negros de “superpredadores”. Embora não existam dados que tornem possível afirmar o impacto dessa ação no processo eleitoral, Trump venceu na Geórgia com uma margem de 211.141 votos.

Entre os nomes envolvidos com a *Cambridge Analytica*, figura Steve Bannon, diretor executivo da campanha de Donald Trump em 2016⁴. No período anterior à campanha eleitoral, Bannon esteve à frente do *Breitbart*,

³ <https://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,as-pessoas-foram-enganadas-para-dar-algo-valioso-seus-dados-diz-brittany-kaiser,70003275070>.

⁴ <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-facebook-nix-bannon-trump>

portal de notícias de extrema-direita descrito por ele como sendo de direita alternativa (*alt-right*) e foi um dos idealizadores da *Cambridge Analytica*, aconselhando Robert Mercer a investir em pesquisa e captura de dados políticos.

A aliança entre Bannon e Trump teve seu sucesso fundamentado em uma agenda política conservadora e nacionalista, impulsionada em grande medida por estratégias de convencimento do eleitorado que passam pelo domínio do disparo automático e personalizado de boatos e notícias falsas. Após a eleição de Trump, Bannon tornou-se estrategista-chefe da Casa Branca no período de janeiro a agosto de 2017, quando foi demitido. O estrategista atua agora no comando de uma fundação que busca promover a chamada "direita alternativa" no mundo. A ideia é incentivar candidaturas com esse perfil que sejam também anti-*establishment*. Bannon teria atuado como conselheiro informal da campanha presidencial do candidato Jair Bolsonaro em 2018. Na época, Eduardo Bolsonaro, filho do então presidenciável, disse que o estrategista americano teria oferecido auxílio para as ações de campanha na internet e na análise de dados⁵. Assim como no caso do presidente eleito norte-americano, a campanha que conduziu Bolsonaro ao Executivo brasileiro foi também permeada por escândalos relativos a uma rede de boataria e disparo em massa de notícias falsas que implicavam seus adversários.

Conforme informações divulgadas pelo *Facebook*, a *Cambridge Analytica* coletou dados de 87 milhões de usuários⁶ e os utilizou para traçar perfis de preferência para o envio de publicidade política personalizada como forma de auxiliar a construção de uma opinião pública que favoreça seus contratantes. Consta ainda que a empresa estendeu suas atividades por 10 países, sendo coletados dados de 4,5 milhões de brasileiros sem consentimento prévio. Os escândalos judiciais e midiáticos envolvendo a empresa fizeram-na declarar falência e encerrar as atividades em maio de 2018. As investigações sobre transparência e uso ilegal de dados de usuários também implicou o *Facebook* e a figura de seu CEO, Mark Zuckerberg. A

⁵ <https://epoca.globo.com/filho-de-bolsonaro-diz-que-marqueteiro-de-trump-vai-ajudar-seu-pai-22963441>

⁶ <https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html>

empresa foi condenada em 2019 a pagar uma multa de 5 bilhões de dólares por falhar na proteção de dados de seus usuários⁷.

Conforme apontam os dados das pesquisas relatadas nas primeiras páginas deste capítulo, os brasileiros têm utilizado cada vez mais as plataformas digitais como meios de obter informações. Como já citado anteriormente, as campanhas eleitorais brasileiras em 2018 tiveram as redes como ambiência tanto na divulgação de discursos dos presidentiáveis em disputa quanto do eleitorado. A atuação de robôs no disparo de notícias e a dificuldade de checagem da veracidade dos conteúdos e dos perfis responsáveis pelas publicações são entraves na detecção das *fake news*.

Para além dos desafios impostos aos campos da comunicação e da política com a emergência de uma nova arena de conversação social, a disseminação de notícias falsas torna-se alvo de preocupação por se fundamentar não apenas na agilidade do fluxo de informações nas redes, mas também na curiosidade do público. Porcello e Brittes (2018) afirmam que a curiosidade das pessoas para o que foge do habitual ou que seja bizarro, excêntrico e incomum, é terreno fértil para que a mentira ocupe o lugar da verdade na geração de conteúdos.

Sousa (2018) alerta para o fato de que a democratização dos meios e dos mediadores facilitou o processo de disseminação de conteúdos falsos num domínio tecnológico ao alcance de um grande número de pessoas. O autor aponta que toda lógica da política tradicional foi subvertida, após o atentado envolvendo o presidentiável Jair Bolsonaro, em 6 de setembro de 2018, durante um evento de campanha em Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais. Enquanto a maior parte dos candidatos entendia como redes sociais o *Facebook* e o *Twitter*, Bolsonaro apostava no *WhatsApp*. Os conteúdos criados e direcionados a grupos específicos na rede se espalhavam entre os usuários e ganharam abrangência nas rodas de conversa e também em outras redes.

A disseminação das *fake news* é facilitada em grande medida pela forma como as pessoas interagem nas redes sociais, dando preferência para compartilhar dados e experiências com usuários que possuam perfis e

⁷ <https://canaltech.com.br/redes-sociais/facebook-e-condenado-a-pagar-us-5-bilhoes-por-caso-cambridge-analytica-144841/>

interesses semelhantes. Porcello e Brittes (2018) salientam que a circulação de informações nas bolhas formadas nas redes sociais é facilmente verificável quando o assunto é a política, sendo que cada usuário lê e interage com os conteúdos que seus pares escrevem e replicam, reforçando as mesmas convicções. Neste sentido, os robôs e o disparo automático de notícias, ao distribuir por meio do algoritmo as informações que cada bolha quer receber, contribuem para o acirramento da polarização numa sociedade em que há pouco espaço para o contraditório e para o debate.

Os referenciais teóricos utilizados na construção deste capítulo lançam luz sobre a emergência das redes como novas instâncias de conversação e apontam para os desafios aos atores do campo midiático e do campo político. Como apontou-se anteriormente, a expansão da interatividade na ambiência virtual não nos permite desdizer que a comunicação é central para a política; só não é possível pensar nas formas de conversação e debate sendo produzidas apenas nos parâmetros da mídia tradicional. Essa nova ambiência produz efeitos de conversação, de agendamento, de estímulo à desintermediação partidária e midiática. Quanto maior o número de usuários conversando sobre política nas redes, maiores são as chances de que essa conversação possa gerar certa identificação coletiva e certo movimento que não nasce das instituições já existentes. Neste cenário, a disseminação de notícias falsas é um desafio para os atores da mídia e da política, podendo acarretar na perda de credibilidade dos veículos de comunicação tradicionais, da classe política e até mesmo da democracia.

Num período anterior às eleições de 2018, o potencial de organização e de articulação proporcionado pelas redes pôde ser notado tanto nas manifestações de 2013, inicialmente organizadas tendo em vista demandas relativas à qualidade dos serviços e ao valor do transporte público, quanto nas manifestações *pró-impeachment* de Dilma Rousseff (PT), organizadas entre os anos de 2015 e 2016. Se as primeiras conseguiram expor fragilidades do governo federal e reduzir a aprovação popular da então presidente, as segundas contribuíram para acirrar a instabilidade do governo, culminando na deposição de Dilma, que havia sido reeleita no processo eleitoral de 2014.

No próximo capítulo, tem-se a apresentação dos grupos que ficaram popularmente conhecidos como novas direitas, representados neste trabalho

pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que terá sua origem e modos de ação melhor contextualizados. Compreender como estes grupos se articulam, em que se diferenciam dos tradicionais grupos de direita e quem os financia é essencial para que se consiga tecer algum entendimento a respeito dos acontecimentos políticos recentes da sociedade brasileira, além de servirem de ilustração para as reflexões trazidas neste capítulo a respeito das reconfigurações dos campos político e midiático a partir da inserção da ambiência virtual como arena de conversação.

3 AS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS

No rastro das formas de comunicação e sociabilidade engendradas pelas redes, surgem movimentos de vieses ideológicos, bandeiras e matrizes diversas. O momento pós-manifestações de junho 2013 marca o surgimento dos novos atores em cena. Movimentos das novas direitas, como MBL, já se articulavam nas ruas antes mesmo da formalização e divulgação da sigla. Os eventos serão melhor evidenciados no próximo capítulo, trazendo um breve panorama histórico dos movimentos sociais e dos atos que se espalharam pelas ruas brasileiras nos últimos anos.

Com uma pauta bem difusa, a princípio contra o aumento nas tarifas de transporte coletivo, as manifestações ganharam uma grande proporção e tomaram as ruas das principais cidades do país. Se no início movimentos sociais ligados à esquerda estavam à frente, depois tais protestos foram sendo incorporados por grupos conservadores de direita, que, posteriormente, tiveram grande projeção na política nacional, sendo atores importantes no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Em 2016, e na eleição de Jair Bolsonaro (na época PSL), em 2018.

Acredita-se que a intensificação da polarização do cenário político brasileiro nos últimos anos faça com que seja necessário resgatar alguns conceitos básicos sobre as concepções de direita e esquerda. Conceitos relativos à esquerda e à direita estão frequentemente presentes nos debates que envolvem o campo político. Oliveira (2004) esclarece que o critério normalmente utilizado para conceituar as duas ideologias, segundo a linha argumentativa de Bobbio (1995), é a postura que a sociedade assume acerca

do ideal de igualdade. Esta igualdade, conforme defende a democracia social, que está presente nos discursos esquerdistas, envolveria não apenas a paridade de direitos de liberdade, mas também direitos sociais como a educação e a saúde. Oliveira ressalta ainda que, por esses motivos, a democracia social seria mais igualitária que a democracia liberal.

A respeito da realidade brasileira, Oliveira (2004) destaca que a diferenciação entre direita e esquerda deve ser relacionada à possibilidade de ampliação dos direitos sociais para os cidadãos, conforme defendem os grupos de esquerda. A direita, por outro lado, defenderia um Estado menos interventor e uma maior abertura do mercado. No entanto, hoje, em função da complexidade da agenda pública, com temáticas tão diversificadas, tanto do âmbito econômico quanto comportamental, é importante buscar novas abordagens sobre tais conceitos. Bolsonaro, por exemplo, ao longo de sua carreira como deputado federal, em sete mandatos, defendia um Estado interventor, mas com uma pauta conservadora nos costumes. Ao se candidatar em 2018, porém, aderiu a uma agenda econômica neoliberal, tornando-se, assim, um candidato com posições claramente de direita.

Embora tenham conseguido se articular de forma massiva, agregando um número maior de manifestantes nas marchas *pró-impeachment* de 2015, os grupos de direita têm buscado enfrentar a hegemonia construída pela esquerda nos últimos anos, dando novos contornos aos protestos de rua no Brasil. Tatagiba *et al* (2015) evidenciam que a articulação do grupo “Cansei”, quem tem João Dória Jr. (PSDB), atual governador de São Paulo, como um de seus fundadores, teve início em 2007.

O ato organizado pelo grupo, inicialmente em solidariedade às vítimas e familiares implicados no acidente aéreo da TAM, transfigurou-se em críticas à gestão petista, que teria fomentado um caos aéreo. Com o apoio da OAB-SP, os manifestantes se articulavam em torno de cartazes de apoio às famílias ao lado de “Fora Lula”, “Cansei”, “Respeito” e “Basta”. Esta foi a única manifestação convocada pelo “Cansei” e, além do número pouco expressivo de manifestantes, o grupo teve como entraves o não reconhecimento da mídia e dos partidos de oposição ao PT. Tendo em vista o contexto de crescimento

econômico e as altas taxas de aprovação do presidente Lula (PT), manter as manifestações se mostrava como uma tarefa difícil, como relembram Tatagiba *et al* (2015). Novos gritos de “Fora PT” seriam ouvidos nas ruas apenas em 2013.

A crise de representação política foi evidenciada durante as manifestações de junho de 2013 e continua a configurar uma das linhas discursivas adotadas pelas novas direitas. Ainda que desfiram ataques generalizados à esquerda, esses movimentos dizem não militar em nome de um partido específico, embora sejam frequentemente vinculados não apenas ao eixo ideológico da direita, mas também a líderes que representem siglas correspondentes.

Ricci e Arley (2014) explicam que os eventos de 2013 não só evidenciaram como também aprofundaram um conjunto de sinais que revelam um desgaste profundo das instituições públicas no Brasil. Pesquisas realizadas no período apontam para um desgaste das estruturas de representação que foram se espalhando por todo campo institucional público. O Congresso Nacional e os partidos políticos figuravam nas últimas posições do *ranking* de confiabilidade das instituições brasileiras e se assentam em um cenário de intensa deslegitimação, tornando evidentes os sinais da crise de representação política em curso.

A sequência de mandatos petistas, que se alternaram entre eleições e reeleições de Lula e Dilma, modificaram determinados aspectos da sociedade brasileira. Em resposta, emergiram discursos de contraposição à esquerda, simbolizada pelo PT, sua ideologia e suas práticas políticas. Os discursos apresentados pela direita ganharam novas vozes e conquistaram força e poder de mobilização perante vários setores da esfera pública, conforme elucidam Chaloub e Perlatto (2015).

A direita brasileira voltou a crescer no parlamento em 2014, revertendo uma queda constante no número de representantes na Câmara dos Deputados, registrada desde 1998. Em 2010, os partidos situados no espectro conservador ganharam 36,3% das cadeiras, enquanto em 2014, conquistaram

43,5%, conforme destacam Codato *et al* (2015). Neste mesmo processo eleitoral, houve um aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais, ensejando o título de “Congresso mais conservador do período pós-1964”, como lembra Faganello (2015).

O fenômeno do avanço e da ação política das direitas brasileiras não pode ser restrito aos acontecimentos e eventos de 2015, com as manifestações *pró-impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Casimiro (2018) explica que há um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica. Essa representação política não partidária (traduzida em movimentos como o MBL), conservadora, atualizada, militante e muitas vezes truculenta, pode se configurar como aparelhos privados de hegemonia, organizando ações que foram ganhando amplitude e intensidade, assim como houve uma radicalização gradativa do discurso.

No início dos anos 1980, com o processo de abertura política, frações da burguesia do Rio de Janeiro e intelectuais ligados principalmente à Fundação Getúlio Vargas e com formação atrelada à Escola Monetarista de Chicago buscaram desenvolver uma nova estratégia de ação política e ideológica, inspirada no projeto do empresário inglês Antony Fisher, que fundou em Londres, por sugestão de Friedrich Hayek, o Institute of Economic Affairs (IEA). Foi nessa perspectiva que fundaram, em 1983, um aparelho de difusão do liberalismo, pioneiro em seu modo de atuação no Brasil, chamado Instituto Liberal (IL) (CASEMIRO, 2018, P.42).

Gros (2004) evidencia que os institutos liberais são organizações criadas por empresários para difundir os princípios do neoliberalismo no Brasil. A redemocratização política do período pós-ditadura proporcionou ao IL um ambiente adequado para sua atuação como *think tank* ideológico⁸.

⁸ Os *think tanks* surgiram nos Estados Unidos, na primeira década do século XX, com o objetivo de profissionalizar a política, ou seja, delegar a especialistas as discussões sobre os problemas estatais. As primeiras instituições voltaram-se para a temática da política externa e em seguida para as reformas do Estado. Expandiram-se a partir das décadas de 1960-1970, e suas ideias, agora mais amplas e englobando várias áreas, passaram a ser difundidas em revistas e jornais. Desde então, o crescimento desses institutos é contínuo e se pauta na defesa de determinadas correntes político-ideológicas, embora se apresentem como organizações independentes. No Brasil, o aparecimento desses institutos remonta à década de

Constituem-se como entidades civis, cujo principal eixo de atividade é a ideologia, a difusão de sua concepção de mundo, tendo o livre mercado como pensamento único. No contexto internacional, o neoliberalismo passou a ser o fundamento de políticas públicas no final dos anos de 1970, sobretudo nos anos de 1980, quando foi posta em prática pelos governos de Margareth Tathcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Com a crise econômica do capitalismo mundial, principiada pela crise do petróleo em 1973, o desemprego e a inflação, tornaram-se alvos frequentes de debate tanto em países desenvolvidos quanto naqueles considerados subdesenvolvidos. O colapso das soluções socialdemocratas deu espaço para que os discursos liberais emergissem com força. A onda neoliberal chegou primeiro no Chile, com a ditadura de Pinochet. Inspirado em Hayek, Friedman e na Escola de Chicago, o Chile conseguiu implantar, entre 1973 e 1989, a experiência liberal por meio da desregulamentação, repressão sindical e privatização dos bens públicos (ONOFRE, 2014; GROS, 2004). Nos demais países da América do Sul, o neoliberalismo se firma como política econômica dominante dos governos entre os anos de 1980 e 1990.

Entretanto, Gros (2004) ressalta que o pensamento neoliberal não surge nos anos de 1970, emergindo em debates econômicos europeus no início do século XX. Para representantes da Escola Austríaca, como Friedrich Hayek, a crise econômica poderia ser solucionada por meio de medidas como estabilidade monetária, redução dos gastos sociais e restauração da taxa de desemprego, o que enfraqueceria o poder de reivindicação dos trabalhadores e, assim, desestabilizaria os sindicatos. O mercado seria o único fator de ordenamento social e econômico e o Estado Mínimo se tornaria um fim a ser alcançado, baseando-se no entendimento de que o Estado deve interferir o mínimo possível na vida dos indivíduos e empresas, deixando livre o funcionamento da economia de mercado, como destaca Onofre (2016). Sobre o surgimento das políticas neoliberais, Friderichs (2016) destaca:

1940, com a criação da *Fundação Getúlio Vargas* em 1944. Nos anos de 1960, se destacam o *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais* (IPES) e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* (IBAD), os quais atuaram na crise que levou à deposição de João Goulart. A partir da década de 1980, ocorre o crescimento desses institutos, principalmente aqueles ligados às elites econômicas do país (FRIDERICHS, 2016, p.110).

A fundação da *Sociedade Mont Pèlerin* em 1947 marca, de acordo com Puella-Socarrás, o nascimento *in vitro* do neoliberalismo. Essa surgiu por iniciativa de Friedrich Hayek que reuniu uma série de intelectuais das áreas de economia, filosofia e história, na cidade de Mont Pèlerin (Suíça) para discutir o destino do liberalismo e fomentar um espaço de debates e produção em torno do que consideravam os perigos da sociedade da época e apresentar as propostas de superação desses males a partir da aplicação das doutrinas (neo)liberais. Por influência e orientação dessa Sociedade surgiram uma série de *think tanks*, centros de instigação e vínculos com universidades, que tinham por objetivo divulgar os autores e as principais discussões em torno do neoliberalismo (FRIDERICH, 2016, p.113).

Com a divulgação dos ideais neoliberais sendo empreendida em grande medida pelos institutos liberais, os recursos para sua manutenção são provenientes de doações de grandes grupos econômicos tanto nacionais quanto estrangeiros, como explica Gros (2014). Outra parcela dos recursos vem de convênios e parcerias com *think tanks*, fundações e organizações estrangeiras que fazem parte da rede internacional liberal.

Friderichs (2016) aponta que três fundações privadas se destacam como produtoras e divulgadoras das ideias neoliberais, sendo elas a *Sociedade MontPelerin*, o *Institute of Economic Affairs* (IEA) e a *Atlas Economic Research Foundation* (Atlas). Antony Fisher, seguidor das ideias de Hayek, fundou duas dessas *think tanks*: *Institute of Economic Affairs* (IEA), em Londres, no ano de 1955, e a *Atlas Economic Research Foundation* (Atlas), em Washington, no ano de 1981. Ambas as instituições objetivam explicar as ideias liberais e do livre mercado a públicos amplos, financiando pesquisas, projetos e a criação de institutos liberais ao redor do mundo. A Atlas⁹, como será melhor explicado nos tópicos posteriores, é uma das fundações que financiam grupos como o Estudantes pela Liberdade, coletivo que deu origem ao MBL. Conforme consta no perfil da corporação, a Atlas conecta hoje mais de 450 *think tanks* em aproximadamente 100 países.

No Brasil, o Instituto Liberal foi criado em 1983 pelo empresário Donald Stewart, no Rio de Janeiro. Rapidamente, a organização expandiu sua atuação

⁹ <https://www.atlasnetwork.org/>

com sedes em Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Salvador, conforme aponta Onofre (2016). Para Gros (2014), a vinculação dos institutos liberais brasileiros às redes internacionais de *think tanks* é fundamental não apenas por sua integração ao movimento ideológico internacional, mas também pelo fato de que o intercâmbio com organizações estrangeiras permite a troca de ideias, conhecimento e propicia o acesso a informações sobre fontes de financiamento e cursos de formação em instituições estrangeiras.

Entre as discussões a respeito das propostas de políticas públicas promovidas pelos institutos desde a década de 1990, muitas se encontram em consonância com as propostas apresentadas no Manifesto divulgado pelo MBL, em 2015. Entre as pautas em comum, encontram-se a flexibilização das leis trabalhistas, a reforma da previdência, aderindo à capitalização dos fundos, ao estabelecimento de sistemas de créditos tanto com relação à saúde, quanto à educação. Neste sentido, a população receberia um determinado valor anual e teria a liberdade de contratar os serviços nas entidades educacionais e de saúde de sua escolha.

Casemiro (2018) destaca que os grandes grupos econômicos que se articularam no por meio dos institutos buscavam dar maior organicidade a determinadas formas de ação coletiva, na construção de consenso em torno de sua concepção liberal de mundo e na operacionalização de objetivos político-ideológicos. A partir da segunda metade dos anos 2000, o discurso dos grupos de direita passa a apresentar uma maior dimensão de radicalidade. O constrangimento que mantinha as manifestações mais salientes e extremadas é abandonado, caracterizando o avanço da direita no Brasil. Conforme salienta Kaysel (2015), esse orgulho direitista recém adquirido parece contrastar com a história de uma sociedade em que, talvez devido aos vinte anos de ditadura militar, o termo “direita” assumiu conotação pejorativa. Tanto que, na década de 1990, pesquisas de opinião conduzidas no Congresso apontavam que até mesmo os políticos de siglas e posturas notoriamente de direita preferiam se classificar como de “centro”.

Embora alguns tenham se constrangido na identificação como direitistas em determinados momentos da história brasileira, as direitas constituem uma longa história no país, sem a qual se torna difícil compreender a atual onda reacionária da sociedade. Miguel (2018) esclarece que a direita nunca esteve ausente na cena política brasileira. Destaca-se, entretanto, uma reemergência desses grupos, que adquirem mais visibilidade e relevância, assumindo sem rodeios um discurso conservador e reacionário.

Após a América Latina ter vivenciado entre os anos de 1980 e 1990 governos de direita que adotaram amplamente a ideologia neoliberal, houve, no início dos anos 2000, uma virada ideológica com a ascensão de governos progressistas ao poder, marcando o ressurgimento das esquerdas na região. Após a “maré rosada” dos anos 2000, a direita tradicional tem ressurgido em alguns países. As “velhas direitas” são em alguns aspectos muito semelhantes à sua homóloga da era conservadora e possuem agora uma nova visão de mundo, amplamente baseada nas críticas às reformas e aos ganhos sociais das minorias propiciados pelo período em que as esquerdas governaram a região (CODATO *et al*, 2015, p.118).

Em consonância às afirmações de Codato *et al* (2015), Chaloub e Perlato (2015) afirmam que o fortalecimento dos discursos proferidos pelas novas direitas não são um fenômeno restrito à realidade brasileira. Vertentes distintas do pensamento direitista têm sido disseminadas em diversas partes do mundo nas últimas décadas, nutrindo-se da crise política e do Estado de Bem-estar social.

Para além da recente movimentação política brasileira, é válido ressaltar que há um notável crescimento sistemático das forças à direita em diferentes partes do mundo:

O fortalecimento de um novo discurso de direita não é um fenômeno restrito às fronteiras brasileiras. As últimas décadas registraram em diversas partes do mundo o surgimento de distintas vertentes de pensamento direitista, que se nutriram da crise, no campo político, do Estado de Bem-estar social e no plano teórico do marxismo, e que ganharam força ainda maior com a queda do Muro de Berlim. Essas novas torrentes ideológicas têm assumido, entretanto, tanto do ponto de vista intelectual, quanto político, feições e características diversas

da tradicionalmente esposadas pelo campo conservador e reacionário. (CHALOUB & PERLATTO, 2015, p.6)

Durante os anos de gestão petista, a direita compreendeu que havia espaço para radicalizar seu discurso. Miguel (2018) afirma que é preciso relativizar o uso do termo direita no singular devido ao fato de que existe hoje uma confluência de grupos diversos cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremados da direita brasileira incluem três vertentes principais, articuladas em torno do libertarianismo, do fundamentalismo religioso e da reciclagem do antigo anticomunismo.

A ideologia libertariana é descendente da Escola Austríaca e prega o menor Estado possível, afirmando que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa, por mais desigual que possa parecer. A respeito do fundamentalismo religioso, este se tornou uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais na eleição de seus pastores. Os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos. A ênfase em uma agenda moral conservadora se constituiu como um caminho para que os grupos de direita reconquistassem ao menos uma parte da base social perdida com as políticas de combate à miséria associadas ao PT. A terceira vertente da direita radical recicla o anticomunismo, apresentando como ameaça o “bolivarianismo” venezuelano. Apesar do centrismo de seu discurso e das práticas moderadas enquanto governo, o PT passou a ser visto como uma encarnação do comunismo, gerando uma notável sobreposição entre antipetismo e anticomunismo (MIGUEL, 2018, P.21-22).

Solano (2018) comenta que, quando falamos em novas direitas, faz-se referência a duas matrizes diferenciadas: neoliberal e neoconservadora. Tradicionalmente, essas duas matrizes apresentam-se como separadas e caminham com formas de organização diversas. Ultimamente, porém, a lógica neoliberal aproxima-se da neoconservadora, numa convergência que, embora

possa parecer incoerente, manifesta-se como bastante frutífera. Trata-se de duas racionalidades diferentes, mas que se aliam numa dinâmica de poder. Reformas neoliberais drásticas, cortes no orçamento, Estado mínimo, reforma trabalhista e uma série de medidas impopulares que precisam se legitimar ou se esconder sob discursos conservadores e se inserem no debate público brasileiro.

Os discursos propagados pelos grupos das novas direitas são tecidos em torno de inimigo comum, detestado por não aderir ao capitalismo sem ressalvas e por agirem sempre em defesa das minorias. Os comunistas agora militam e governam ao lado de perigosos grupos – retratados por neologismos como ‘feminazis’, ‘gayzistas’, abortistas – que pretendem solapar as bases morais da “humanidade normal” (CHALOUB & PERLATTO, 2015, p. 24-25).

Rocha (2018) destaca que, ainda, que a posse de recursos financeiros e organizacionais ajude a explicar parcialmente o êxito dos movimentos de direita, conseguindo mobilizar parcelas significativas da sociedade em prol de suas causas, há outros fatores a determinar o sucesso ou fracasso das ações, passando pela criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir de interações e conflitos entre grupos políticos, mudanças nas estruturas de oportunidades políticas que viabilizam momentos propícios para a ação de determinados grupos e, nos últimos anos, a habilidade no uso das mídias sociais, o que acabou por se configurar como fator crucial para o fortalecimento das novas direitas no Brasil em meio aos ciclos de protestos pró-*impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

As novas direitas se articulam em torno de discursos que mesclam ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. Para além das associações com o neoliberalismo e a intervenção estatal mínima, estes grupos atacam as premissas que apontam o Estado como garantidor dos direitos civis e humanos. Segundo consta na definição ofertada pelo Instituto Liberal¹⁰, essa direita é nova por ser liberal nos costumes e contra qualquer tipo de ditadura, embora afirme que a democracia no Brasil está doente e não

¹⁰ <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-momento-da-nova-direita/>

apresente alternativas para sanar os problemas apontados. Ressaltam que o discurso destes grupos da nova direita está focado na tentativa de diminuição do poder do Estado, no aumento das liberdades individuais e na restauração de uma verdadeira democracia.

Estes grupos das novas direitas, embora sejam heterogêneos, se articularam em torno do combate a um inimigo comum, contra a ameaça comunista e ao desgaste dos valores morais e da família. Para além da moral conservadora, fundamentam-se nas premissas neoliberais e contam com financiamento de corporações internacionais que fomentam a propagação de discursos liberais no Brasil e no mundo desde os anos de 1970 e 1980, como ilustram o MBL e a *Atlas*.

No próximo capítulo, faz-se uma breve contextualização histórica a respeito dos movimentos sociais que ocupam a cena brasileira, além de melhor apresentar o MBL, movimento que é objeto de estudo desta pesquisa.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS, MANIFESTAÇÕES E PROTESTOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Historicamente, os movimentos sociais são conhecidos por articularem segmentos da sociedade, como forma de tornar públicas suas demandas. Seja na luta pela terra, pela habitação, por igualdade ou pela ampliação de quaisquer direitos básicos, a mobilização de sujeitos em torno de interesses em comum pode dar origem a manifestações tanto de caráter presencial quanto virtual.

Os movimentos sociais expressam a energia de resistência da sociedade, canalizando e potencializando forças dispersas no meio social por meio de seus fazeres propositivos. Estas ações sociais coletivas apresentam caráter sociopolítico e cultural, possibilitando que, na ação concreta, a população mobilizada adote estratégias que variam entre a simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, passeatas, protestos, desestabilização da ordem estabelecida, desobediência civil etc.), até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p.335-336).

Conforme elucidam Gohn e Bringel (2013), os movimentos sociais continuam sendo atores centrais na dinâmica de protestos e na luta por mudanças e justiça social no mundo contemporâneo. Pensando em um contexto adaptativo, movimentos já existentes podem incorporar novos eixos temáticos e novas formas de organização e comunicação. As formas de articulação e mobilização, os atores e as identidades desses grupos estão em constante reinvenção, como destacam os autores.

A respeito do histórico de lutas sociais no Brasil, os movimentos se fortaleceram entre as décadas de 1960 e 1970, como uma via de resistência à ditadura e ao autoritarismo do Estado, congregando segmentos das camadas mais populares da sociedade, artistas, estudantes e intelectuais. Esses grupos se articulavam em vias de democratizar o regime político e a sociedade. Na segunda metade da década de 1970, os movimentos dos atingidos por barragens, dos sem terra e os que se organizavam a partir das lutas feministas, étnicas e etc. entraram também em cena. Às lutas identitárias desses grupos foram agregadas às reivindicações em busca da democracia (SCHERER-WARREN, p. 10, 2008).

Segundo Machado (2007), a concepção de movimentos sociais esteve, por bastante tempo, associada a movimentos de caráter revolucionário, tendo suas ações e lutas políticas um espectro mais radical. Até a década de 1970, as lutas políticas dos movimentos sociais eram frequentemente vinculadas a um suposto quadro de luta de classes nas sociedades capitalistas, identificando-os como um produto da ação histórica da sociedade ante as contradições do sistema capitalista. Machado (2007, p.253) fala a respeito da interpretação marxista-estruturalista sobre a natureza dos movimentos sociais:

Esta leitura se foi tornando antiquada à medida que os movimentos sociais passaram a proliferar, ganhando notável complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas. Surgiu então o termo “novos movimentos sociais” para designar tais coletivos que não encontravam uma interpretação satisfatória na maioria das interpretações predominantes. Os “novos” movimentos sociais seriam principalmente os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis e outros. Tais movimentos, a maioria de base urbana, estavam bastante afastados do caráter classista dos movimentos sindical e camponês, atuando, não raras vezes, em cooperação com o sistema econômico e no escopo político das instituições vigentes.

Sader (2001) esclarece que nos anos de 1970, os movimentos sociais tiveram a necessidade de construir suas identidades, construídas em um campo onde não predominavam apenas os discursos de esquerda ou de associados ao sindicalismo, tendo também relevância os atravessamentos os mais diversos, como o religioso. Os movimentos sociais teriam colocado em cena as reivindicações pela democracia, englobando as esferas da vida social em que a população trabalhadora estivesse implicada, seja nas fábricas, nos sindicatos, nas associações de bairro, na Igreja ou no serviço público.

No período entre as décadas de 1980 e 1990, com a transição política para a democratização do Estado, os movimentos sociais se mobilizaram visando garantir e ampliar direitos na nova Constituição brasileira. No mesmo período, houve um aumento no número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social, como explica Scherer-Warren (2008). Conforme elucida Gohn (2017), esses novos movimentos sociais na década de 1980 eram organizados de forma a se diferenciar dos grupos clássicos, afastando-se das estruturas rígidas comumente associadas aos movimentos sindicais e operários. A autora denomina esses movimentos da segunda metade do século XX como novos. Gohn (2017) explica que as diferenças entre os movimentos classificados como novos (identitários - culturais) e os clássicos (sindicais – operários) não impede que sejam seladas alianças e apoios entre eles, firmados na reciprocidade, buscando a defesa de direitos.

Para Gohn (2013), as alterações produzidas no cenário social ao longo das últimas décadas trouxeram à cena novos atores, representados pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo Terceiro Setor, enfatizando as políticas sociais públicas na dinâmica dos grupos sociais. A autora destaca ainda que houve um desvencilhamento relativo dos pressupostos políticos e ideológicos que orientavam os movimentos na década de 1970 e 1980, de forma que a sociedade civil organizada passou a se focar em vínculos associativistas temáticos divididos entre questões raciais, de gênero, ecológicas, étnicas etc..

No que diz respeito aos novos atores em questão, Dagnino (2004) aponta que a noção de sociedade civil se redefine a partir do crescimento das ONGs, da emergência do Terceiro Setor e das fundações empresariais, além

da marginalização e criminalização dos movimentos sociais. Há uma tendência global de identificação entre a sociedade civil e as ONGs, que são vistas pelo Estado como um meio de interlocução confiável com a sociedade.

A presença maciça das ONGs nos mais diversos setores da sociedade é marcada pelo abandono crescente dos vínculos com os movimentos sociais, como explica Dagnino (2004). Dessa forma, essas organizações assumem responsabilidades diante das agências que as financiam e em relação Estado – que contrata seus serviços, mas possui laços fracos com a sociedade civil. Para a autora, por mais bem-intencionadas que sejam as organizações, suas ações correspondem à vontade das equipes diretivas e não dos setores sociais que elas dizem representar.

Os sujeitos que em um momento anterior se organizavam em movimentos e ações coletivas de protesto agora são parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas, conforme explica Gohn (2013). A organização dos atos tem seu eixo deslocado da sociedade civil para a sociedade política, da associação de moradores de um determinado bairro para os gabinetes e secretarias que concentram o poder estatal.

Gohn (2013) destaca ainda a necessidade de se reconhecer que as duas formas de mobilização existem na atualidade e que os movimentos sociais e as organizações cívicas de ativistas se entrecruzam em função de projetos sociais pontuais. Desta forma, os movimentos tendem a se articular a partir da experiência de pertencer ou de vivenciar alguma situação de exclusão, enquanto, nas organizações cívicas, as estratégias são traçadas para atingir metas que solucionem os problemas de grupos socialmente excluídos, a partir dos interesses desses grupos, mas desenhados a partir de projetos de agentes externos.

Na primeira década dos anos 2000, Scherer-Warren (2008) salienta que os movimentos sociais convivem com as características dos momentos anteriores, mas passam a atuar em formato de rede, buscando maior engajamento em questões nacionais e mais autonomia dos órgãos governamentais. Esta fase, de acordo com a autora, é marcada pela emergência de um movimento cidadão crítico, comprometido não com um projeto de controle do Estado, mas de controle social, tendo como via a cidadania, atuando na solução de questões nacionais de interesse público. A

atuação dos movimentos em rede será melhor discutida nos tópicos posteriores.

A respeito da teoria das identidades dos movimentos sociais, podem ser destacados aspectos culturais provenientes de diferentes tipos de pertencimento, tais como o territorial, étnico, religioso, etário etc.. Os vínculos criados entre os sujeitos e as ações coletivas desenvolvidas são fruto de processos de reflexividade, em que os sujeitos participantes produzem sentidos e significados para suas ações a partir do agir coletivo (GOHN, 2017, p.19). O envolvimento com ações coletivas pode se dar tanto no sentido de pertencimento a uma determinada causa quanto nos processos de exclusão aos quais determinados grupos são submetidos.

O envolvimento de sujeitos que se encontram em situação de exclusão, sem a capacidade de serem socialmente atendidos em suas demandas, com grupos de ação coletiva desperta naqueles que antes não possuíam nenhuma voz o sentimento de pertencimento. Honneth (2003), ao teorizar a respeito das lutas por reconhecimento, enuncia que os embates sociais podem ser compreendidos como consequência de um distúrbio nas relações de reconhecimento de atores coletivos. O autor concebe a tríade amor, direito e estima social como formas basilares de reconhecimento.

(...) são as três formas de reconhecimento do amor, do direito e da estima que criam primeiramente, tomadas em conjunto, as condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva com eles mesmos; pois só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos (HONNETH, 2003, p.266).

Quando há o desrespeito, sendo os sujeitos maltratados, ofendidos, rebaixados ou excluídos da posse de determinados direitos numa sociedade, não apenas lhes é negado o reconhecimento como também são feridos na compreensão positiva que têm de si mesmos. As reações emocionais de vergonha, sofrimento, humilhações e injustiças, podem se tornar motivo de resistência na luta por reconhecimento, como destaca Honneth (2003). Desta forma, o surgimento dos movimentos sociais pode estar ligado à experiência moral do desrespeito. Entretanto, “uma luta só pode ser caracterizada de “social” na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do

horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que podem se tornar a base de um movimento coletivo” (Honneth, 2003, p.256).

Conforme explica o autor, as lutas sociais podem ser compreendidas como processos práticos nos quais experiências individuais de desrespeito passam a ser interpretadas como experiências típicas de um grupo inteiro. Deste modo, os grupos sociais podem articular publicamente os desrespeitos vivenciados pelos sujeitos e reclamar publicamente contra eles. Ainda que as articulações do MBL, movimento que serve como objeto de estudo para esta pesquisa, não se originem especificamente de experiências de exclusão e desrespeito, acredita-se que estes conceitos sejam importantes para compreender a matriz histórica dos movimentos sociais brasileiros.

Atrelada à concepção de redução da desigualdade e da exclusão está a noção de cidadania, conforme explica Dagnino (2004). Para a autora, os movimentos sociais brasileiros foram responsáveis por formular uma nova noção de cidadania entre as décadas de 1970 e 1980, organizando-se em torno de demandas relativas à moradia, água, luz, transporte e de questões como gênero, raça e etnia, implementando um projeto de construção democrática e de transformação social.

A noção de nova cidadania sugerida pelos movimentos sociais engloba a ideia de direitos, em uma perspectiva baseada no direito a se ter direitos. Neste aspecto, englobam-se as lutas relativas à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção ao meio ambiente, o direito à moradia e o direito à diferença, ampliando e aprofundando o direito à igualdade (DAGNINO, 2004, p.104).

A participação cidadã está fundada em concepções democráticas radicais, que objetivam o fortalecimento da sociedade civil para construir ou apontar para uma nova realidade social, sem desigualdades ou exclusões, como afirmam Gohn e Bringel (2012).

Conforme destaca Gohn (2013), os movimentos sociais têm contribuído ao longo da história para organizar e conscientizar a sociedade, apresentando suas demandas e lutando por elas por meio de mecanismos de pressão/mobilização. A autora ainda chama a atenção para o fato de haver nos movimentos sociais um caráter educativo e de aprendizagem para aqueles que

neles atuam, tematizando e redefinindo a esfera pública e configurando-se como importantes agentes no que diz respeito à inovação e ao controle social.

Como alternativa para potencializar as formas de mobilização e interlocução entre seus pares, os movimentos sociais têm utilizado as redes como forma de se comunicar com a sociedade, conforme será explicitado no próximo tópico.

4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

Para além das demandas relativas às lutas por reconhecimento como um dos eixos articulatórios dos movimentos sociais, como vimos no tópico anterior, uma das principais queixas desses grupos se concentra dificuldade de obter visibilidade nos veículos de comunicação tradicionais, tornando mais difícil a apresentação de suas lutas para a sociedade. Há ainda a questão de que, quando esses sujeitos conseguem ter foco midiático, são normalmente criminalizados e descredenciados.

Sob a perspectiva comunicacional, os veículos midiáticos assumem uma importante função política e estratégica em relação às lutas sociais, podendo contribuir tanto para a construção quanto para a destruição de um movimento social, destaca Gohn (2013). Desta forma, as representações construídas pela mídia podem interferir no modo como a população edifica imagens e conceitos relativos a um determinado movimento. Gohn (2013) pondera que a construção de uma imagem positiva dos movimentos sociais perante os mais diversos segmentos da sociedade passa pela necessidade de requerer um lugar na mídia. Postas as dificuldades já elencadas, as redes se configurariam como um ambiente propício não só para a comunicação entre pares como também para a exposição de suas causas à cena pública.

As formas de participação e diálogo que irrompem no ciberespaço passam a questionar o poder da mídia de divulgar apenas as informações que julgam relevantes. Ainda que a supremacia dos meios de comunicação persista, conteúdos contrários à lógica dominante encontram lugar de exposição nas redes virtuais, como aponta Moraes (2000). Além disso, a internet estimula padrões de sociabilidade, fazendo com que discursos

individuais possam ser acrescidos de novas vozes. Por meio desta articulação entre opiniões de fontes diversas e levando-se em conta o potencial de disseminação de informações nas redes, há a possibilidade de que um conteúdo gerado e compartilhado no ambiente virtual possa virar notícia na grande mídia, conforme explica Peruzzo (2009).

Desta forma, o compartilhamento sucessivo de conteúdos, informações ou eventos pode agendar os meios de comunicação. A grande visibilidade de assuntos que inicialmente não seriam de interesse para as corporações midiáticas pode fazer com que os conteúdos, inicialmente propagados nas redes, tornem-se pauta de noticiários.

Conforme explica Deleuze (2000), o fluxo de informações sobre um movimento político nas redes sociais reforça a compreensão das mesmas como dispositivos que não são meramente tecnológicos. A este respeito, Pessoa (2015) destaca que as redes sociais digitais configuram-se como teias complexas, capazes de propiciar a articulação de relações tanto políticas quanto sociais coletivas. As ações, que por vezes podem partir de iniciativas pessoais, costumam extrapolar a dimensão particular ao serem somadas a outras iniciativas, tecendo uma cadeia de ações comunicativas horizontais e possibilitando uma simbiose entre as ruas e as redes.

As redes digitais tornam possível que os movimentos sociais não apenas adquiram novas ferramentas de comunicação, como também ofereçam a oportunidade de que esses grupos obtenham mais visibilidade para seus protestos e mobilizem novos membros. A interação entre a ambiência virtual e o espaço urbano possibilitam que pessoas sem nenhum tipo de vínculo precedente a qualquer tipo de movimento social se tornem partícipes dos processos de luta por acesso a quaisquer direitos, como atestam Silva *et al.* (2014).

Por meio das possibilidades ofertadas pelas redes, os movimentos sociais ganham nova dinâmica. As conexões em rede auxiliam na comunicação entre os ativistas e dão aos seus discursos novos espaços de difusão. A midiáticação de suas causas no ambiente virtual expõe as razões pelas quais o grupo se mobiliza para a cena pública e viabiliza a adesão de outros sujeitos,

fator de fundamental importância para que se exerça pressão junto às instituições.

As novas tecnologias não apenas se tornaram instrumentos fundamentais para a organização e mobilização de coletivos sociais mas também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo. Há uma atuação baseada cada vez mais em forma de rede, com formação de amplas coalisões e entrelaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou do compartilhamento de valores. A emergência de uma nova cultura organizacional dos movimentos sociais resulta da apropriação estratégica das novas tecnologias da informação (MACHADO, 2007, p.248-249).

A atuação dos movimentos através da rede virtual redimensionou a distância das ações coletivas, que muitas vezes ocorrem em um espaço geograficamente distante do local onde os grupos ou movimentos sociais se originaram. A ambientação desses movimentos no meio virtual não é caracterizada “apenas em função das conexões provocadas pelas tecnologias da comunicação, mas da sua composição variada de entidades e movimentos” (GOHN & BRINGEL, 2013, p.31).

A respeito da ambientação dos movimentos sociais em rede, Moraes (2000) destaca que a interatividade, cooperação e descentralização sugeridas pela internet fazem com que partidos, organizações não-governamentais, sindicatos e os mais diversos grupos, ainda que separados por estratégias e táticas de ação diversas, descubram no ciberespaço, a partir da segunda metade dos anos 90, possibilidades de difundir suas reivindicações, sobrepujando os filtros ideológicos e políticas editoriais da grande mídia. Assim, não apenas torna-se possível interagir com atores que queiram apoiar, criticar, sugerir ou contestar as ideias difundidas, como também permite-se que forças contra-hegemônicas se expressem enquanto atores sociais em busca das mais diversas causas.

A militância online vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida. A cibercultura universaliza as visões de mundo mais díspares, os modos de organização social mais

contrastantes, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou domínios por coerção. Trata-se de um âmbito virtual de conhecimentos múltiplos, que congrega forças, ímpetos e interesses contraditórios. Com a peculiaridade fundamental — apontada por Pierre Lévy — de universalizar sem totalizar. O ciberespaço configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem pontos fixos para a veiculação de informações e saberes. No ciberuniverso, as partes são fragmentos não-totalizáveis, isto é, não sujeitas a um todo uniformizador de linguagens e concentrador de poderes. As relações entre as partes podem reinventar-se, em densidade e em extensão, sem que umas se sobreponham ou subjuguem as demais (MORAES, 2000, p.142-143).

Além de facilitar a difusão de informações de forma rápida e eficaz, ampliando a capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar e difundir ideias, valores e visões de mundo com grupos diversos, o ambiente virtual permite que a comunicação seja estabelecida a baixo custo e com uma capacidade de alcance elevada. Estas características fazem com que as redes se convertam em um espaço público fundamental para as demandas sugeridas pela sociedade civil organizada, promovendo a ampliação do alcance de suas lutas e possibilitando que as mais diversas organizações se agreguem e manifestem seu descontentamento em forma de ações globais, superando as barreiras geográficas e, até certo ponto, as limitações econômicas, tal como destaca Machado (2007).

Conforme explica Scherer-Warren (2008), os movimentos sociais em rede tendem a contribuir para que as forças populares obtenham maior autonomia em relação ao Estado. A organização em rede contribui com formas de comunicação e manifestação mais amplas e globais que possibilitam o empoderamento de alguns grupos por meio da visibilidade que podem dar a suas causas.

Ainda que a ambiência virtual propicie aos movimentos sociais a produção e divulgação de conteúdos sem a ingerência da grande mídia, há uma série de questionamentos relativos às parcelas populacionais sem acesso à internet, seja por questões financeiras ou geográficas. Segundo estatísticas divulgadas pelo IBGE (2018), mais de um terço (39%) dos domicílios brasileiros ainda não têm acesso a nenhum tipo de conexão de internet. Os dados revelam que o índice de residências sem acesso às redes chega a 70% entre

as classes, enquanto na classe A, 99% dos domicílios possuem alguma forma de acesso, 93% na classe B, e 69% na classe C.

Conquanto a virtualidade possua o potencial de disseminar informações de forma rápida, eficaz e com um custo relativamente baixo, Moraes (2007) alerta para o fato de que a internet gera formas de segregação ao dividir o mundo entre conectados e desconectados. O autor também destaca que um dos caminhos para a redução das desigualdades de acesso às plataformas tecnológicas é a criação de políticas socioeconômicas inclusivas e o barateamento dos custos inerentes ao acesso.

Gomes (2005) destaca que o advento da Internet nos anos 90 trouxe consigo grandes expectativas a respeito de uma renovação da esfera pública e da participação democrática. Acreditava-se que quase todas as formas de ações civis poderiam ser realizadas por via das redes virtuais, desde a articulação de ações para pressionar os representantes eleitos, até a formação da opinião pública e afiliação a movimentos da sociedade civil organizada.

Embora não restem dúvidas quanto às potencialidades ofertadas pela internet, sociedades que apresentam desigualdades mais profundas tanto em aspectos econômicos quanto educacional, como também da posse de capital cultural, as oportunidades de acesso às plataformas digitais tendem a se mostrar contrastantes. A disposição desigual de recursos quer sejam financeiros, de habilidades técnicas ou educacionais converte-se em novas desigualdades de oportunidades de participação política, aprofundando e tornando ainda mais graves as disparidades, tendo em vista que a participação digital é restrita e deixa à margem uma parcela considerável da população, conforme ressalta Gomes (2005).

Em contrapartida, deve-se considerar que a tecnologia é apenas um suporte colocado à disposição dos sujeitos. Tendo em vista que as relações estabelecidas nas trocas entre usuários da rede podem extrapolar a ambiência virtual, atingindo e agendando o processo de informação *offline*, é possível inferir que o compartilhamento sucessivo de um determinado conteúdo nas redes pode chegar ao conhecimento até mesmo daqueles que não as utilizam.

Moraes (2007) explica que as trocas estabelecidas no ambiente virtual podem contribuir para o fortalecimento das lutas sociais, sem, no entanto,

desmerecer a importância do espaço físico e socialmente vivenciado para a consagração dos movimentos.

Dadas as potencialidades ofertadas pelas redes, os movimentos sociais tiveram a possibilidade de se aproximar dos cidadãos e torná-los, se não simpatizantes, ao menos conhecedores de suas causas. Por meio do ativismo virtual, é possível que ações virtualmente orquestradas mobilizem números expressivos de pessoas que se empenham na transferência dos atos para as ruas.

A dinâmica da organização de protestos tendo a rede como ambiência preferencial para a articulação de atos públicos ganhou novos contornos a partir de 2010. Inicialmente, as manifestações que se espalharam pelo mundo tiveram origem no Oriente Médio. Gohn (2014) relembra que a origem das manifestações ocorreu na Tunísia, em 2010, posteriormente se espalhando pelo Egito, Bahrein, Iêmen, Líbia e Síria, com resultados muito diferentes entre si.

Esses protestos ficaram conhecidos como “Primavera Árabe” e tinham como objetivo, de forma geral, derrubar regimes autoritários e corruptos, negligentes quanto às carências as quais eram submetidas as populações dessas regiões. O ambiente virtual, por meio das redes sociais, tornou-se espaço de agregação e organização dos sujeitos que tomaram as ruas e, através de suas reivindicações, conseguiram destituir quatro ditadores em um ano, ainda que milhares de civis tenham sido mortos em confronto.

Manifestações semelhantes, também organizadas e articuladas via redes, ocorreram na Espanha em 2011. Os “Indignados”, como ficaram conhecidos os manifestantes, foram impulsionados pela crise econômica de 2008, que elevou os índices de desemprego e tornou ainda mais precárias as condições de saúde e moradia de parcelas expressivas da população.

Gohn (2014) destaca que saber se comunicar via rede se transformou em uma ferramenta essencial para a organização de ações coletivas. A autora esclarece que o celular e as diversas formas de mídias móveis transformaram-se em armas de luta, ferramentas que se incorporaram aos perfis dos ativistas nas mais diferentes redes.

A exemplo dos atos orquestrados na “Primavera Árabe” e pelos “Indignados” espanhóis, outros países europeus, como Grécia e Alemanha, e

americanos, como Estados Unidos e Brasil, também protagonizaram uma série de manifestações de rua. Para além da estruturação dos atos via redes sociais digitais, utilizando o *Facebook*, *Youtube* e *Twitter* como instrumentos de comunicação eficazes, as mobilizações ocorridas nas mais diversas partes do mundo guardam também semelhanças sob o ponto de vista de terem sido todas organizadas por jovens, da violência policial como estopim para a adesão de novos e numerosos manifestantes e do fato da transmissão ao vivo na grade de transmissão de emissoras ter servido como rastilho de pólvora, contaminando amplos territórios de cada nação. Cabe também observar que todas encontraram no sentimento de indignação a coragem para enfrentar as forças policiais e militares, ocupando praças e órgãos públicos, como atestam Ricci e Arley (2014).

Embora tenham mobilizado um número expressivo de manifestantes, Ricci e Arley (2014, p.82) chamam a atenção para o fato de que grande parte destas manifestações não chegou a se constituir em movimento social. Os autores alertam que, conforme o conceito consagrado na literatura especializada, o conceito de movimento social

[...] surgiu do estranhamento das instituições públicas em relação à pressão popular advinda do processo de urbanização, de formação de embates trabalhistas ou excedente populacional que migrava do meio rural para as cidades europeias, na segunda metade do século XIX.

Os atos que mobilizaram um número expressivo de manifestantes brasileiros entre os anos de 2013 e 2016 serão assunto do próximo tópico.

4.1.1 Entre ruas e redes: manifestações e protestos no Brasil (2013-2016)

Os movimentos postos nas ruas entre 2013 e 2016, deram início a novas formas de organização e articulação das mobilizações sociais no Brasil. Para além do número expressivo de manifestantes que aderiram aos atos, chama a atenção o fato de terem sido orquestrados maciçamente com o auxílio de plataformas digitais, em especial, das redes sociais.

Gohn (2017) destaca que até junho de 2013 os movimentos clássicos e os “novos” eram os protagonistas dos protestos nas ruas brasileiras. A partir de 2013, entram em cena os grupos denominados como “novíssimos” pela autora,

caracterizados por serem não somente heterogêneos como também por representarem diferentes correntes e contracorrentes relativas ao mundo da política e da cultura.

A construção identitária desses novíssimos movimentos é complexa devido ao fato de se tratar de grupos com referências diversas em termos de faixas etárias, gostos, pertencimento e adesão à luta por alguma causa, valores e ideologias que os motivam. É comum que se organizem preferencialmente em coletivos e neguem a possibilidade de se organizar em movimentos sociais por possuírem a visão de que estes movimentos representam formas engessadas, tradicionais e estruturas centralizadoras. Em contrapartida, os coletivos são vistos como agrupamentos fluidos, horizontais e autônomos, onde seus membros denominam-se ativistas e não militantes de alguma causa. Os membros de um movimento social militam por uma causa e são algo mais que ativistas casuais por não serem estritamente convocados por plataformas *online*. Eles possuem laços de pertencimento com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização (GOHN, 2017, p.22-23).

Ainda que se estructurem em torno de demandas e repertórios diferentes dos movimentos sociais clássicos e “novos”, os “novíssimos” tornaram-se figuras frequentes em protestos que tomaram as ruas do país no pós-junho de 2013. Compreender quem são esses sujeitos é essencial para que seja possível tecer algum entendimento a respeito das mudanças políticas e sociais recentes.

A respeito dos grupos articulistas das redes de protesto, cabe destacar não apenas a diversidade de demandas que os mobilizam, mas também os pontos em que divergem dos movimentos sociais que tradicionalmente figuram entre os protagonistas das manifestações de rua no país.

Ainda que componham siglas que se assemelham e que podem até mesmo se confundir, as causas pelas quais se mobilizam os principais coletivos responsáveis pelos atos mais expressivos entre 2015 e 2016, MPL e MBL, dizem respeito a matrizes políticas, ideologias e valores divergentes. As siglas, entretanto, convergem no sentido de se tratar de movimentos que possuem lógicas de articulação e estruturação diferentes dos movimentos sociais clássicos, representados por sindicatos, movimentos da luta pela terra e habitação, conforme se pretende apontar nos tópicos seguintes.

4.1.2 MPL e as jornadas de junho de 2013

O Movimento Passe Livre (MPL) foi criado em 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, embora atos anteriores como a Revolta do Buzu, em Salvador (2003) e as Revoltas da Catraca, de Florianópolis (2004-2005) sejam precedentes importantes para a origem do movimento¹¹. O grupo se define como autônomo, independente, horizontal e apartidário, que luta pela gratuidade e expropriação do transporte público, retirando-o da iniciativa privada. O MPL foi o principal articulista das Jornadas de Junho de 2013, inicialmente em busca da revogação do aumento de vinte centavos nas tarifas de transporte urbano na cidade de São Paulo

As manifestações ocorridas em junho de 2013 ficaram marcadas, entre outros fatores, pela diversidade de pautas e de atores que tomaram o espaço público como forma de reivindicação. Os protestos, que inicialmente se articularam em torno de questões relativas ao transporte público, foram aos poucos sendo tomados por grupos que, enxergando a insatisfação popular, principalmente no que diz respeito à classe política e às instituições, insuflaram bandeiras conservadoras e não mediram ataques ao governo, à esquerda e aos que por ela militam.

O antipartidarismo, evidenciado em tantos momentos durante as jornadas, revelou-se como uma aversão a toda e qualquer ideologia de caráter esquerdista. Ainda que junho de 2013 possa ser considerado um marco para a cidadania, mobilizando milhões de pessoas em torno da luta por mais direitos, houve um inegável fortalecimento dos grupos de direita e de suas bandeiras.

Conforme elucida Souza (2016), as manifestações de junho de 2013 marcaram a virada de uma hegemonia ideológica que até então era dominante e das altas taxas de aprovação dos governos petistas, representados pelas gestões de Lula e Dilma. O autor questiona ainda a “federalização” de pautas relativas a políticas de âmbito municipal, que foram manipuladas de forma a atingir a popularidade de Dilma.

¹¹ <https://www.mpl.org.br/>

Os atos, inicialmente criminalizados pela mídia, passaram a ser considerados uma manifestação democrática do povo brasileiro, como se seguiu com os protestos pró-*impeachment* em 2015 e 2016. Souza (2016) aponta que houve uma percepção dos veículos midiáticos de que, embora inicialmente a queda de popularidade de Dilma (PT) tivesse sido apenas moderada, os protestos poderiam ser utilizados como forma de atingir o seu governo.

Ricci e Arley (2014) destacam que a emergência de uma hegemonia conservadora no cenário nacional envolveu não apenas as classes mais favorecidas, mas também os segmentos que ascenderam em sua renda nos últimos anos. Segundo os autores, a onda conservadora em curso é composta por três movimentos: 1) o conservadorismo reativo das classes médias tradicionais, ressentidas pelo rebaixamento ocasionado pelo acesso das camadas populares a serviços que antes eram exclusivos aos segmentos de maior renda; 2) o conservadorismo das camadas menos abastadas, que tiveram seu poder aquisitivo melhorado e, temerosas de voltar para a condição que ocupavam anteriormente, acabaram reproduzindo os discursos e ideários das classes mais abastadas como referenciais de valores e padrão de vida; 3) e, finalmente, a onda cultural conservadora, que atua no desmonte da hegemonia de esquerda, consolidada no país desde os anos 1950.

Secco (2013) aponta que a direita assumiu uma face dupla durante as manifestações, entre grupos que expulsavam uma esquerda desprevenida e os “cidadãos de bem”, trajados de verde e amarelo, que aplaudiam a atitude. São os mesmos cidadãos que recentemente voltaram às ruas para pedir o *impeachment* de Dilma, aos gritos de “fora PT”, clamando pelo fim da corrupção e da ditadura petista, como veremos adiante.

4.1.3 As manifestações contra os megaeventos no Brasil em 2014

Os protestos contra a realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no Brasil surgem no contexto de um ciclo de lutas iniciado em Junho de 2013. Dentre as tantas bandeiras sobrepostas à questão da mobilidade urbana, as insatisfações relativas aos gastos e intervenções

governamentais nas áreas próximas aonde aconteceriam os megaeventos tornaram-se pauta de grupos de manifestantes.

Parte dos novíssimos atores postos em cena desde junho de 2013 continuou a se mobilizar nas redes sociais e tomaram novamente as ruas em 2014, ainda que em número inferior ao dos atos de 2013, contra os gastos relativos à Copa do Mundo e Olimpíadas. Entretanto, os protestos não eram restritos aos gastos ocasionados pelos eventos. Figuravam entre as questões alusivas à expulsão de moradores de rua e a expropriação de imóveis localizados na região em que os eventos ocorreriam, numa política higienista que desconsiderava a população atingida.

Augusto (2015) alerta que no período antecedente à realização dos megaeventos brasileiros, as formas de repressão e violência por parte do Estado, em especial contra as populações periféricas, foram acentuadas sob o pretexto de garantir a ordem e assegurar que eles fossem realizados.

As mobilizações, antes relativas aos megaeventos, ganharam novos contornos no período eleitoral de 2014. Por meio das redes sociais, outros novíssimos grupos foram criados, como o Movimento Brasil, que figurou como protagonista na coordenação dos atos que tomariam as ruas no período posterior, como veremos adiante.

4.1.4 Movimento Brasil Livre e as manifestações pró *impeachment* de 2015-2016

É no contexto eleitoral de 2014, com a polarização entre as candidaturas do PT e do PSDB, que surge o Movimento Brasil Livre (MBL). As candidaturas, representadas respectivamente por Dilma Rousseff e Aécio Neves, foram protagonizadas em meio a uma forte disputa ideológica entre direita e esquerda. A reeleição da candidata petista cedeu novos propósitos à direita, que já estava se organizando desde as manifestações de 2013, articulando-se agora em torno da derrubada de Dilma (PT).

Ao visitar a *fanpage* do grupo “Movimento Brasil Livre” é possível traçar, ainda que de forma superficial, alguns apontamentos relativos ao perfil do grupo. O primeiro deles diz respeito ao número expressivo de seguidores, contabilizando uma cifra superior a 3 milhões de membros. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao chamado que o movimento faz à indignação social, expressa, em especial, por discursos anticorrupção e de repulsa ao PT. Por último, uma série de questionamentos a respeito das fontes de financiamento do MBL são desferidos desde o momento em que ele se despontou como agente mobilizador e catalizador das insatisfações de parcelas significativas da sociedade brasileira.

A crise de representação política foi evidenciada durante as manifestações de junho de 2013 e continua a configurar uma das linhas discursivas adotadas pelas novas direitas. Ainda que desfiram ataques generalizados à esquerda, esses movimentos, aqui representados pelo MBL, dizem não militar em nome de um partido específico, embora sejam frequentemente vinculados não apenas ao eixo ideológico da direita, mas também a líderes que representem siglas correspondentes.

Ricci e Arley (2014) explicam que os eventos de 2013 não só evidenciaram como também aprofundaram um conjunto de sinais que revelam um desgaste profundo das instituições públicas no Brasil. Pesquisas realizadas no período apontam para um desgaste das estruturas de representação que foram se espalhando por todo campo institucional público. O Congresso Nacional e os partidos políticos figuravam nas últimas posições do *ranking* de confiabilidade das instituições brasileiras e se assentam em um cenário de intensa deslegitimação, tornando evidentes os sinais da crise de representação política em curso.

A seguir, faz-se apontamentos a respeito do número de seguidores, fundação e descrição do Movimento Brasil Livre com base em informações divulgadas em sua página oficial e em sua *fanpage* hospedada no *Facebook*.

4.1.4.1 Movimento Brasil Livre

O MBL¹² foi fundado em 1º de novembro de 2014, por Kim Kataguiri e Renan Santos, e conta com 3,2 milhões de seguidores. Colocam-se como uma entidade sem fins lucrativos que defende a democracia, a República, a liberdade de expressão e de imprensa, o livre mercado e a redução do Estado, princípios norteadores da ideologia de direita. O manifesto aprovado pelo grupo em novembro de 2015 traça um pacote de metas e propostas como norteadoras do movimento.

No que concerne à educação, intenta-se implementar um modelo baseado na concessão de *vouchers*¹³ para todos os níveis, da formação básica ao ensino superior. Entre outras propostas, figuram a legalização do *homeschooling*¹⁴ e a apresentação do projeto de lei “Escola Sem Partido” nos legislativos estaduais e municipais. A respeito da saúde, uma das principais propostas sugere a adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao Sistema Único de Saúde brasileiro, tornando obrigatória a contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um.

Há ainda no pacote de propostas uma série de argumentos relativos à reforma política, estando entre eles a revogação da Lei Rouanet, o fim do voto obrigatório e do fundo partidário, a adoção de um sistema parlamentar inspirado no modelo alemão e o fim da reeleição. Quanto à economia, as metas giram em torno da privatização de todos os bancos estatais, da abertura de investimentos estrangeiros em setores como o das telecomunicações, apoiando as reformas trabalhistas, que, na época, ainda não havia sido aprovada, e da previdência.

¹² https://www.facebook.com/mblivre/?epa=SEARCH_BOX

¹³ O modelo de *vouchers* educacionais consiste, basicamente, na concessão de uma cartela de créditos para a população como via de acesso às escolas particulares de sua preferência, em detrimento da rede pública e gratuita.

¹⁴ *Homeschooling* é uma prática educacional que não acontece no ambiente escolar, mas nos limites domiciliares de cada estudante. No caso, as crianças ou jovens são ensinados por um ou mais adultos que assumem a responsabilidade pela aprendizagem.

Gohn (2017) aponta que, além das bandeiras do liberalismo, os posicionamentos iniciais do MBL tinham como repertório ser “contra tudo que está aí” e “contra a bandalheira”. Em pouco tempo, houve uma substituição desses argumentos pelo *slogan* “Fora PT”. Conforme argumenta a autora, o movimento foi criado para confundir e capturar o lastro de sucesso do MPL, movimento distinto, mas de sigla similar.

Embora tenha surgido no período pós eleitoral de 2014, o MBL tem ligações com grupos que estiveram presentes nas Jornadas de Junho de 2013¹⁵. Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade (EPL), criado em 2012, afirma que o MBL foi uma marca criada pelo EPL para que seus membros pudessem participar de manifestações sem gerar o comprometimento das organizações americanas, que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana. Torres relembra que, devido a este fato, os filiados ao EPL que participaram dos atos de 2013 o fizeram como pessoas físicas, sem implicar o nome da fundação e comprometer as organizações que os financiam, como a *Atlas Network* e a *Students for Liberty*.

A *Students for Liberty* é uma organização estudantil fundada em 2008 nos Estados Unidos e que se dedica, sobretudo, à formação política de jovens. Entre seus apoiadores, consta a *Atlas Network*, corporação empresarial de perfil neoliberal. Gohn (2017) discorre a respeito do perfil ideológico do *Students for Liberty*, que une ideais liberais clássicos aos mais libertários, apoiando propostas liberais para o mercado e a atuação do Estado na economia (privatizações, estado mínimo e fim das políticas públicas distributivas), ao mesmo tempo em que defendem temas ligados à moral e aos costumes. Kim Kataguiri, fundador do MBL, foi treinado pelo EPL e ainda figura como membro do grupo, assim como diversos outros integrantes do Movimento Brasil Livre.

Nas eleições municipais de 2016, o “Movimento Brasil Livre”, lançou 45 candidatos a vereador e um candidato a prefeito em 38 cidades localizadas em 13 estados diferentes. Destes, sete foram eleitos para as câmaras municipais e um para o executivo municipal em Monte Sião (MG). As candidaturas foram

¹⁵ <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>

lançadas em legendas que apoiaram a destituição de Dilma Rousseff (PT) da Presidência (PMDB, PSDB, DEM, PV, PSC, PPS e Partido Novo).

Após o período eleitoral de 2018, o MBL conta hoje com três deputados federais [Kim Kataguirí (DEM), Paulo Eduardo Martins (PSC) e Jerônimo Goegen (PP)] e seis vereadores [Fernando Holiday (DEM), Dito Dorta (PSB), Ramiro Rosário (PSDB), Leonardo Braga (PSDB), Cezar Leite (PSDB) e Homero Marchese (PV)]. A concentração de parlamentares se dá em maior medida no eixo Sul-Sudeste, sendo apenas um do Nordeste. O grupo, antes restrito a comandar ações anticorrupção *online* e *offline*, agora se empenha em lançar seus membros à carreira política. Nesse sentido, a presentificação desses agentes na mídia se faz ainda mais necessária para que consigam legitimar seus discursos e dar a eles abrangência.

4.1.4.2 Manifestações brasileiras de 2015-2016

Em março de 2015, novas manifestações irrompem nas ruas brasileiras, e, embora se assemelhem ao cenário de junho de 2013 no que diz respeito ao número de pessoas presentes nos atos e na forma de organização via redes, as demandas através das quais foram articuladas são diferentes.

A polarização política brasileira, acirrada no período eleitoral de 2014, onde Dilma Rousseff (PT) foi reconduzida à Presidência da República após uma disputa com Aécio Neves (PSDB), foi evidenciada na figura dos “coxinhas” e “esquerdopatas”. Direita e esquerda disputavam não apenas por espaço no poder público, mas nas ruas, nas redes e na mídia. Em 2015, em meio a panelaços e a uma sociedade polarizada, setores médios da sociedade brasileira se uniram sob o argumento do combate à corrupção, clamando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

Gohn (2017) destaca que a multidão presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o “Movimento Brasil Livre” (MBL), o “Revoltados Online” e o “Vem pra Rua”. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT) e eram liderados por jovens de classe média e alta, com alto nível instrucional. Gohn (2017) destaca que a multidão

presente nas ruas no dia 15 de março de 2015 foi convocada pelas redes sociais, especialmente por grupos que haviam surgido na cena nacional recente: o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados Online e o Vem pra Rua. Estes grupos se apresentavam em oposição ao governo federal, pedindo pela deposição da então presidente Dilma Rousseff (PT) e eram liderados por jovens de classe média e alta, com alto nível instrucional. É válido destacar que, embora as manifestações tenham sido articuladas por três diferentes grupos, esta pesquisa se dedica a analisar as publicações referentes ao MBL, movimento com maior número de seguidores e que alcançou uma projeção política significativa por meio da eleição de alguns de seus membros para cargos nas casas legislativas federal, estaduais e municipais.

A manifestação, que segundo estimativas reuniu mais de 200 mil pessoas só na cidade de São Paulo, chama a atenção não apenas pelo número de manifestantes, mas pela forma como ocorreu. Gohn (2017) destaca a recorrência de *selfies* dos manifestantes, vestidos em sua maioria com camisas da CBF, com aparato policial presente no evento. A força policial, que normalmente atua em vias de oprimir as manifestações com o uso da força, tornou-se alvo de fotos que mais tarde seriam compartilhadas pelo público dos atos nas redes sociais. A autora aponta ainda para a presença das classes médias brasileiras no ato do dia 15 de março.

Os protestos de 2013 e 2015/2016 possuem sensíveis diferenças quanto às suas bases sociais. Enquanto as Jornadas de Junho de 2013 mobilizaram blocos consideravelmente mais populares, com maior participação de negros e de pessoas com menor escolaridade, em 2015, a base dos manifestantes era mais branca, mais rica e mais instruída. Ainda que uma parcela considerável da classe média urbana tenha participado de ambos os momentos, em 2013 foram às ruas segmentos das classes média e média-baixa proletarizada. Já em 2015, se mobilizaram nos atos a classe média e a pequena burguesia. Essa diferença de composição da base social é explicativa para o fato de ter havido uma notável guinada à direita nas manifestações de rua brasileiras (SCARTEZINI, 2016, p.188).

As manifestações do dia 15 de março de 2015 foram convocadas com base em critérios e valores morais, fazendo apelo à ética e bradando contra a corrupção, não possuindo uma pauta específica como demanda e sem a

associação a um passado de lutas e militância por parte dos manifestantes (GOHN, 2017, p.69). Esses grupos se organizaram nas ruas nos meses que se seguiram em 2015 e continuaram a se mobilizar no ano posterior. Apesar de não terem poder decisivo no processo que culminou com a deposição de uma presidente democraticamente eleita e sem crime de responsabilidade, esses grupos tiveram peso considerável no desenrolar do processo.

A onda neoconservadora que emerge nos atos de 2013 se aproveita, em grande medida, dos desgastes produzidos no tecido social brasileiro. A queda nos índices de confiabilidade da sociedade quanto às instituições e a polarização política ocorrem em paralelo a uma crise econômica. O aumento da vulnerabilidade social aliado a elevadas taxas de desemprego são a tônica para que a sociedade passe a manifestar sua indignação, em especial contra os governos petistas, a despeito dos ganhos sociais proporcionados pelos programas de transferência de renda engendrados pelo partido.

Os programas de transferência de renda deram às populações mais pobres um empoderamento, no sentido de satisfazer a necessidade de consumir produtos que até então lhes eram negados. As conquistas sociais que a elevação do padrão de consumo ofertou são inegáveis e geram uma sensação de pertencimento ao fragmento da sociedade que tradicionalmente costumava ficar à margem. Ricci e Arley (2014) destacam que a inclusão social se deu pelo consumo, não pelos direitos ou pela ação política organizada.

A inclusão via consumo passa a ser percebida como uma conquista por aqueles que são abraçados por uma perspectiva social até então inexistente, como afirma Castilho (2006). Embora a ascensão via consumo possa ser vista como concessão de um direito básico, dando maior liberdade de compra aos beneficiados, sua natureza é diversa do que poderia ser propiciado por uma ampliação mais ostensiva dos serviços públicos, que possibilitariam maiores ganhos sociais por outras vias que não a de consumo.

Enquanto parte da sociedade era beneficiária dos programas sociais, outros segmentos se indignavam com as “bolsas esmola”¹⁶. A classe média brasileira cultiva ressentimentos relativos à perda de seu poder na formação da

¹⁶ Termo utilizado de forma pejorativa para fazer referência ao Bolsa Família, um dos programas de assistência concedido pelo governo às parcelas mais empobrecidas da sociedade.

opinião pública desde o período eleitoral de 2006. Até esse momento, os segmentos sociais mais abastados eram os alvos preferenciais das campanhas eleitorais e disseminavam suas convicções relativas ao campo político para as classes de menor poder aquisitivo, menos instruídas e informadas. Estudos revelam que a partir de 2006 houve uma diferenciação do perfil de voto do eleitorado menos abastado para o perfil das classes médias tradicionais. Neste momento, devido às políticas de transferência de renda, a formação da opinião pública deixou de se vincular aos valores e interesses dos segmentos de maior renda do país (RICCI & ARLEY, 2014, p.56).

Estas manifestações de rua recentes marcam o aparecimento de um novo sujeito político, que estava ausente há muitos anos, manifestado por cidadãos que se reuniam nas ruas em protesto, em especial aqueles pertencentes às camadas médias da sociedade, conforme acrescenta Gohn (2014). Em consonância com apontamentos feitos por Ricci e Arley (2014), Solano (2018) esclarece que as classes médias pensaram ter seus privilégios ameaçados com a ascensão das camadas mais populares e o antipetismo teria se fundamentado, em certa medida, nessa reordenação social. Em contrapartida, os segmentos ascendentes, frequentemente denominados como nova classe média, se distanciaram do petismo, provocando novas preferências eleitorais em alguns dos grupos de novos consumidores.

Essa conjunção de fatores, que cria a possibilidade política e social para os grupos neoconservadores e de direita radical, como o MBL, é acelerada e propiciada pelo contexto social acarretado pelos atos de 2013, e se aprofunda e agrava com as manifestações pró *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2015. Tem-se assim um cenário fértil para que grupos populistas de direita, se valendo do argumento anticorrupção, aproveitem a conjuntura para se apresentar como alternativas eleitorais viáveis (SOLANO, 2018, p.4).

Além da narrativa antipetista, os atos de 2015, maciçamente orquestrados e articulados via redes sociais pelos grupos MBL, VPR e Revoltados Online, levaram às ruas bandeiras de cunho conservador que variavam entre o clamor pela volta da ditadura militar e os mais diversos discursos de ódio. Assim como em 2013, as parcelas populacionais que foram às ruas em 2015 não possuíam um histórico de engajamento e militância política anterior. Além disso, esses grupos manifestavam possuir baixos índices

de politização e com frequência se guiavam por discursos moralistas-religiosos, como relembra Scartezini (2015).

Conforme aponta Solano (2018), é necessário observar que, se nas primeiras manifestações de 2015 o antipetismo era utilizado como ordenador, tornaram-se notórios nas manifestações seguintes discursos de negação à política e aos partidos, aprofundando a crise de representação. Segundo a autora, a Operação Lava Jato, ao popularizar a imagem do político corrupto de forma a quase tornar sinônimos os termos política e corrupção, contribuiu para que houvesse um crescimento de posturas antipolítica na sociedade.

Santos Jr (2016) destaca que a rede antipetista coloca em evidência o funcionamento de um espaço político-midiático permeado pelo radicalismo e tangenciado pelo *establishment*, pela imprensa e pela elite política, tomando como base uma retórica fundamentada no senso comum. Firma-se um esforço comum para desgastar e destruir a imagem do PT por meio de articulistas que carregam consigo diversos elementos ideológicos conservadores e direitistas. Sob esta perspectiva, o antipetismo pode ser compreendido como um conceito guarda-chuva, que agrega movimentos e ideias diversas contra um adversário comum.

A respeito dos atos que se estenderam nos anos de 2015 e 2016, assim como a reorganização dos grupos que os organizaram nos anos posteriores em um momento pós deposição de Dilma Rousseff (PT), serão apresentados dados e maiores informações nos capítulos de análise desta tese, buscando melhor compreendê-los e elucidar de que forma podem ter contribuído na tessitura dos eventos políticos recentes no Brasil.

5 METODOLOGIA E CORPUS DE ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO MBL NO FACEBOOK

Na análise apresentada no tópico posterior serão observados os enquadramentos das notícias referentes às publicações realizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) no *Facebook* no período entre 2014 e 2019. O recorte será melhor especificado a seguir. Como suporte para a compreensão e para o mapeamento dos dados coletados, será utilizada a Análise de

Conteúdo, sob a ótica de Laurence Bardin (1977).

Bardin (1977) esclarece que a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, independente da natureza do seu suporte. A técnica consiste em um conjunto de aparatos metodológicos, que objetivam a descrição do conteúdo das mensagens por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos, que podem apresentar natureza quantitativa ou qualitativa, de maneira que permitam inferir aspectos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.

Sobre a abordagem qualitativa ou quantitativa na AC, Bardin (1997) esclarece que a análise qualitativa é caracterizada pela inferência, que é fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem) e não sobre a frequência de sua aparição, que seria um indicador quantitativo.

O processo de descrição dos conteúdos das mensagens implica o tratamento das informações nelas contidas. Bardin (1977) afirma que a AC pode ser tanto uma análise dos significados, como no caso da análise temática, quanto dos significantes, a exemplo da análise léxica. A autora explica que a AC é uma técnica investigativa que se elabora através de uma descrição sistemática e objetiva, que tem por finalidade a compreensão do conteúdo manifesto nas mais diversas formas de comunicação.

Entre as unidades de análise das quais dispõem os analistas que utilizam da AC como método, esta análise configura-se como categorial. Este tipo de análise pretende tomar a totalidade de um texto através da classificação e categorização de seus elementos constitutivos, observando a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. O processo de categorização dos elementos implica a investigação do que cada um deles tem em comum, fornecendo uma representação simplificada dos dados brutos.

Neste trabalho, serão analisadas as cinco publicações mais curtidas de cada um dos períodos propostos, buscando perceber as regularidades discursivas ao longo dos anos selecionados neste estudo. Acredita-se que os conteúdos que geram maior impacto e engajamento entre os seguidores do movimento sejam aqueles em que os discursos e bandeiras que os mobilizam estejam apresentados de forma mais contundente. O recorte estabelecido segue evidenciado a seguir, com o auxílio de quadros para facilitar a leitura:

- 2014: Com a finalidade de mapear de que forma o movimento se

apresentou para seus seguidores em suas primeiras postagens nas redes, serão analisados os *posts* realizados no dia 05 de novembro de 2014. Ainda que a fundação formal date do dia 01 de novembro, a primeira postagem realizada no *Facebook* foi registrada apenas no dia 05. O quadro 1 evidencia melhor o recorte:

Quadro 1 – Ano de 2014

Ano	Período
2014	05 de novembro

- 2015: Neste período, serão analisadas as postagens referentes às manifestações *pró-impeachment* dos dias 15 de março e 16 de agosto, observando também as postagens referentes à véspera de cada um destes eventos. Tomou-se por base esses eventos devido ao fato de serem os que conseguiram mobilizar um maior número de pessoas nas ruas no referido ano, reunindo, respectivamente, 2,4 milhões e 874 mil pessoas em todo o país, segundo estimativa da Polícia Militar. O quadro 2 destaca o recorte estabelecido:

Quadro 2 – Ano de 2015

Ano	Período
2015	14 e 15 de março

	15 e 16 de agosto
--	-------------------

-2016: Serão analisados, de forma análoga ao recorte estabelecido em 2015, os conteúdos postados referentes às manifestações dos dias 13 de março, bem como a véspera deste evento, que somou 3,6 milhões de brasileiros nas ruas, conforme afirma a Polícia Militar, contabilizando o maior número de manifestantes reunidos nos atos *pró-impeachment* do referido ano. Serão observadas ainda as postagens dos dias 30 e 31 de agosto, datas que se referem à véspera e ao dia do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), conforme destaca o quadro 3:

Quadro 3 – Ano de 2016

Ano	Período
2016	12 e 13 de março
	30 e 31 de agosto

- 2017: Para que seja possível observar também os posicionamentos do MBL a respeito do governo Temer (MDB), foi estabelecido um recorte entre os dias 17 e 18 de maio, em referência à divulgação das gravações envolvendo o presidente Temer e Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, que repercutiram de forma imediata nos veículos midiáticos nacionais e internacionais. Nos áudios divulgados na coluna de Lauro Jardim no jornal *O Globo* em 17 de maio de 2017, Temer teria dado aval para que Joesley mantivesse o pagamento de

uma mesada que garantiria a manutenção do silêncio de Eduardo Cunha (MDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados, que foi condenado no âmbito da Operação Lava-Jato. Serão também analisados os conteúdos publicados no período entre 11 e 12 de julho, referentes ao dia da aprovação da Reforma Trabalhista proposta por Temer no Senado e à data posterior ao processo de assentimento da mesma. Pretende-se observar se há uma manutenção discursiva de apoio ou repulsa aos atos do governo após seu envolvimento em casos de corrupção. O quadro 4 destaca o período analisado:

Quadro 4 – Ano de 2017

Ano	Período
2017	17 e 18 de maio
	11 e 12 de julho

- 2018: Pretende-se analisar os conteúdos postados no período imediatamente anterior ao primeiro e segundo turno das eleições, bem como a véspera de cada um dos eventos, correspondendo aos dias 7 e 8 - 28 e 29 de outubro, atentando para os posicionamentos, apoio ou repúdio a candidaturas durante o período. O período é melhor evidenciado no quadro 5:

Quadro 5 – Ano de 2018

Ano	Período
------------	----------------

2018	7 e 8 de outubro
	28 e 29 de outubro

- 2019: Estabeleceu-se como recorte o período que compreende a posse do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), bem como o dia posterior a ela. Serão analisados também os conteúdos postados no dia 18 de fevereiro, correspondente à data da exoneração de Gustavo Bebianno (PSL), então Ministro da Secretaria Geral da Presidência e presidente do PSL, antigo partido de Bolsonaro. Sobre Bebianno, morto em 14 de março de 2020, pesavam acusações de desvio de verbas públicas por meio de candidaturas laranja no processo eleitoral que conduziu Bolsonaro à Presidência em 2018. Pretende-se observar de que forma o MBL, movimento que desde sua fundação tem o discurso anticorrupção como uma de suas temáticas fundamentais, irá tratar o assunto. O quadro 6 evidencia de forma mais clara o recorte:

Quadro 6 – Ano de 2019

Ano	Período
2019	1 e 2 de janeiro
	18 de fevereiro

Acredita-se que o recorte estabelecido permita observar de que

forma o movimento se posiciona com relação ao cenário político brasileiro, num período que compreende três governos com posicionamentos projetos diversos de país, buscando perceber se haverá a recorrência na mobilização de discursos, em especial da retórica anticorrupção, uma das principais matrizes que mobilizam os atores do MBL, com o mesmo rigor e intensidade em todos os períodos analisados.

Para que seja possível interpretar os dados referentes às publicações do MBL no período supracitado, será apresentada no tópico seguinte uma análise descritiva das postagens publicadas pelo movimento no *Facebook*. De forma a facilitar a interpretação dos dados coletados, foram elaboradas oito categorias de análise:

- (1) Discurso anticorrupção
- (2) Antipetismo;
- (3) Exaltação/exposição de políticos e/ou líderes de opinião e eleitores da direita
- (4) Convocação às ruas
- (5) Discurso contra o comunismo/ditadura
- (6) Ataque aos adversários ou à política tradicional
- (7) Visibilidade do MBL na mídia
- (8) Apelo às políticas neoliberais.

Intenta-se que, a partir da proposta metodológica de utilizar a Análise de Conteúdo sugerida por Bardin (1977) seja possível tecer um panorama geral acerca dos discursos que prevaleceram durante o período estabelecido como recorte, que passará pelo surgimento do MBL no período pós eleições em 2014, se estendendo pelas manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff (PT) nos anos de 2015 e 2016, cuja organização e articulação tem no MBL um de seus maiores porta-vozes, assim como os períodos que precedem o processo de deposição de Dilma, passando por períodos-chave do governo Temer, entre 2016 e 2017, bem como pelo período eleitoral de 2018 e pelo momento pós eleição de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) em 2019.

5.1 CORPUS DE ANÁLISE: PUBLICAÇÕES DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) NO FACEBOOK ENTRE 2014 E 2019

Conforme foi evidenciado no tópico anterior, serão analisadas as cinco publicações com maior número de curtidas no período estabelecido como recorte. No tópico seguinte, após a análise descritiva dos conteúdos, os dados coletados serão analisados com o suporte da Análise de Conteúdo Categorical, sugerida por Bardin (1977).

No primeiro dia de atividade no *Facebook*, em 05/11/2014, as postagens mais curtidas diziam respeito, em sua maioria, à convocação para as manifestações contra o governo, pedindo pela anulação das eleições recém ocorridas e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), no dia 15/11. A primeira unidade de análise corresponde a uma publicação em que o MBL expõe um “Manifesto por um Brasil Livre”, esclarecendo que o movimento é composto por pessoas de diferentes faixas etárias, etnias, gêneros e classes sociais, que têm em comum as preocupações com os rumos do país. Clamam por mudanças, pelo fim da corrupção e da impunidade. Finalizam clamando pela participação dos seguidores nos atos do dia 15/11, numa mobilização pela “liberdade, justiça e pelas instituições democráticas, repudiando qualquer tipo de ataque a elas”.

Na segunda postagem realizada no dia 05/11, o movimento faz referência à citação do MBL por Paulo Batista no programa *The Noite*, do apresentador Danilo Gentili. Paulo, que pertencia ao ramo imobiliário no interior do estado de São Paulo, se tornou popular ao divulgar vídeos em que se transformava no super herói do “Raio Privatizador” e teve a campanha a deputado estadual em 2014, apoiada pelos membros do MBL, mas não conseguiu se eleger. A terceira postagem traz um vídeo em que as imagens de Lula (PT) e Dilma (PT) são sobrepostas a um coro que repete “Fora Dilma”, “Fora PT” e a “Nossa bandeira nunca será vermelha”. Por fim, são divulgados os horários e locais onde ocorreriam as próximas manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Na quarta postagem, há a divulgação das próximas manifestações e a chamada à participação popular. Na quinta publicação, a chamada às manifestações é feita por meio de um vídeo em que Smith Hays, candidato não

eleito para Deputado Estadual pelo PSL em 2018, se assume homossexual que se diz revoltado com a existência de um projeto de poder em curso que usaria os gays como massa de manobra. Ele diz que a direita, assim como o MBL, respeita a liberdade, é plural e democrática e que a luta de classes típica da esquerda estaria destruindo o país. Hays finaliza chamando os brasileiros a se “endireitarem” e que participem das próximas manifestações organizadas pelo grupo.

Em 2015, o MBL consegue mobilizar um grande número de manifestantes nas ruas utilizando de suas estratégias de mobilização digitais. A seguir, serão analisadas as manifestações que reuniram um maior número de pessoas nesse ano, bem como a véspera de cada evento. Na primeira postagem do dia 14/03, véspera do evento organizado pelo MBL que levou 2,4 milhões de pessoas às ruas, Renan Santos, um dos fundadores do movimento, diz que as manifestações convocadas por Lula naquela data foram um fiasco e que o dia 15 seria a hora dos brasileiros mostrarem sua indignação nas ruas. Ele encerra dizendo aos políticos de oposição que escutem o clamor do povo nas ruas e façam acontecer o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

A segunda publicação traz uma matéria do Jornal Zero Hora de título: “quem são os articuladores nacionais dos protestos contra Dilma Rousseff”. Nela são apresentadas as principais lideranças do movimento, que dizem ter como principal bandeira o *impeachment* de Dilma. Para os organizadores, o que faltava para a deposição do governo petista era uma grande manifestação de repúdio nas ruas, algo que eles pretendiam conseguir realizar nos atos do dia 15. A terceira publicação traz a foto de um jornal impresso sem identificação em que aparece um imigrante da Guiné com uma camisa da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O jovem afirma não falar português e que teria ido à manifestação para receber os 30 reais pagos pela CUT aos que compareceram no ato. A legenda que acompanha a foto parabeniza o povo brasileiro e afirma que, além de fazerem a maior manifestação da história do país no dia 15, ainda teriam pago pela realização dos atos pró-governo.

A quarta publicação traz uma matéria do Estadão que relata a denúncia feita pela promotoria aos ex-prefeitos de Marília, interior de SP, Mário Bulgareli (PDT) e José Ticiano Dias Toffoli (PT), irmão de Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), por desvio de verbas públicas. Na legenda

postada pelo MBL, faz-se referência ao fato de que o ministro do STF, responsável por julgar o Petrolão, esquema de corrupção na Petrobras que teria ocorrido durante os governos petistas de Lula e Dilma, teria um irmão filiado ao PT e envolvido em denúncias de corrupção. Na quinta publicação, tem-se uma imagem de várias pessoas de verde e amarelo nas ruas sobreposta por um texto afirmando que os apoiadores do PT teriam recebido 30 reais para comparecer às manifestações pró-governo, mas que apoiar a liberdade não tem preço. Na legenda, os dizeres “15/03, eu vou”.

As postagens realizadas no dia 15/03/15 dizem respeito à manifestação *pró-impeachment*, que reuniu maior número de pessoas nas ruas brasileiras no ano de 2015. Na primeira postagem, um grupo de brasileiros que vive na Austrália posam para foto vestidos de verde e amarelo e portando cartazes pedindo pelo *impeachment* de Dilma e “Fora PT”. Na legenda postada pelo MBL, o grupo afirma que o recado é claro: “Fora PT”. A segunda postagem traz um vídeo do mesmo grupo da postagem anteriormente relatada convocando os brasileiros a irem pra rua nos atos que seriam realizados naquele mesmo dia.

A terceira postagem traz uma matéria veiculada pelo jornal O Globo que afirma que 63% dos cerca de 41 mil manifestantes presentes nos atos pró-governo organizados pela CUT em São Paulo no dia 14/03 acreditavam que Dilma (PT) sabia dos casos de corrupção na Petrobras. Na legenda postada pelo MBL, o grupo ironiza, dizendo que a manifestação governista foi um sucesso. A quarta publicação agrupa fotos de manifestantes vestidos de verde e amarelo reunidos em diversas cidades e regiões do país. Na legenda, o MBL destaca a união do Brasil inteiro contra o PT. Na quinta publicação, o MBL convoca os usuários para as próximas manifestações organizadas pelo grupo no dia 12/04. Além disso, há a divulgação de links que direcionam os usuários a doar quantias em dinheiro para auxiliar o grupo a lutar contra o PT e retirá-lo do poder.

As manifestações realizadas no dia 16/08 foram as segundas em número de público no ano de 2015, reunindo, 874 mil pessoas nas ruas. A seguir, serão analisadas as postagens referentes ao dia da manifestação e à véspera do evento. A primeira postagem analisada do dia 15/08 diz respeito à entrevista feita pela TV Cultura com Kim Kataguiri (DEM), um dos fundadores do MBL, eleito Deputado Federal pelo estado de SP em 2018. Além de falar a

respeito das manifestações organizadas no dia posterior, figuraram como principais pautas discursivas a necessidade do *impeachment* de Dilma (PT) e a defesa da Operação Lava Jato. Segundo Kim, o PT utilizaria a corrupção como método e compraria parlamentares de forma sistemática para se perpetuar no poder. Já na segunda publicação analisada, há a imagem de Lula (PT) bebendo cerveja sobreposta por um texto que traz em caixa alta: “O petrolão, o sr. Itaipava e a campanha de Dilma”, além de afirmar que Walter Faria, dono da cervejaria Petrópolis e amigo de Lula, seria um dos principais financiadores da campanha de Dilma e do PT depois de receber propinas do esquema que teria desviado bilhões da Petrobras.

A terceira publicação afirma, com base em uma matéria publicada pela revista Veja, que Cerveró, ex-diretor da Petrobras, teria revelado que assinou contratos superfaturados para saldar dívidas da campanha de Lula (PT) em 2006. Destaca-se ainda o fato de Dilma (PT) ser na época dos eventos Presidente de Assuntos Administrativos da Petrobras. A quarta publicação traz informações referentes a uma matéria da revista Veja de agosto de 2015, cujo conteúdo aponta para um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre o faturamento de 27 milhões da empresa de palestras de Lula (PT), sendo 10 milhões provenientes de empreiteiras envolvidas no escândalo de corrupção da Petrobras. Após a exposição da notícia, a página convoca seus seguidores para as manifestações do dia 16/08. A quinta publicação faz a convocação dos seguidores para a manifestação do dia seguinte e se encerra com os dizeres “*Impeachment* já”, além de pedir doações para “ajudar o MBL a construir um Brasil mais livre”.

A primeira postagem referente ao dia 16/08/15 faz referência a uma matéria veiculada pelo Estadão no dia anterior, revelando que João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, teria se utilizado da estrutura do partido para perpetrar atos ilícitos. O MBL critica ainda o fato de Vaccari ter sido aplaudido em um Congresso do partido mesmo estando preso. A segunda postagem traz como plano de fundo a ilustração de um manifestante com uma camisa vermelha estampada com a imagem de Che Guevara sobreposta por um texto com a seguinte mensagem: “Protestar por causa de 20 centavos é democracia! Protestar contra o roubo de bilhões é golpe!”, fazendo uma clara referência às manifestações de 2013, inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre

(MPL), de bandeiras mais vinculadas à esquerda.

Na terceira postagem, há a afirmação de que Lula (PT) teria convocado um golpe em 1989 e que “hoje, os zumbis do PT (manipulados por seus líderes, é claro), afirmam que protestar contra o governo é golpe”. Entretanto, o *link* que direcionaria para a publicação original está corrompido, impossibilitando a leitura do conteúdo. A quarta postagem faz alusão a uma publicação do Instituto Mercado Popular, afirmando que o “Fora, Dilma” seria pouco e que o *impeachment* da presidente petista era um dever constitucional. Na legenda, o MBL reitera que seria um ótimo dia para “mostrar quem manda no país”. A quinta postagem mostra uma foto aérea da Avenida Paulista lotada de manifestantes vestidos de verde e amarelo e uma legenda com os dizeres: “Fora, Dilma” e “*Impeachment* Já”.

As maiores manifestações pró-*impeachment* articuladas pelo MBL em 2016 ocorreram no dia 13/03, reunindo 3,6 milhões de brasileiros nas ruas, conforme afirma a Polícia Militar. A primeira publicação realizada na data que antecedeu o evento (12/03) traz uma foto de José Guimarães (PT), que na época era líder do governo na Câmara, sobreposta por um texto em que um delator afirmava ter pagado 95 mil reais ao Deputado Federal divididos em dois cheques de 65 e 30 mil reais. Na legenda, o MBL diz que a vida dos líderes do governo é dura, fazendo referência direta a Delcídio do Amaral (PT), líder do governo no Senado, preso em novembro de 2015 num desdobramento da Operação Lava-Jato, e a José Guimarães, acusado de receber propina.

A segunda publicação refere-se à Convenção do PMDB, hoje MDB, na qual os deputados da sigla definiram que os filiados que assumissem cargos no governo Dilma em um período de 30 dias seriam desligados do partido. O MBL comenta ainda que a ala governista do partido estaria “tomando uma surra”. Na terceira publicação, figura a imagem de Lula (PT) em preto e branco sobreposta por um texto que indaga onde o ex-presidente seria preso caso fosse condenado à prisão domiciliar, já que ele não seria proprietário de nenhum sítio ou apartamento. Na legenda que a acompanha, o MBL convoca os seguidores para as manifestações do dia seguinte.

A quarta publicação faz uma convocação não apenas aos seguidores da página para os atos do dia 13/03, mas também à oposição, clamando que todos lutem pelo Brasil. Na quinta publicação é feita a postagem de um vídeo

da banda “Loka Liberal”, em que imagens do casamento da filha de Dilma (PT), Paula Rousseff Araújo, ladeada por Lula (PT) e por sua então esposa, Marisa Letícia, morta em 2017, junto a imagens de manifestantes queimando a bandeira nacional e de imagens avulsas de Lula e Dilma, além da figura de Sérgio Moro, juiz que na ocasião estava à frente das investigações da Operação Lava Jato, servem de plano de fundo para a letra que diz: “E a Dilma é baile de propina/ E o Lula é baile de propina/ quer desafiar, enganar o povo?/ Mexeu com o Brasil, vai se ver com Sérgio Moro”. A publicação segue acompanhada da legenda: “E a Dilma? É baile de propina”.

Já na primeira publicação referente ao dia 13/03/16, consta uma matéria exibida em um canal europeu não identificado em que os membros do MBL Anderson Bournier, Lorraine Alves e Thomas Albuquerque fazem a convocação de pessoas para as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) na orla de Copacabana, bairro nobre do Rio de Janeiro. Em meio à distribuição de panfletos e adesivos com a *hashtag* “Esse *impeachment* é meu”, a atriz Betty Faria é abordada e diz ser favorável às manifestações pelo impedimento da presidente. Na legenda que acompanha a postagem, o MBL ressalta o fato de a campanha “#esseimpeachmentémeu”, orquestrada pelo grupo, ser divulgada pela mídia europeia e negligenciada pela Globo. A segunda publicação traz um manifestante em cima de um caminhão de som caracterizado como Dilma, trajando um vestido vermelho, peruca, faixa presidencial, uma dentadura que projeta os dentes para fora da cavidade bucal e uma faixa com os dizeres “fora eu”. Ao fundo, manifestantes vestidos de verde e amarelo e a legenda “Fora, Dilma”.

Na terceira publicação há uma foto de um casal de manifestantes, estando o homem vestido com uma roupa de presidiário com o número “171”, em referência ao artigo 171 do código penal em alusão ao crime de estelionato. Ambos aparecem desfilando em um pedalinho na Avenida Paulista com as inscrições “Odebreshit”, trocadilho com a empresa Odebrecht, e com o nome do neto de Lula (PT), Arthur, que faleceu em 2019. Na legenda, o MBL questiona o ex-presidente a respeito do pedalinho, objeto relacionado às investigações referentes ao sítio de Atibaia¹⁷. Pesam sobre Lula acusações de

¹⁷ <https://www.poder360.com.br/justica/trf-4-mantem-condenacao-de-lula-no-caso-do-sitio-de->

recebimento de propinas das empreiteiras OAS e Odebrecht por meio de reformas na propriedade que, formalmente, pertence ao empresário Fábio Bittar.

Na quarta publicação, há a imagem do então juiz Sérgio Moro sobreposta por sua fala em agradecimento ao povo brasileiro, que foi às ruas em protesto contra a corrupção e em apoio à Operação Lava Jato. Moro externa ainda gratidão pela exaltação ao seu nome durante as manifestações e frisa a importância das autoridades eleitas e partidos ouvirem a voz das ruas e atuarem contra a “corrupção

sistêmica que destrói nossa democracia, nosso bem estar econômico e nossa dignidade como país”. A quinta publicação traz uma fotografia de manifestantes de Guaranhuns, Pernambuco, cidade natal do ex-presidente Lula, vestidos de verde e amarelo e segurando uma faixa na qual pediam desculpas ao povo brasileiro pelo filho corrupto. Encerram com o pedido “Lula na cadeia”. Cabe ainda destacar que a publicação mais curtida na referida data diz respeito a uma foto da Avenida Paulista repleta de manifestantes, que, entretanto, aparece sobreposta por uma mensagem de verificadores de fatos independentes que a classificaram como falsa.

O recorte estabelecido entre os dias 30 e 31/08/16 dizem respeito ao período que compreende o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), efetivado no último dia do mês de agosto. Na primeira postagem do dia 30, véspera do impedimento de Dilma, veicula-se um *link* de uma publicação cujo título é: “Esplanada dos Ministérios fica vazia. Militantes golpistas de Dilma não apareceram”. A autoria da matéria é atribuída ao “Jornalivre”, mas não é possível abrir a página que permitiria sua leitura integral. Na legenda publicada pelo MBL, tem-se o comentário que insinua um aparente desânimo da militância petista e convoca os seguidores para as comemorações do *impeachment* de Dilma, além de pedirem doações para o movimento. Na segunda postagem, consta uma foto de Janaína Paschoal (PSL), uma das autoras do processo de *impeachment* de Dilma (PT). Janaína, eleita deputada estadual com o maior número de votos por São Paulo em 2018, é alvo dos agradecimentos do MBL pelo trabalho desempenhado no processo de

impedimento do governo petista.

A terceira postagem tem a foto de uma plataforma da Petrobras sobreposta pelos dizeres: “Golpista é: quem cria um rombo de 88 bilhões de reais na Petrobras”. Na quarta postagem, tem-se a foto de Dilma Rousseff (PT) em preto e branco, ladeada por uma bandeira do Brasil colorida, em destaque. A imagem é acompanhada pelo texto: “Golpista é quem esconde a verdade de seu povo para continuar um projeto criminoso de poder”. Na legenda, o MBL afirma que golpe de verdade foi aquele aplicado por Dilma em 2014. A quinta postagem traz a imagem de Dilma em preto e branco, sobreposta pelo texto: “Golpista é quem manda dinheiro de brasileiros para ditaduras”. A legenda que acompanha a publicação afirma que a presidente e o PT adoram mandar dinheiro para financiar ditaduras mundo afora. Tanto na terceira quanto na quarta e quinta publicações, o termo golpe aparece em alusão à expressão utilizada pela esquerda para se referir ao processo de impedimento da presidente petista por crimes de responsabilidade, questionado por grupos de juristas e por parte da sociedade.

A primeira publicação do dia 31/08/16 traz a imagem da bandeira nacional acompanhada da legenda: “A nossa bandeira nunca será vermelha”. A frase concerne à associação entre as cores do PT e da bandeira comunista e ao fato dos manifestantes pró-governo se vestirem de vermelho durante as manifestações de apoio à Dilma. A segunda publicação conta com a imagem de Dilma (PT) sobreposta pelo texto: “Bem vinda ao grupo de 12 milhões de desempregados que seu governo criou”. Junto a ela, a legenda postada pelo MBL afirma que o Brasil acabou de ganhar uma nova desempregada.

Na terceira publicação, Renan Calheiros (MDB), na época presidente do Senado, figura como próximo alvo do movimento que o considera um “eterno inimigo do Brasil”. Tem-se na quarta publicação uma foto de Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, sobreposta pelo texto: “Urgente! Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil”. Na legenda que a acompanha, o MBL esclarece que Maduro decidiu retirar definitivamente seu embaixador do país e romper relações diplomáticas com “o governo surgido desse golpe parlamentar”. Encerra-se dizendo que é o momento de cessar o apoio a ditaduras comunistas. A quinta publicação faz menção aos veículos midiáticos tradicionais, exibindo vários recortes de jornais em que termos relativos ao

impeachment de Dilma (PT) tinham destaque. Na legenda, o MBL agradece aos jornais Folha de S.Paulo, O Globo, Globo News, Estadão e UOL por darem forças ao movimento e apontar que eles estavam no caminho certo. O grupo ressalta que a vitória deve ser compartilhada com a imprensa.

As publicações referentes a 2017 dizem respeito ao período em que Michel Temer (MDB) estava à frente da Presidência. Os dados coletados entre 17/05 e 18/05/17 remontam a, escândalo envolvendo o então líder do Executivo Nacional e Joesley Batista, dono do frigorífico JBS. A primeira unidade de análise do dia 17/05 traz a imagem do Palácio do Planalto sobreposta pelo texto: “Olha só, petistas! Hoje, *impeachment* não é golpe; hoje, gravação de presidente não é crime; hoje, delação fala a verdade; hoje, a Lava Jato salva o Brasil”. Na segunda unidade de análise é apresentada uma foto de Dilma (PT), Temer (MDB) e Lula (PT), afirmando que entre os presentes na fotografia, apenas o fotógrafo não seria preso. Na legenda, reiteram que os eleitores do PT seriam responsáveis por conduzir ao poder três presidentes presos.

A terceira unidade de análise tem a figura de Dilma (PT) como pano de fundo, sobreposta por um recorte de jornal onde consta a afirmação da ex-presidente de que, em outros países, quem grampeia o presidente sem autorização vai preso. A fala de Rousseff faz referência aos diálogos entre ela e Lula (PT) na ocasião em que ele seria nomeado Ministro chefe da Casa Civil. As ligações foram interceptadas pela Polícia Federal e divulgadas por Sérgio Moro, juiz que na época estava à frente dos julgamentos em primeira instância da Operação Lava Jato e que após as eleições de 2018 assumiu o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro, permanecendo no cargo até abril de 2020. Na sequência, o MBL parabeniza aos que não vão “defender bandido que é pego em gravação”. A legenda manda um abraço aos petistas que têm “bandidos de estimação”, fazendo uma analogia entre as interceptações que envolvem Lula e Dilma com o vazamento dos áudios entre Temer e Joesley.

A quarta unidade de análise faz um apelo pela renúncia de Temer (MDB), trazendo uma foto do político sobreposta pela mensagem: “Renuncia, Temer”, após os vazamentos dos áudios que o implicavam em casos de corrupção. A quinta unidade de análise tem como destaque a figura de Sérgio Moro e um agradecimento à operação Lava Jato pelo bem que tem feito ao

país.

Na primeira publicação do dia 18/05/17, têm destaque Lula (PT), Dilma (PT), Temer (MDB) e Aécio (PSDB) acompanhados da mensagem: “O povo não luta por um partido político, luta pelo país. Cadeia para todos eles!”. Na legenda, o MBL afirma que, diferentemente dos petistas, o movimento luta pela liberdade, democracia, pelo Brasil e deseja que todos os políticos corruptos sejam presos, independentemente da sigla que representam. Na segunda publicação, afirma-se que o delator da JBS revelou o pedido de 30 milhões de reais feito por Dilma para a campanha de Pimentel (PT) em Minas Gerais. O MBL diz ainda que os eleitores de Dilma votaram em uma corrupta com um vice corrupto e que ambos cairiam por conta disso.

A quarta publicação reitera o fato de que as delações da JBS implicariam também os ex-presidentes petistas Lula e Dilma. Ademais, dizem que esses eventos fariam com que os petistas voltassem a rejeitar a Lava Jato. Na quinta publicação, tem-se a afirmação de que Temer (MDB) teria antecipado ao empresário Joesley Batista o corte da taxa de juros em 1 ponto percentual pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A autorização da propina que garantiria o silêncio de Eduardo Cunha (MDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados, preso em 2016, teria sido feita na mesma ocasião.

O segundo momento analisado no ano de 2017 diz respeito ao momento em que a Reforma Trabalhista proposta por Temer foi aprovada pelo Senado. A primeira unidade de análise data de 11/07/17 e comunica que o Senado acabara de aprovar a Reforma Trabalhista, flexibilizando a “burocracia assassina de empregos”, o que seria um grande passo para que o país se tornasse desenvolvido. Segundo o MBL, os melhores países do mundo têm leis trabalhistas flexíveis e “ao contrário do discurso mentiroso de quem deixou o país com 14 milhões de desempregados, a reforma não tira nenhum direito dos trabalhadores”. A segunda unidade de análise traz a imagem de Gleisi Hoffmann (PT), na época Senadora, secando as lágrimas. A foto é sobreposta pelo texto: “Quando você passa o dia tentando barrar a reforma, mas no final, ela é aprovada”. Na legenda, o MBL afirma que os planos de destruição da democracia da “bancada da chupeta” deram errado.

Na terceira unidade de análise aparecem manifestantes cabisbaixos e vestidos de vermelho, acompanhados pelo texto: “Hoje a CUT chora pelo fim

do imposto sindical”. Em seguida, o movimento agradece a Paulo Eduardo Martins (PSC), Deputado Federal vinculado ao MBL, responsável pela proposta que torna o imposto sindical facultativo aos trabalhadores. A quarta unidade de análise tem a imagem de manifestantes chorando, vestidos de vermelho e usando faixas com os dizeres “não vai ter golpe” na cabeça. A peça é sobreposta pelo texto: “Atualizando: Não vai ter golpe. Teve. Não vai ter PEC do teto. Teve. Não vai ter Reforma do Ensino Médio. Teve. Não vai ter Reforma Trabalhista. Teve. Chora, PT”. Tem-se na quinta unidade de análise a afirmação de que a aprovação da Reforma Trabalhista seria uma “baita vitória” e que os trabalhadores não teriam perdido nenhum direito. Ao contrário, teriam se libertado da contribuição sindical.

A primeira publicação do dia 12/07/17 tem ao fundo a imagem de Mussolini, ex-primeiro Ministro italiano, que liderou o Partido Nacional Fascista, acompanhada do texto: “Bom dia para você que não é viúva do Mussolini e está comemorando a Reforma Trabalhista”. Na legenda, afirma-se que os defensores da burocracia de empregos típica das ditaduras estariam tristes com a flexibilização trazida pela reforma. Insinua-se ainda que o país estaria livre da ditadura do controle do Estado sobre as relações de trabalho. Na segunda publicação, o MBL agradece ao deputado Rogério Marinho (PSDB) e ao senador Ricardo Ferraço (PSDB), relatores da Reforma Trabalhista na Câmara e no Senado, bem como a todos os que lutaram pela reforma e não cederam à pressão de petistas e sindicalistas. Encerra-se afirmando que “Menos Estado é mais liberdade. Menos Estado é mais povo”.

A terceira publicação tem a imagem de Lula (PT) acompanhada dos dizeres: “Urgente: Lula é condenado a 9 anos e meio de prisão”. Na quarta publicação, tem-se a foto de Sérgio Moro e um texto de agradecimento em função da condenação de Lula a nove anos de prisão por lavagem de dinheiro e corrupção passiva no caso do suposto recebimento de vantagens ilícitas da empreiteira OAS por meio do apartamento tríplice no Guarujá. A quinta publicação tem a imagem de Lula (PT) acompanhada do texto: “Nunca antes na história do Brasil um presidente havia sido condenado por corrupção”.

Os dados coletados no ano de 2018 fazem referência ao processo eleitoral de 2018, que conduziu Jair Messias Bolsonaro (sem partido) à Presidência. Estabeleceu-se como recorte a data em que ocorreu cada um dos

turnos, bem como o dia após cada um desses eventos. A primeira postagem referente ao dia 07/10/18, primeiro turno das eleições, divulga a foto de Marina Silva (REDE) acompanhada da *hashtag* “partiu férias de quatro anos”, em referência ao fato da candidata, que disputou as eleições presidenciais de 2010, 2014 e 2018 não ter conseguido novamente passar para o segundo turno do pleito. A segunda postagem informa que Kim Kataguiri (DEM), um dos fundadores do MBL, foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo.

A terceira postagem destaca a eleição de outro integrante do MBL, Arthur Moledo do Val (na época filiado ao DEM, hoje ao Patriotas), conhecido nas redes como Mamãe Falei. Arthur foi o segundo deputado estadual mais votado por São Paulo, ficando atrás apenas de Janaína Paschoal (PSL). Tem-se na quarta postagem o destaque de que Dilma Rousseff (PT), Lindbergh Faria (PT), Roberto Requião (MDB) e Eduardo Suplicy (PT), classificados pelo MBL como representantes da velha política, não teriam sido eleitos. Na legenda, o movimento envia um forte abraço aos candidatos citados. A quinta postagem traz a imagem de Sérgio Moro sobreposta por um texto que cita os mesmos candidatos destacados na quarta publicação, destacando que todos eles estariam “sem foro”. Faz-se alusão ao fato de terem perdido não apenas as eleições, mas também o foro especial por prerrogativa de função, popularmente conhecido como foro privilegiado.

Já a primeira publicação do dia 08/10/18 traz a imagem de Fernando Haddad (PT), candidato que disputou o segundo turno das eleições com Jair Messias Bolsonaro (na época, PSL. Hoje, sem partido), sobreposta por uma postagem feita pelo usuário do Twitter identificado como “poste de presidiário”. Nela, afirma-se que os eleitores de Haddad não são moderados e apoiam “um fantoche de presidiário”. Segundo o autor da postagem, se optar por jogar a “economia no buraco para salvar uma quadrilha que apoia ditaduras é moderação, imagine o que é extremismo”. A expressão “fantoche de presidiário” faz referência indireta a Lula (PT), preso em abril 2018 após condenação em segunda instância no âmbito da operação Lava Jato. O ex-presidente foi solto em novembro de 2019 após decisão do STF de que a pena só deveria ser executada após o esgotamento de todos os recursos. A segunda publicação destaca o fato de Janaína Paschoal (PSL) ter sido eleita deputada estadual com uma votação recorde. Evidenciam ainda que o fato da “direita

machista” ter elegido uma mulher destruiria o discurso da esquerda.

Na terceira publicação, a imagem de Lula (PT) aparece acompanhada pelas afirmações de que o candidato petista ao segundo turno, Fernando Haddad (PT), comandado por um “presidiário condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, que patrocina ditaduras bolivarianas”, seria uma ameaça à democracia e à sociedade. Encerra-se o texto afirmando que o Partido dos Trabalhadores não teria um projeto de governo, mas de vingança e perpetuação do poder. Na quarta publicação, é divulgada a campanha de Kim Kataguiri (DEM) à Presidência da Câmara. Entre os projetos do deputado, figuram o apoio às reformas da Previdência e Tributária, o endurecimento do sistema de segurança pública, a privatização de empresas estatais e as investigações das urnas eletrônicas e dos repasses de dinheiro público para a União de Estudantes Secundaristas (UNE). Finaliza-se pedindo o voto dos parlamentares para “transformar o Brasil em uma grande potência”. Kim, entretanto, desistiu da candidatura à Presidência da casa legislativa, declarando apoio a Marcel van Hattem (Novo), derrotado por Rodrigo Maia (DEM). A quinta publicação destaca imagens dos ex-presidentes petistas Lula e Dilma e é associada às ditaduras Cubana, Venezuelana, na Guiné Equatorial, na Angola e na Líbia. No texto anexo, afirma-se que os eleitores do PT, defensores dos direitos humanos e da ameaça ditatorial para defender o partido, ou são ignorantes ou hipócritas. Encerra-se dizendo: “PT não. PT jamais”.

As publicações do dia 28/10/18 dizem respeito à data do segundo turno das eleições presidenciais. A primeira delas comunica a vitória de Jair Messias Bolsonaro (sem partido) para a Presidência. A foto publicada pelo MBL tem Bolsonaro à frente de uma bandeira brasileira. A segunda publicação traz a imagem de Lula (PT) chorando como pano de fundo. O texto que lhe sobrepõe diz que uma nova era será inaugurada com a quadrilha do PT perdendo a eleição depois de 16 anos. Encerra-se afirmando que o partido iria para a lata de lixo da história. Acompanha a legenda: “Adeus, PT”.

Tem-se na terceira publicação a imagem de pessoas vestidas de verde e amarelo, justaposta por dizeres que parabenizavam os brasileiros que resistiram às agressões da esquerda, que os chamava de homofóbicos, racistas, nazistas, fascistas e não caíram nas “mentiras da imprensa nem da

militância petista e escolheram chutar de vez o partido dos corruptos do poder”. A quarta publicação coloca a bandeira nacional junto à afirmação: “nossa bandeira jamais será vermelha”. A associação entre a adesão dos movimentos de direita à bandeira nacional e às cores a ela associadas e a utilização do vermelho petista/comunista pela esquerda também foi utilizada de forma muito semelhante pelo MBL no momento do *impeachment* de Dilma (PT) em 2016. A quinta publicação tem como plano de fundo uma das imagens classificada como falsa pelos verificadores independentes de fatos durante as manifestações de 2016. Junto a ela, um texto que parabeniza a todos que não desistiram de lutar pelo Brasil nas urnas e nas ruas durante os últimos anos.

Já a primeira postagem do dia 29/10/18 faz um trocadilho com uma imagem amplamente utilizada pela esquerda após a eleição de Bolsonaro, onde duas mãos unidas seguravam uma rosa, acompanhada dos dizeres: “Ninguém solta a mão de ninguém”. Na adaptação feita pelo MBL, as mesmas mãos unidas são seguidas do texto: “Ninguém tira o Lula da prisão”. A segunda postagem tem a foto de uma pessoa nadando, sobreposta pela frase: “Aqui, de boa, nadando nas lágrimas dos petistas”.

A terceira postagem coloca a imagem de manifestantes vestidos de verde e amarelo junto ao texto: “Queria avisar que a roubalheira do PT está acabando”. Na quarta postagem, uma mensagem de Danilo Gentili foi replicada pelo MBL. Nela, o apresentador do SBT aponta que o discurso da esquerda a respeito da fiscalização dos atos do governo seria contraditório, já que todos que se posicionaram da mesma forma nos últimos 13 anos foram chamados de fascistas. A quinta publicação também faz referência a um conteúdo disseminado pela esquerda, que após a divulgação dos resultados eleitorais disse que seria resistência ao governo. O texto publicado pelo MBL reitera que o termo resistência deveria ser associado aos pais e mães de família que se sacrificam todos os dias e têm mais da metade de seu salário abocanhado pelos impostos do governo, são os estudantes que se esforçam e andam pelas ruas com medo de ter o celular parcelado roubado e as moças que foram abusadas por menores de idade que seguem vivendo, apesar da impunidade de seus abusadores. Finaliza-se dizendo: “Resistência é essa galera aí. Socialista de iPhone que tá de chororó porque o poste de estimação perdeu a eleição não é resistência de nada. É só histórico mesmo”.

As publicações referentes aos dias 01/01 e 02/01/19 dizem respeito ao momento em que ocorreu a posse de Jair Messias Bolsonaro. A primeira unidade de análise do dia 01/01 tem dois recortes associados aos tradicionais fogos de artifício utilizados na virada do ano. No primeiro deles, os fogos aparecem sobrepostos pelo texto: “A virada do ano para pessoas normais”. No segundo, foi inserida uma grade por cima da imagem, com a frase: “A virada do ano para o Lula”, em referência ao encarceramento do ex-presidente. A segunda unidade de análise faz menção ao fato de Michele Bolsonaro, esposa do presidente eleito, ter sido a primeira dama na história a discursar em uma posse presidencial. Destaca-se ainda a perspectiva inclusiva do discurso, feito também em libras.

Na terceira unidade de análise, comenta-se a respeito da mensagem enviada por Donald Trump a Bolsonaro, na qual o presidente dos Estados Unidos parabeniza o presidente brasileiro pelo discurso feito na ocasião de sua posse. Na quarta unidade de análise, o MBL deseja sucesso aos recém empossados governadores João Dória (PSDB-SP), Wilson Witzel (PSC-RJ), Romeu Zema (Novo-MG) e Ratinho Júnior (PSD-PR). A quinta unidade de análise faz alusão a comentários frequentemente ouvidos na época em que, se Lula não estivesse preso, teria sido eleito no primeiro turno. Segundo o MBL, Lula não se elegeu em primeiro turno e nem nos cinco processos eleitorais dos quais participou quando “ainda acreditavam que ele era honesto”. No desfecho, afirma-se: “Se Lula era tão foda, qual é a razão de Haddad o ter escondido no segundo turno?”.

A primeira postagem do 02/01/19 diz respeito a um artigo de título: “Jair Bolsonaro e o desafio da nova direita”, publicado por Ricardo Almeida, membro do MBL, no blog do movimento. Nele, o autor salienta a importância da eleição de Bolsonaro para “a transformação da direita de um grupo contra-hegemônico para um bloco político consolidado, apto a operar mudanças estruturais no Brasil”. Além de elencar as reformas que Bolsonaro deveria sugerir, Ricardo aponta que o movimento que o elegeu é conservador, liberal e antipatrimonialista. Devido a isso, o presidente encararia não apenas a oposição como desafio, mas também o compromisso de “se livrar dos resquícios patrimonialistas e corporativistas” para representar de forma satisfatória os que o conduziram ao poder. Na segunda postagem, o MBL

veiculou uma montagem em que Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro, aparece fazendo churrasco enquanto é observado por um cachorro. No texto que a acompanha, o churrasco é associado à privatização dos correios e o cachorro é o espectador ansioso pela concretização, em referência às promessas de privatização de empresas estatais prometidas por Bolsonaro e pela equipe econômica.

A terceira postagem tem a imagem da cerveja Lula livre, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), acompanhada do texto: “Quando a mamata acaba, o que resta é partir para o capitalismo”. Na quarta postagem, foi feito o anúncio de que o juiz Sérgio Moro teria aceitado o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública. O MBL ainda o parabeniza e deseja sucesso. A quinta postagem comunica que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), teria decidido exonerar 6 mil cargos comissionados deixados pelo ex-governador Fernando Pimentel (PT).

As publicações referentes ao dia 18/02/19 dizem respeito ao momento da exoneração de Gustavo Bebianno (PSL), então Ministro da Secretaria Geral da Presidência, presidente do PSL, antigo partido de Bolsonaro. A primeira delas traz a imagem de Bebianno ao fundo, acompanhada da mensagem: “Urgente: Gustavo Bebianno oficialmente afastado”. Na segunda publicação, tem-se o apelo “Privatiza tudo”, informando que o governo iria leiloar 12 aeroportos e arrecadar 3,5 bilhões.

A terceira publicação faz referência a uma postagem de Guilherme Boulos (PSOL) no Twitter. Nela, Boulos comunicava que o lançamento do filme “Marighella” aconteceria em uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em resposta, o MBL disse que o público-alvo era perfeito, afirmando que “um movimento terrorista tem tudo a ver com Marighella”. O movimento afirmou ainda que “só falta o PCC fazer a segurança do evento”. Boulos volta a ser alvo do MBL na quarta publicação. Nela, o movimento afirma que a Advocacia Geral da União (AGU) teria cobrado de Boulos, do MST e da CUT por “prejuízos causados por vandalismo em atos contra a Reforma da Previdência”. A quinta publicação destacou os comentários de Bolsonaro após a exoneração de Bebianno. Segundo o MBL, o presidente teria afirmado que continuava acreditando na seriedade e qualidade do trabalho de Gustavo, além de reconhecer seus esforços à frente do PSL e na coordenação da campanha

presidencial de 2018.

5.2 AS NOVAS DIREITAS NAS REDES: ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA DAS POSTAGENS DO MBL NO FACEBOOK

Conforme esclarecido anteriormente, embora o Movimento Brasil Livre não seja o único grupo representante das novas direitas nas redes, tendo atuado em conjunto nas articulações das manifestações que culminaram na deposição do governo petista com o Revoltados Online, extinto dias antes do *impeachment* de Dilma em 2016 por alegações de descumprir as regras do *Facebook* e com o ainda ativo Vem pra Rua, o MBL é o grupo que mobiliza um maior número de seguidores e, a despeito dos discursos apartidários proferidos nos primeiros momentos de atividade, entre os movimentos acima citados é o que possui maior representatividade política. Neste sentido, o movimento vem conquistando espaço nas esferas legislativas e executivas municipais em diferentes estados, além de contar com representantes no legislativo federal.

A respeito do *Facebook*, plataforma que abriga os dados extraídos para a análise deste trabalho, sua criação data de 2004 e tem autoria atribuída a Mark Zuckerberg, no período em que este era aluno de Harvard. A rede tinha como propósito inicial formar conexões entre jovens universitários de modo que, para ingressar nela, deveria ser comprovado vínculo com alguma das instituições reconhecidas. Ao longo dos anos, o *Facebook* se consolidou como uma das maiores redes sociais do mundo, somando 2,2 bilhões de usuários ativos por mês, sendo que 127 milhões dos usuários mensais são brasileiros¹⁸.

Uma rede social pode ser definida como um conjunto de dois elementos, sendo eles os atores (pessoas, grupos ou instituições) que compõem os nós das redes e suas conexões, tecidas em forma de interações ou laços sociais. As redes seriam uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo ou contexto social a partir da conexão entre vários atores, conforme afirma Recuero (2009).

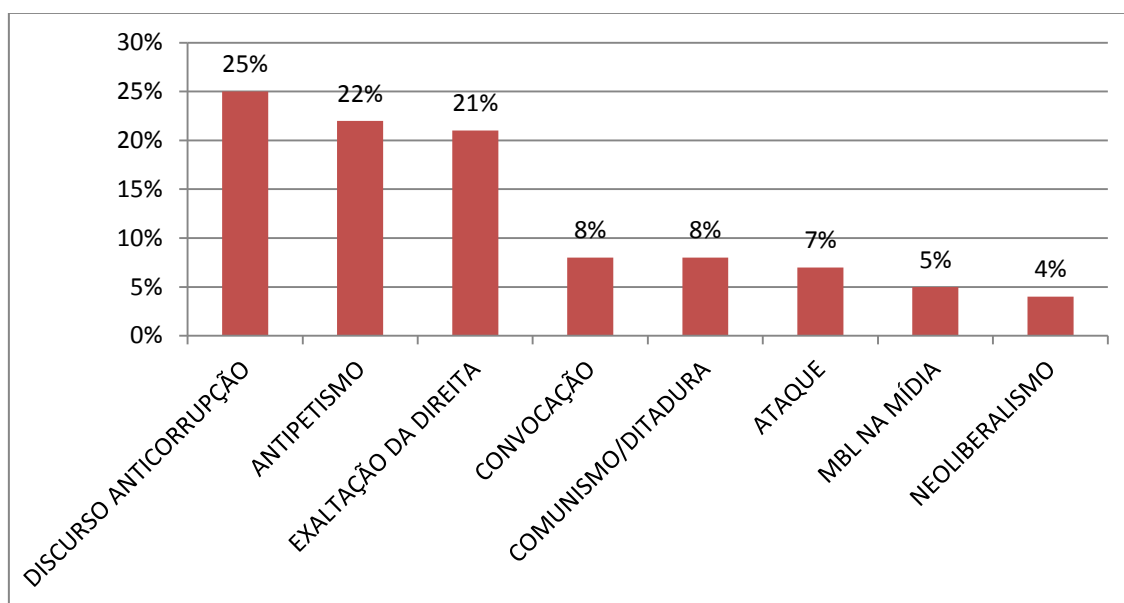
Desta forma, acredita-se que a observação das trocas estabelecidas na página do MBL no *Facebook* possa auxiliar na compreensão dos possíveis

¹⁸ <https://canaltech.com.br/redes-sociais/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil-118358/>

impactos nas estruturas sociais propiciados pela troca de informações e articulação de eventos estabelecidos entre seus seguidores. Como foi evidenciado anteriormente, foram analisadas as cinco publicações mais curtidas no recorte compreendido entre os anos de 2014 e 2019, somando 100 publicações, descritas no tópico anterior.

Foram mobilizadas oito categorias de análise de forma a interpretar e agrupar os dados coletados, quantificados conforme a recorrência no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Agrupamento de dados conforme a ordem de recorrência



Nos próximos tópicos, será apresentada a análise detalhada dos dados referentes a cada uma das oito categorias elaboradas no presente estudo, seguindo a ordem do maior para o menor número de recorrências.

5.2.1 Discurso anticorrupção

O discurso anticorrupção tem figurado de forma contumaz na sociedade brasileira desde o caso do Mensalão, em 2005. A retórica da corrupção como mal a ser combatido tem ganhado ainda mais força desde as manifestações de 2013. Os atos de junho ficaram marcados pelo fortalecimento dos grupos das novas direitas, que mais tarde se tornariam figuras conhecidas nas redes e nas ruas, e pelo enfraquecimento e queda de popularidade do governo Dilma (PT). Reeleita em um processo eleitoral fortemente polarizado em 2014, as

manifestações que sucederam o período eleitoral, nos anos de 2015 e 2016, já citadas anteriormente, culminaram no fim de 13 anos de gestão petista no Executivo.

A edição mais recente do Latinobarómetro (2018)¹⁹ revela que 51% dos latino-americanos creem que todos ou quase todos os parlamentares estão envolvidos em casos de corrupção. Com relação aos representantes do Poder Executivo das nações latinas, 50% dos entrevistados acreditam na possibilidade de que seus líderes sejam corruptos. No Brasil, a corrupção ocupa o segundo lugar no imaginário coletivo nacional entre os principais problemas do país, precedida apenas pela saúde.

Feres Júnior e Sassara (2015) destacam que o Mensalão e a Operação Lava Jato ficaram marcados como os maiores escândalos de corrupção das últimas décadas. Entretanto, o adjetivo “maiores” não faz referência ao montante envolvido em cada escândalo, dada a ocorrência de esquemas de corrupção que desviaram valores mais vultuosos. O que fez com que os supracitados escândalos fossem considerados maiores foi sua publicização. Tanto a mídia tradicional quanto as redes, onde se inclui o MBL, cobriram os eventos de forma exaustiva, atuando não apenas de forma a denunciar e noticiar as investigações, mas também condenando moralmente os envolvidos antes mesmo de serem submetidos a um julgamento.

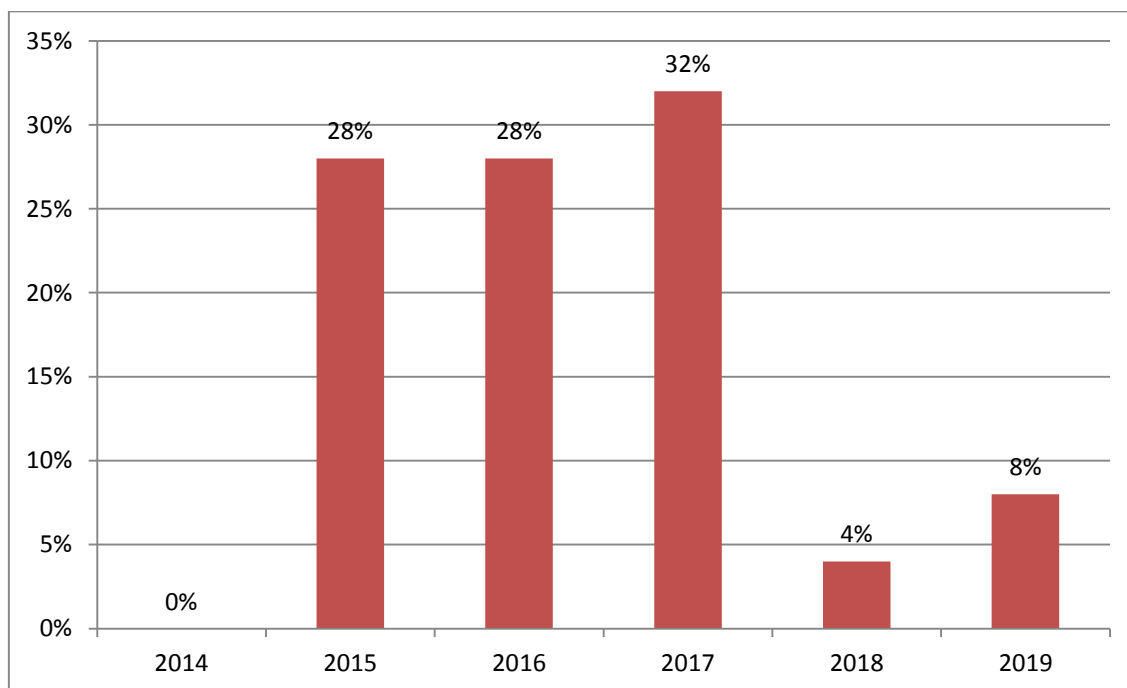
O Movimento Brasil Livre, objeto de pesquisa deste trabalho, tem coordenado, desde o momento de sua fundação oficial em 2014, ações *online* e *off-line* que têm como um dos principais eixos de articulação o discurso anticorrupção. A recorrência desta categoria entre os dados coletados no período entre 2014 e 2019 traz evidências a respeito da forma como uma das temáticas que está no cerne do movimento foi por ele apropriada, em um recorte que abrange três diferentes governos, passando pelas gestões de Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Messias Bolsonaro (sem partido).

Das 100 unidades de análise coletadas, 25 correspondem à categoria discurso anticorrupção, tornando-a o eixo temático com número de publicações

¹⁹ <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

agrupadas. Embora o período de análise estabelecido tenha se iniciado em 2014, não houve, entre os dados coletados, nenhuma publicação que se enquadrasse na referida categoria. O Gráfico 3 destaca a recorrência das publicações anticorrupção na página do MBL no *Facebook* entre 2014 e 2019:

Gráfico 3 - Recorrência das publicações anticorrupção



Os dados coletados mostram que a maior concentração de publicações relacionadas ao discurso anticorrupção ocorreu entre os anos de 2015 e 2017. Embora escândalos de corrupção tenham acontecido durante todo recorte estabelecido, o espaço temporal em que o PT estava à frente do Executivo Federal foi o que acumulou o maior número de postagens. Além disso, cabe ressaltar que as inferências ao tema no ano de 2017, momento pós *impeachment* de Dilma (PT), referiram-se de forma direta ao Partido dos Trabalhadores em 87% dos casos.

No período entre 2015 e 2016, que compreende o recorte temporal das manifestações pró-*impeachment* e da deposição de Dilma Rousseff (PT), todas as publicações faziam referência direta ao PT. Embora o partido estivesse no governo no momento em destaque, cabe ressaltar que, investigações no âmbito da Operação Lava Jato revelaram, desde a deflagração das apurações em 2014, o envolvimento de agentes do campo

político filiados a siglas como MDB e PP. Ainda que o MBL tenha o discurso anticorrupção como um dos principais eixos de articulação, ele foi mobilizado de forma massiva para atacar tanto o governo, na pessoa de Dilma, quanto os filiados e militantes do partido. Neste sentido, é válido destacar que o ex-presidente Lula (PT), afastado de cargos públicos desde 2010, foi alvo de 35% das publicações no período destacado.

Quanto aos dados coletados em 2017, o MBL optou por se referir diretamente ao PT na maior parte dos casos, ainda que o partido não fosse protagonista direto dos escândalos que figuravam na cena nacional. No momento em que o presidente Michel Temer (MDB) foi alvo das gravações do empresário Joesley Batista, dando aval para a continuidade do pagamento de propina ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB), preso em 2016, o MBL não poupou ataques ao PT, aos agentes políticos filiados ao partido e à militância petista. O movimento atribuiu aos eleitores que conduziram o PT ao poder pelos escândalos recentes de corrupção, mesmo que naquele momento o agente político delatado não tivesse nenhuma ligação direta com o partido. As publicações subsequentes às denúncias de corrupção contra Temer, correspondendo ao período em que a Reforma Trabalhista foi aprovada no Senado, denotam um tom conciliador e de aprovação do MBL para com o governo.

Destaca-se ainda que as escolhas lexicais feitas pelo MBL nas menções ao PT quanto à corrupção foram mais agressivas e os escândalos reportados de forma mais detalhada e com maior recorrência. Os termos roubo, bandidos, quadrilha, criminosos, atos ilícitos, propina e desvios foram utilizados em alusão ao PT em todo período de análise, enquanto as ocorrências envolvendo os governos Temer (MDB), Bolsonaro (sem partido) e seus aliados foram retratadas de forma mais branda e menos detalhada. Ainda que os governos petistas tenham sido acusados de forma veemente em outros momentos, os dados coletados no período eleitoral de 2018 referentes à temática da corrupção se mostraram menos recorrentes, dando ênfase a outros motes que serão melhor detalhados nas demais categorias mobilizadas.

De forma análoga ao modo de ação do MBL quando Michel Temer foi implicado em um escândalo de corrupção em 2017, a exoneração de Gustavo Bebianno (PSL), ainda nos primeiros meses de mandato de Bolsonaro em

2019, fora abordada com vieses menos negativos do que nos momentos em que os alvos de investigações e denúncias possuíam alguma ligação com o PT. Sobre Bebianno, então Ministro da Secretaria Geral da presidência, pesavam acusações de desvio de verbas públicas por meio de candidaturas laranja no processo eleitoral que conduziu Bolsonaro à Presidência em 2018.

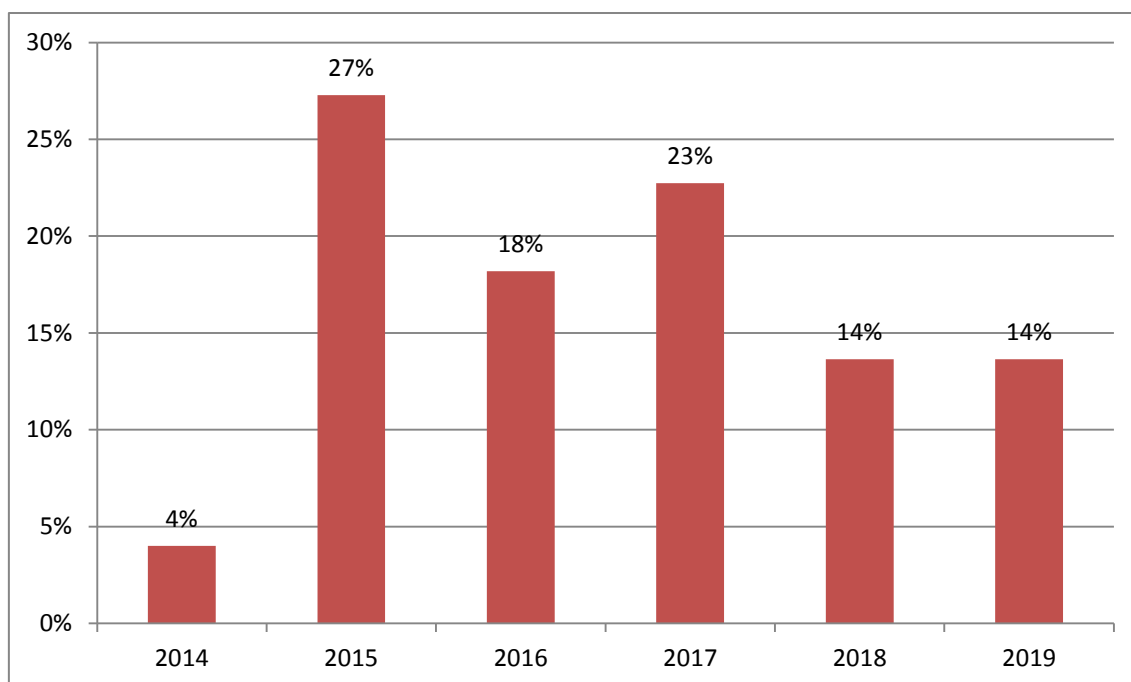
Embora tenham feito publicações a respeito dos escândalos de corrupção supracitados, além do tom mais depreciativo e colérico utilizado para se referir ao PT, cabe destacar que nos escândalos envolvendo os governos de Michel Temer e de Jair Messias Bolsonaro outros agentes que não eram protagonistas desses casos de corrupção em específico foram alvos de publicações. Além das referências diretas ao PT, no momento em que Temer foi denunciado por corrupção, a exoneração de Bebianno foi abordada em meio a ataques diretos a Guilherme Boulos (PSOL), liderança política ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A forma como casos de corrupção foram abordados pelo MBL em um recorte temporal que atravessou governos de três siglas diversas demonstra que a indignação do MBL se direcionava muito mais ao PT do que a outros atores igualmente acusados e investigados. A retórica anticorrupção foi massivamente utilizada para desacreditar os governos petistas, filiados à sigla e sua militância. Quando os escândalos envolviam agentes que representam de modo mais frontal os interesses do MBL, como a realização de reformas em maior alinhamento neoliberal, as publicações, embora existissem, eram atenuadas pela exposição de outros atores do campo progressista, em especial ligados ao Partido dos Trabalhadores.

5.2.2 Antipetismo

O antipetismo foi a segunda categoria em termos de números de publicações no recorte de análise estabelecido entre 2014 e 2019. O discurso antipetista mobilizou 22 unidades de análise e foi o único eixo temático entre os oito elencados em todo período temporal observado neste estudo. O Gráfico 4 mostra o número de publicações referentes a esta categoria por ano:

Gráfico 4 - Recorrência das publicações de antipetismo



Santos Júnior (2015) esclarece que a rede antipetista reivindica um espaço político de oposição ao PT com a finalidade de hostilizar suas lideranças em tons agressivos, apelando ora ao sentimento de revolta, ora atacando a corrupção. Os grupos que articularam as manifestações pró-*impeachment*, entre os quais se inclui o MBL, tinham o entendimento comum de que as soluções para os problemas do país passavam pela saída do PT do governo federal. O fenômeno antipetista, entretanto, não é recente. Sua origem remete ao processo de massificação do Partido dos Trabalhadores como um ator de posicionamentos socialistas, antissistema e enraizado em movimentos de base.

A retórica antipetista adquiriu novos contornos ao longo dos anos conforme as mudanças de conjuntura e de relações de força no ambiente político nacional. O PT passou por um processo de institucionalização, migrando de um partido programático, socialista e antissistema para uma instituição pragmática, governista e com características *catchall*²⁰, conforme destaca Santos Júnior (2015). O discurso antipetista, que tem vigorado desde o

²⁰ Os partidos *catchall* originaram-se dos partidos de massa e têm entre suas principais características a renúncia a ideologias, dando lugar a programas mais flexíveis, moderados e abrangentes, visando ampliar suas bases eleitorais e vencer o maior número possível de eleições. Desta forma, abrem-se para grupos de interesses variados e reduzem a importância da atuação da militância de base, como elucida Amaral (2013).

processo eleitoral de 2014, ignora todo processo de institucionalização histórica, do desenvolvimento e aproximação do partido com políticas liberais, resgatando interpretações que remetem a sua fundação, entrelaçada ao socialismo, e desconsiderando a moderação ideológica professada pelo PT no contexto político recente.

Embora o discurso antipetista tenha sido presente nas publicações do MBL durante todo período analisado, ele foi mais recorrente entre os anos de 2015 e 2017. No intervalo situado entre o processo pós-eleitoral de 2014 e o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016, o antipetismo serviu como amálgama para os grupos que ansiavam pela deposição do partido. Os ataques do MBL eram desferidos não somente ao partido de forma direta, mas também a dois de seus principais protagonistas, encarnados nas figuras de Dilma e Lula.

A aversão ao PT e aos projetos de sociedade propostos pelo partido foram catalisadores para os agentes antipetistas. O MBL estabeleceu-se como um dos grupos de maior visibilidade e poder de mobilização na ambiência virtual, trabalhando de forma exaustiva para atacar e enfraquecer os governos e lideranças petistas. A incitação de seus seguidores em torno de um inimigo em comum, que deveria ser combatido e derrotado, se deu por meio da unificação de palavras de ordem como “Fora, Dilma” e “Fora, PT”, percebidas tanto nas manifestações de rua organizadas pelo movimento quanto nas publicações aqui apresentadas.

A hostilidade do MBL com relação aos atores políticos e à militância petista passa pela utilização de termos que fazem referência direta ao desejo de afastamento do partido das instâncias governamentais. Além do clamor externado pelas palavras de ordem citadas no parágrafo anterior, escolhas lexicais que exploravam de forma exaustiva frases como “chora, PT” e “chora, petista” tiveram recorrência considerável, em especial nos momentos que sucederam a deposição de Dilma. Cabe ainda destacar a ocorrência de postagens que ridicularizavam a aparência de Dilma e atacavam familiares de Lula.

De forma equivalente às evidências apontadas, por meio da análise dos dados na categoria anticorrupção, as publicações observadas no ano de 2017 tiveram sua recorrência associada às denúncias que implicavam Michel Temer

(MDB) e as aprovações de reformas por ele propostas. Em ambos os casos, lideranças e militantes do partido são colocados em posição de algozes da política brasileira por conduzirem seus líderes ao poder e ainda deixarem como herança um presidente de moral duvidosa. Há ainda o destaque para imagens e textos que associam ao PT a um tom de derrotismo devido ao fato do partido ter se posicionado contra a Reforma Trabalhista, aprovada neste mesmo período.

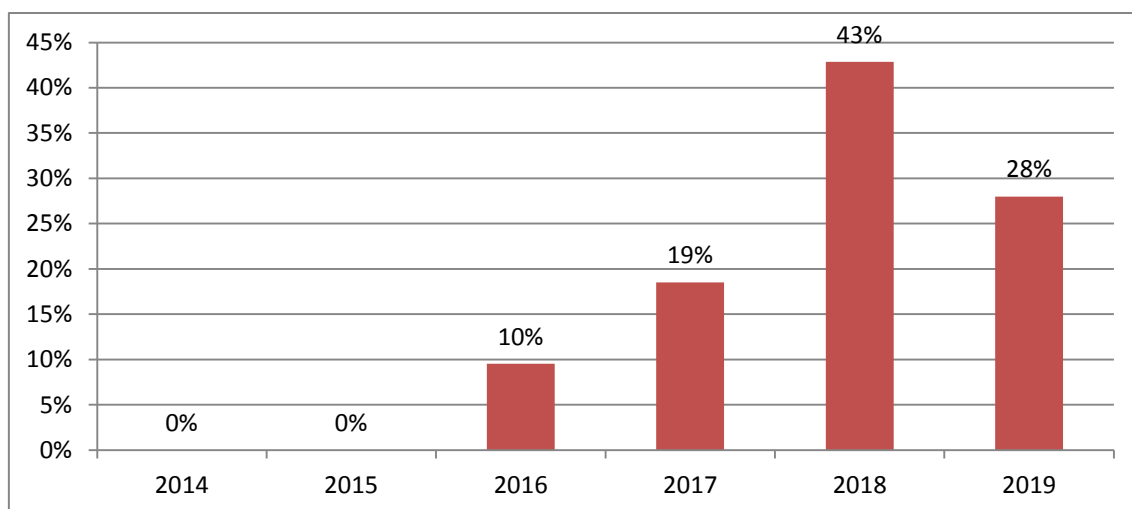
As publicações que compreendem o período entre o processo que conduziu Jair Messias Bolsonaro (sem partido) à Presidência em 2018 e aos meses de seu governo em 2019 foram distribuídas de forma equivalente, tendo em vista os aspectos quantitativos. Entre as unidades analisadas, foi possível observar a manutenção de um discurso de descrédito ao partido e a seus atores, sendo que encarceramento do ex-presidente Lula e a derrota de Fernando Haddad (PT) na disputa presidencial foram revestidos de um ódio direcionado ao partido e ao projeto de sociedade que ele representa.

5.2.3 Exaltação/exposição de políticos e/ou líderes de opinião e eleitores da direita

O início das atividades do Movimento Brasil Livre nas redes e nas ruas foi marcado por uma retórica apartidária, buscando dissociar-se da militância por qualquer partido ou ator político. Para além dos ataques generalizados ao PT e a outras lideranças de esquerda, o MBL não apenas construiu suas bases sobre o eixo ideológico da direita, como também produziu vínculos com lideranças que representam siglas correspondentes e conquistou um lugar na cena política brasileira que suplantou as fronteiras da ambiência virtual por meio da eleição de membros do movimento.

Agentes do campo político, filiados às mais diversas siglas de direita, receberam destaque nas publicações do MBL, em especial no período eleitoral de 2018, conforme evidenciado no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Recorrência das publicações de exaltação/exposição da direita



Entre as 21 unidades de análise agrupadas nesta categoria, o nome com maior recorrência de aparições é o de Sérgio Moro, totalizando 21% das postagens em referência direta. Embora não fosse filiado a nenhuma sigla, Moro foi o juiz responsável por conduzir os julgamentos em primeira instância da Operação Lava Jato, culminando na prisão e condenação de empresários e políticos, como o ex-presidente Lula (PT). Moro, que mais tarde se tornaria Ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, foi objeto de elogios frequentes por sua atuação enquanto magistrado e recebeu diversos agradecimentos por “ajudar a tornar o Brasil um país melhor”. Exaltando-o, o MBL adotava também estratégias discursivas que atacavam o PT e seus partidários frontalmente.

Figuraram também nas publicações os nomes de membros do MBL que se lançaram na carreira política, como Kim Kataguiri (DEM) e Mamãe Falei (Patriotas), ambos eleitos no processo eleitoral de 2018 para cargos no Legislativo Federal e Estadual, respectivamente. Janaína Paschoal (PSL) recebe destaque por sua contribuição no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). Assim como no caso de Sérgio Moro, Janaína foi destinatária da gratidão do movimento por ter ajudado o país a se livrar do PT.

Os atores políticos que atuaram na aprovação e relatoria da Reforma Trabalhista receberam destaque nas publicações analisadas neste recorte, dando ênfase aos ideais reformistas e de redução do tamanho do Estado professados pelo MBL, desde o momento de sua fundação, e reforçados nas campanhas e projetos de seus membros que seguiram carreira política. O

apresentador Danilo Gentili, que se tornou popular por atacar publicamente o PT ao longo dos anos, teve espaço de fala na página do movimento durante o recorte estabelecido. Na ocasião, o discurso de Gentili recebeu destaque e foi exaltado justamente por se dirigir de forma depreciativa ao partido e à sua militância.

Faz-se necessário destacar que 2018 foi o ano de maior recorrência de publicações que se enquadram na referida categoria. No período eleitoral, o MBL utilizou sua popularidade nas redes para dar espaço e visibilidade a atores vinculados ao campo da direita. Além dos nomes supracitados, tiveram evidência políticos como Bolsonaro, Zema, João Dória e até mesmo Michele, esposa do presidente eleito. Neste sentido, embora o MBL não faça campanha direta para nenhum candidato nas unidades de análise observadas no recorte temporal estabelecido por este trabalho, a validação desses nomes ante seus seguidores e o descrédito a seus opositores, em especial ao PT, sugere que as lideranças suportadas pelo movimento são alternativas eleitorais melhores e mais capazes de conduzir o país que seus opositores.

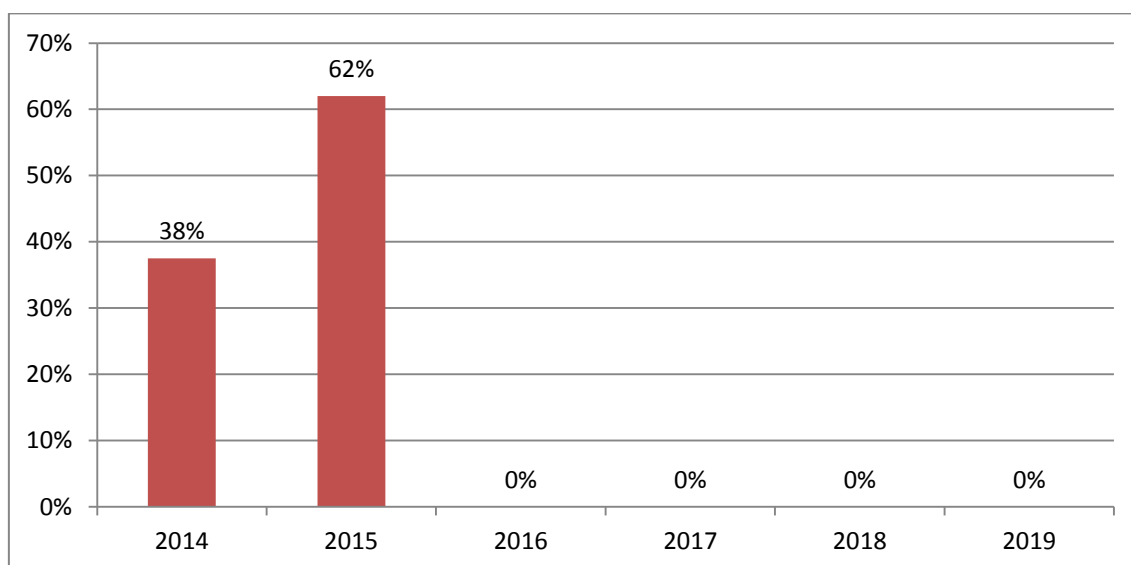
A disputa eleitoral envolve estratégias de persuasão que se encerram em debates onde se discute a situação do mundo atual (se ele está bom ou ruim) e as comparações entre os mundos futuros que podem advir conforme os resultados derivados da competição. A partir destes apontamentos, pode-se decidir sobre quem é a liderança mais habilitada a garantir a realização das propostas em um cenário futuro, conforme destacam Figueiredo *et al* (1997). Os autores ressaltam que o objetivo maior dos partidos e dos candidatos é o poder, mas para este objetivo, é necessário que conquistem os votos do eleitorado. Desta forma, as campanhas eleitorais são pensadas com o intuito de persuadir o maior número possível de sujeitos.

A linha argumentativa adotada pelo MBL se dá em função da estruturação de discursos que mostram um mundo ruim, derivado dos anos em que o PT esteve à frente do governo federal, mas que pode se tornar bom caso o partido seja afastado em definitivo da cena política nacional. Lideranças políticas à direita que convirjam no ideário sugerido pelo movimento tornam-se alternativas viáveis a receberem destaque para o grupo e seus seguidores.

5.2.4 Convocação às ruas

Foram agrupadas nesta categoria oito publicações em que o MBL dialogava em vias de convocar de forma direta seus seguidores para as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (PT). Embora os principais atos *pró-impeachment* tenham ocorrido em 2015 e 2016, a maior parte das publicações nesse eixo temático se concentrou no ano de 2015, conforme evidencia o Gráfico 6:

Gráfico 6 - Recorrência das publicações de convocação às ruas



A análise dos dados aponta para a necessidade do MBL se apresentar para seus seguidores em seus primeiros anos de atividade. As postagens convocatórias dos anos de 2014 e 2015 costumavam ser feitas por meio de integrantes do movimento, como Renan Santos, um de seus fundadores. Na retórica utilizada para convocar os simpatizantes do movimento às ruas, a necessidade de retirar o PT do poder foi a principal estratégia discursiva adotada. Ainda que novas manifestações tenham sido articuladas pelo movimento em 2016, as estratégias convocatórias adotadas se viabilizaram de forma indireta. Com um número de seguidores mais fidelizado e adaptado ao modo de ação do grupo, as publicações neste período se enquadravam mais nos eixos temáticos do antipetismo e do discurso anticorrupção.

Telles (2015) destaca que o perfil dos manifestantes nos atos pró-*impeachment* era composto, em sua maioria, por indivíduos brancos, de classe média, com alto grau de escolaridade e muito interessados pelos assuntos relacionados à política. Destaca-se ainda que os grupos nos atos convocados por grupos como o MBL utilizava a internet como principal ferramenta para se informar sobre política e, embora a maior parte não conhecesse os líderes que articularam os atos, foram convocados por eles por meio das redes sociais e aderiram aos conteúdos por eles compartilhados.

Embora os movimentos de direita sejam tradicionalmente considerados mais conservadores sob a perspectiva do comportamento social, o MBL, em uma tentativa de dialogar e atrair grupos heterogêneos da sociedade fez uso da imagem de um de seus membros para dialogar com o público LGBT. Na unidade de análise em questão, houve a explanação de que a direita e o MBL eram partidários da liberdade e a esquerda foi atacada por utilizar os homossexuais como “massa de manobra”. O tom convocatório, ainda que seja direcionado frontalmente aos homossexuais, faz um convite para que a sociedade se endireite e participe das manifestações articuladas pelo grupo.

Para além da estratégia de dialogar com segmentos diversos da sociedade, as unidades analisadas apresentam sempre, ainda que de forma menos direta, ataques ao PT e ao governo federal. Considerando o fato de que as publicações do recorte em questão foram as que apresentaram um maior número de curtidas, inferindo maior impacto e adesão de seus seguidores, entende-se que o discurso unificador de chamada às ruas foi articulado, sobretudo, com base na necessidade de combater e retirar o PT do poder.

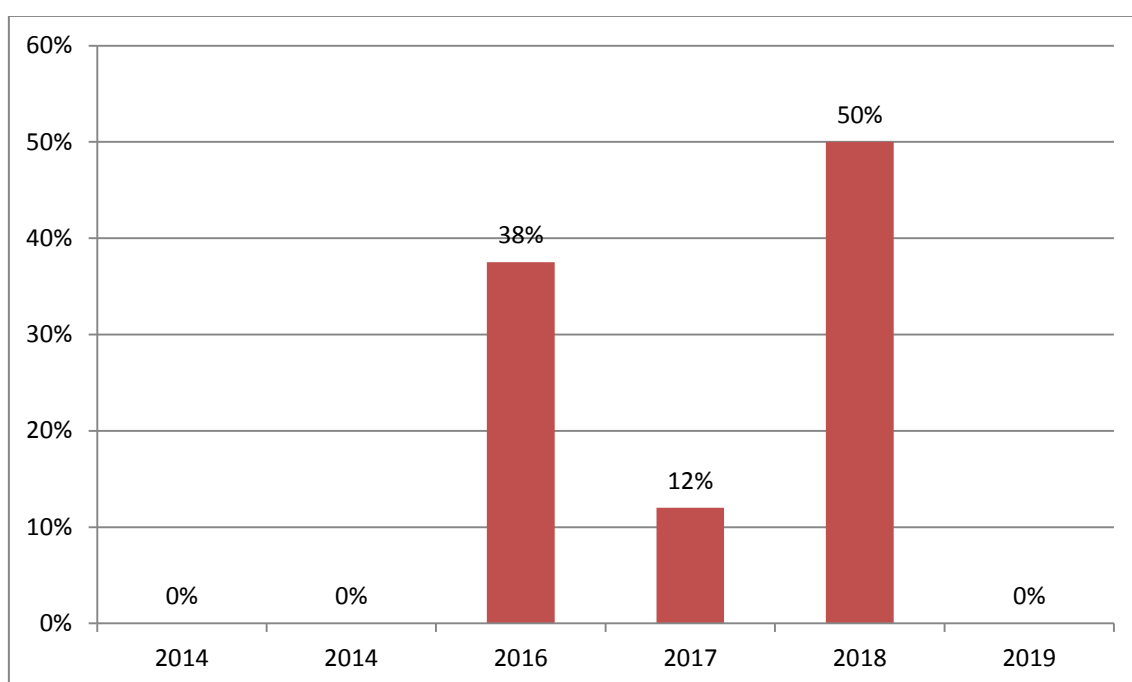
5.2.5 Discurso contra o comunismo/ditadura

As oito unidades de análise dispostas nesta categoria correspondem a uma das linhas argumentativas utilizadas com frequência pelos movimentos das novas direitas brasileiras. Miguel (2018) destaca que a confluência desses grupos se dá em função da percepção de um inimigo em comum. Neste sentido, o discurso anticomunista foi reciclado, apresentando como ameaça o “bolivarianismo” venezuelano. Apesar do centrismo de seu discurso e das práticas moderadas enquanto governo, o PT passou a ser visto como uma

encarnação do comunismo, gerando uma notável sobreposição entre antipetismo e anticomunismo.

Não por acaso, a maior recorrência de temáticas referentes à ameaça comunista ou à vinculação do PT com ditaduras ocorreu durante o período eleitoral de 2018, conforme destaca o Gráfico 7:

Gráfico 7 - Recorrência das publicações do discurso contra o comunismo/ditadura



Entre afirmações de que o PT seria responsável por financiar ditaduras comunistas ao redor do mundo, evidenciada por fotos dos ex-presidentes Lula e Dilma com lideranças de países não democráticos, foi sedimentado um discurso de que o PT seria uma ameaça a nossa democracia e que tê-lo na Presidência colocaria o Brasil em vias de se tornar uma “nova Cuba” ou uma “nova Venezuela”. Ademais, foram traçadas comparações indiretas de que eleger Haddad (PT) colocaria o país em maior risco de se tornar uma ditadura do que a eleição de Bolsonaro (na época PSL, hoje sem partido). As estratégias cotejavam desconstruir a argumentação das esquerdas de que Bolsonaro seria simpatizante da ditadura. Enquanto deputado federal, Bolsonaro homenageou na votação pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT)

o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado pela prática da tortura no período ditatorial brasileiro. É válido lembrar que Dilma, afastada da Presidência após o processo de *impeachment* em 2016, havia passado quase três anos presa e torturada durante a ditadura.

Tem-se ainda a distinção recorrente das bandeiras que representariam os grupos de direita e de esquerda. Os primeiros se apropriam com frequência da bandeira nacional e de suas cores para se manifestar, enquanto os esquerdistas usam tons de vermelho em alusão ao comunismo e ao PT, que no enredo formulado pelo MBL seriam representantes da mesma coisa.

5.2.6 Ataque aos adversários ou à política tradicional

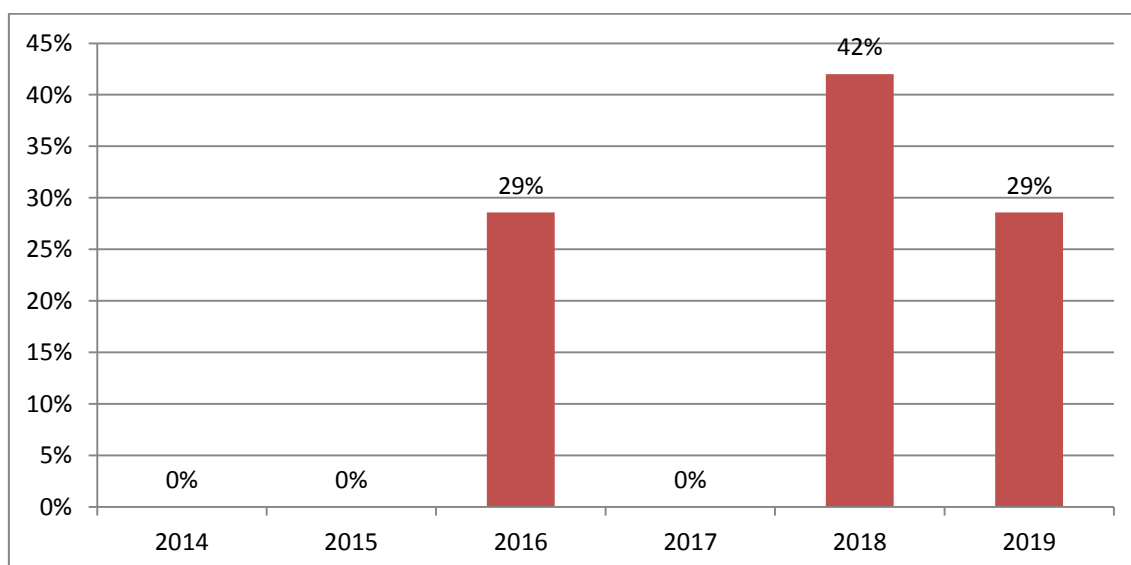
Como foi afirmado anteriormente, ainda que o MBL não faça propriamente campanha para nenhum candidato, as estratégias de persuasão adotadas pelo movimento se articulam em vias de destacar as qualidades de agentes do campo político que tenham alguma afinidade com as pautas defendidas pelo grupo e de ataque aos adversários, encarnados de modo especial por políticos de siglas à esquerda.

Entendendo a página do MBL como uma das arenas em que conversações a respeito da política são construídas, utilizando as plataformas virtuais para falar a um público expressivo, representado por seus seguidores, é tangível imaginar que sejam mobilizados discursos típicos das disputas tradicionais do campo político. Os duelos pela atenção do público ocorrem em via única, já que o grupo dá espaço apenas aos discursos que convirjam com seus próprios interesses e dialoga frontalmente com seguidores com quem há uma afinidade estabelecida. Conforme esclarece Borba (2015), esse tipo de disputa se dá em duas vias distintas: a primeira diz respeito a enaltecer suas próprias qualidades e a segunda implica em ressaltar as características negativas de seus adversários. As mensagens positivas teriam como finalidade converter indecisos em apoiadores. Já as negativas visariam converter apoiadores dos adversários, que tivessem contato com os conteúdos disseminados, em indecisos. A primeira via pode ser explicitada no tópico 5.2.3 e a segunda, pelas sete unidades de análise agrupadas nesta categoria.

As publicações analisadas nesta categoria foram condensadas nos anos

de 2016, 2018 e 2019, sendo que a maior parte delas teve recorrência mais expressiva no período eleitoral de 2018, corroborando com os apontamentos resgatados de Borba (2015). O Gráfico 8 destaca a distribuição dessas publicações ao longo dos anos estabelecidos como recorte:

Gráfico 8 - Recorrência das publicações de ataque aos adversários ou à política tradicional



As publicações referentes ao ano de 2016, período compreendido entre as manifestações contra o governo de Dilma Rousseff (PT) e a concretização de seu *impeachment*, embora não fizessem menção direta ao PT, atacaram membros de partidos que compuseram a base aliada petista, como no caso do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

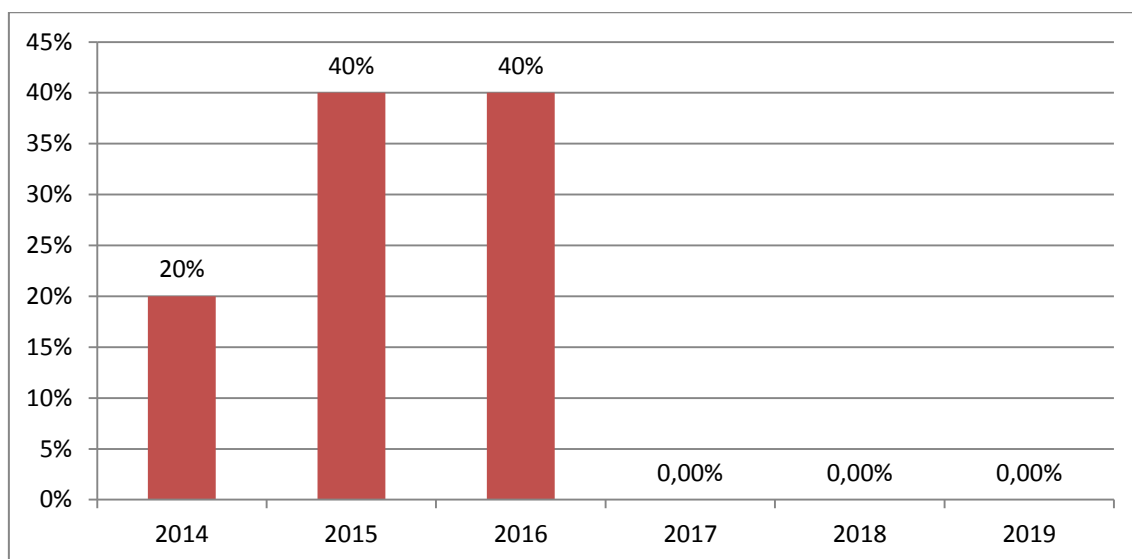
No período eleitoral de 2018, os principais alvos de ataque foram partidários da “velha política”, na qual se inserem as siglas correspondentes à política tradicional, sendo o PT e o MDB os alvos preferenciais. Os dados permitiram observar que, neste eixo temático em específico, o PT não era atacado de forma direta, sendo colocado sempre em conjunção com outras siglas. As postagens posteriores ao resultado eleitoral atacavam não apenas as práticas designadas pelo MBL como velha forma de se fazer política, como também a militância que se mobilizou nas redes afirmando que seria resistência ao governo.

Em 2019, após a posse de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), Guilherme Boulos (PSOL) foi alvo de todas as publicações associadas a essa categoria. Boulos, que foi candidato à presidência em 2018 e é membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), teve sua imagem associada ao terrorismo, ao crime organizado e a atos de vandalismo e depredação.

5.2.7 Visibilidade do MBL na mídia

Nesta categoria foram aglutinadas as publicações em que o Movimento Brasil Livre repercutia a sua presentificação nos veículos midiáticos tradicionais. Foram totalizadas cinco postagens distribuídas entre os anos de 2014 e 2016, conforme ilustra o Gráfico 9:

Gráfico 9 - Recorrência das publicações de visibilidade do MBL na mídia



A observação dos dados tornou possível inferir que o MBL utilizou o espaço midiático para se apresentar ao público e se tornar visível para além das fronteiras impostas pela ambiência virtual. O movimento tomou conhecimento mais amplo após a articulação das manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorridas entre os anos de 2015 e 2016. Não por acaso, os dados se concentram em maior proporção no referido intervalo temporal.

Nas publicações aqui agrupadas, o movimento, além de apresentar suas

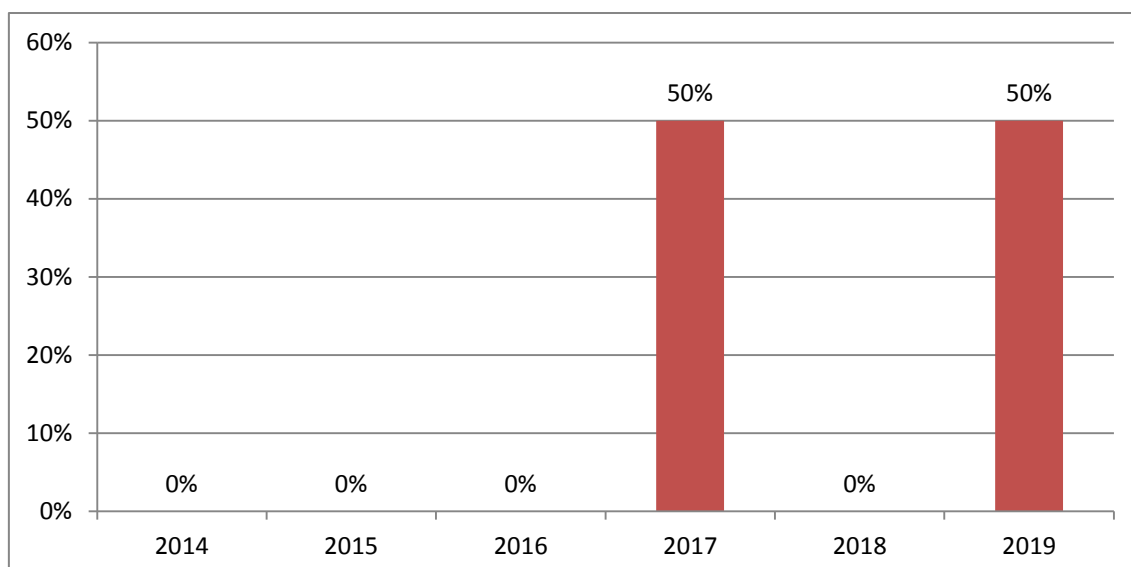
principais pautas e lideranças, recorreu ao campo da mídia para também amplificar as arenas de ataques e de atribuição de valoração negativa ao PT e aos seus atores. Foi possível observar ainda que a esfera comunicacional serviu como espaço de divulgação para as manifestações organizadas pelo movimento. Longhi e Moreira (2020) destacam que os veículos midiáticos não só veicularam os locais em que ocorreriam as manifestações, divulgando quem eram as principais lideranças por trás da organização dos atos e em que horário e local os manifestantes poderiam encontrá-los, como também atribuiu valoração positiva tanto às manifestações quanto ao público que delas participou.

A concentração das unidades de análise no período supracitado suscita ponderar a respeito da importância da visibilidade midiática para que quaisquer agentes se tornem conhecidos pelo público. Retomando os referenciais teóricos acionados no capítulo dois deste trabalho, ainda que as redes, aqui representadas pelo MBL, ocupem um lugar de destaque nas conversações estabelecidas no ambiente social, a mídia tradicional não perdeu espaço e relevância, tanto que o movimento recorreu ao campo da comunicação em seus primeiros anos de atividade para atingir a parcelas da sociedade que não estivessem restritas à ambiência virtual.

5.2.8 Apelo às políticas neoliberais

Esta categoria corresponde a uma das principais bandeiras do Movimento Brasil Livre sob a perspectiva econômica. Ao longo do período compreendido na análise deste trabalho, foram observadas quatro publicações distribuídas nos anos de 2017 e 2019, como mostra o Gráfico 10:

**Gráfico 10 - recorrência das publicações de apelo às políticas
neoliberais**



O apelo às políticas neoliberais consta entre as categorias elencadas como norteadoras do MBL desde a divulgação de seu primeiro manifesto ainda no ano de sua fundação, em 2014, destacando a defesa do livre mercado, do Estado mínimo e de pacotes de reformas nas quais se inseriam a Trabalhista e a da Previdência. Recuperando as referências acionadas no terceiro capítulo desta tese, pode-se compreender que nas políticas neoliberais o mercado seria um fator de ordenamento social e econômico, e as intervenções do Estado na vida dos indivíduos e empresas deveria ser a menor possível. Cabe ainda destacar a existência de fundações privadas que agem como divulgadoras e produtoras do pensamento neoliberal, financiando pesquisas, projetos e institutos liberais em diversos países, como é o caso da Atlas, fundação que financia o grupo Estudantes pela Liberdade, coletivo que deu origem ao MBL (GROS, 2004; ONOFRE, 2016; FRIDERICH, 2016).

A condensação de publicações nos períodos de 2017 e 2019 lança luz sobre a construção discursiva a respeito do neoliberalismo, em momentos em que os governos que estavam à frente da Presidência possuíam um conjunto de projetos e ações econômicas compatíveis com o ideário do MBL. Em 2017, as unidades de análise fizeram apologia à Reforma Trabalhista sugerida por Temer (MDB) e aprovada pelas casas legislativas, em tom de apoio, elogiosas ao governo emedebista recém-envolvido em escândalos de corrupção.

Já no ano de 2019, as publicações fizeram referência às políticas sugeridas pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, economista de formação

vinculada à Universidade de Chicago, instituição de referência do pensamento neoliberal. Embora as políticas neoliberais vertebram o MBL desde sua fundação, o fato desse discurso ter ganhado força em suas publicações em momentos que coincidem com governos de bases semelhantes evidencia a necessidade de divulgar e buscar adesão dos seguidores aos projetos e ações deles decorrentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações que se espalharam pelas ruas brasileiras ao longo dos últimos anos produziram efeitos significativos nos campos da política, da mídia e no ambiente social como um todo. A começar pelas jornadas de junho de 2013, inicialmente organizadas em função de reivindicações relativas à qualidade e ao valor do transporte público. Aos poucos, os atos foram cooptados por grupos das novas direitas e as questões de mobilidade urbana cederam lugar a discursos de aversão à política, ao petismo e à corrupção.

Sabe-se da atuação de integrantes do MBL, que ainda não existia enquanto sigla, nas manifestações de junho de 2013. Os atos, assim como as manifestações *pró-impeachment* de 2015 e 2016, foram convocados e articulados por meio das redes sociais e se tornaram o marco de fortalecimento das novas direitas, que mais tarde seriam de fundamental importância na consolidação do processo que resultou na deposição de Dilma Rousseff (PT).

Embora os atos contra o governo orquestrados em 2015 e 2016 se assemelhem ao cenário de junho de 2013 no que diz respeito ao número de pessoas presentes nas ruas e na forma de organização via redes, as demandas através das quais os eventos foram articulados são diferentes. A polarização política brasileira, acirrada no período eleitoral de 2014, quando Dilma Rousseff (PT) foi reconduzida à Presidência da República após uma disputa com Aécio Neves (PSDB), foi evidenciada na figura dos *coxinhas* e *esquerdopatas*. Direita e esquerda disputavam não apenas por espaço no poder público, mas nas ruas, nas redes e na mídia. No período entre 2015 e 2016, em meio a panelaços e a uma sociedade polarizada, setores médios da sociedade brasileira se uniram sob o argumento do combate à corrupção, clamando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (PT).

A adoção de uma retórica anticorrupção, de aversão à política e aos partidos foi vastamente utilizada pelo MBL, tanto nas redes quanto nas ruas. Contudo, estes enredos foram construídos como catalizadores de insatisfações populares heterogêneas que confluíssem para a necessidade de derrubar um inimigo comum. Por meio de palavras de ordem como “Fora, PT”, “Fora, Dilma” e “Tchau, querida”, as novas direitas, aqui representadas pelo MBL, tiveram êxito na articulação de narrativas que apontavam para o afastamento definitivo do PT do poder como a única solução para os problemas do país. Ainda que a atuação de grupos como o MBL não tenha sido exclusivamente responsável pelo enfraquecimento e desestabilização do governo de Dilma Rousseff (PT) e de sua posterior deposição, as ações organizadas pelo coletivo contribuíram para amplificar a negação da política, atrelada em grande medida ao discurso anticorrupção.

As publicações extraídas da página do MBL no *Facebook* no período de 2014 a 2019 evidenciaram que o discurso antipetista foi adotado como estratégia de unificação e adesão dos seguidores não apenas nos momentos em que objetivavam desestabilizar e retirar o PT do governo, como também nas ocasiões em que o partido representaria uma ameaça de retomada do poder. Ainda que a categoria antipetismo não tenha sido a que agrupou o maior número de unidades de análise, as demais sete categorias convergem para uma retórica de depreciação do partido, de seus agentes e da militância.

Nas menções do MBL contra a corrupção, categoria de maior recorrência, além do PT ter sido apontado como agente praticamente exclusivo na prática de ilicitudes, a forma como o grupo optou por se referir ao partido foi mais agressiva, hostil e revestida pelo ódio do que nas citações a atores políticos filiados a outros partidos. Merecem destaque os escândalos que revelaram o envolvimento dos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Messias Bolsonaro (sem partido) com casos de corrupção. Os eventos supracitados foram alvo de ampla divulgação midiática, mas geraram uma repercussão aquém do que seria esperado de um movimento que se identificava como combatente implacável de corruptos e corruptores.

Embora o Movimento Brasil Livre tenha ganhado popularidade sob argumentações punitivistas, sedimentando a teoria de que a lei valeria para todos, a análise dos dados apresentados nesta tese revela que o grupo

manifesta uma indignação seletiva, tendendo a ser condescendente com atos ilícitos cometidos por agentes do campo político com os quais possuíam maior afinidade ideológica. Ademais, houve uma adoção recorrente de estratégias de ataque a lideranças petistas nos momentos em que o cenário político nacional era tomado por investigações que não envolviam frontalmente nenhuma liderança do partido. Ainda que a *fanpage* do movimento não tenha deixado de explanar os casos de corrupção que implicaram os governos que sucederam as gestões petistas, as escolhas lexicais acionadas foram mais brandas e o tom de descrédito dado ao Partido dos Trabalhadores tornou possível inferir que a sigla seria responsável por dissensões mais graves.

Entre as unidades de análise em que o MBL fazia referência aos seus integrantes, ao ideário que os mobilizava, às lideranças ligadas a siglas da direita, nos momentos em que alcançava visibilidade midiática ou na convocação de seus seguidores para as manifestações de rua, houve a prevalência de alusões diretas ou indiretas ao PT de forma depreciativa. Neste sentido, as estratégias utilizadas no período eleitoral de 2018 são ilustrativas devido ao fato de terem dado maior evidência às candidaturas de agentes diretamente ligados ao movimento. Entretanto, eram traçados de forma concomitante ordenamentos discursivos que apresentavam o PT como financiador de ditaduras em diversos países, configurando-o como uma ameaça comunista ao país, superdimensionando o esquerdismo petista e ignorando a moderação ideológica adotada pelo partido durante a fase em que esteve à frente do governo. Destacam-se ainda os ataques frequentes aos agentes da esquerda filiados a outras siglas e à política tradicional.

As vinculações do Movimento Brasil Livre com o poder tecnocrata, evidenciada pelo financiamento dado ao grupo pela Atlas, fundação que divulga o pensamento liberal a públicos amplos em diversos países, pode ser destacada nas publicações referentes ao apoio às políticas neoliberais nos períodos em que Temer e Bolsonaro estavam na gestão do Executivo Federal. No caso específico de Michel Temer, o governo recebeu menções elogiosas em função das reformas aprovadas, mesmo após ser alvo de denúncias de envolvimento direto com a corrupção. Tendo isto em vista, torna-se possível compreender o movimento como um grupo financeiramente estimulado e politicamente motivado, cujo objetivo mais latente não está frontalmente

vinculado ao combate à corrupção.

A análise dos dados apresentados nesta tese e os referenciais teóricos que a suportam apontam para a emergência das redes como esferas importantes para a produção de conversações sobre política na sociedade. O surgimento do MBL na ambiência virtual desempenhou um papel estratégico para que as novas direitas conseguissem se articular, comunicar e criar nós entre segmentos da sociedade com discursos e aspirações semelhantes. Cabe ainda destacar que, apesar do MBL ter se apresentado para seus seguidores como apartidário no momento de sua fundação, a agenda adotada pelo movimento extrapolou as fronteiras impostas pelas ruas e pelas redes ao se lançarem na política, em oposição às aspirações iniciais expostas pelos fundadores. Por meio da infiltração de seus agentes no campo institucional, o MBL conquistou uma nova via de financiamento e divulgação de suas causas.

7 REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. Protestos contra a copa do mundo de 2014 no Brasil: quando o enfrentamento coloca as posições das forças. In: **Revista Esferas**. Brasília-DF, 2015.

ALMEIDA, J. Lula e Serra e o lugar da fala da 'mudança' em 2002. MIGUEL, L. F; BIROLI, F. (orgs). In.: **Mídia, representação e democracia**. Editora Hucitec. São Paulo - SP, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORBA, F.M. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. In: **Opinião Pública**, v. 21, p. 268-295, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro-RJ. Editora Bertrand Brasil, 2004.

CANCLINI, N.G. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara-México. Editora Calas, 2019.

CASIMIRO, F.H.C. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano (org). Editora Boitempo. São Paulo-SP, 2018.

CASTILHO, S. Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares do bairro Jacinto, Maceió, Nordeste do Brasil. In: LEITÃO, D.K;

LIMA, D.N; PINHEIRO-MACHADO, R (orgs). **Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina**. Editora AGE. Porto Alegre-RS, 2006.

CHADWICK, A. **The hybrid media system: politics and power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHALOUB, J; PERLATTO, F. **Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política**. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, outubro de 2015.

CODATO, A; BOLOGNESI, B; ROEDER, K.M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: **Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G (orgs). Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP, 2015.

COSTA, M.C.C. Liberdade de expressão e campanhas eleitorais. **Liberdade de expressão e campanhas eleitorais: Brasil 2018**. COSTA, C. e BLANCO, P. (orgs). São Paulo: ECA-USP, 2019.

DAGNINO, E. Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, E (org). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, p. 103-115, 1994.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Mato, D (org). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización**. Universidad Central de Venezuela. Caracas: FACES, p. 95-110, 2004.

DAVIS, C.A; VAROL.O; FERRARA.E; FLAMMINI.A; MENCZER.F. **BotOrNot: A System to Evaluate Social Bots**. Montreal-Canadá, 2016. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/2872518.2889302>

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Editora Relógio d'água. Lisboa, 2000.

FAGANELLO, M.A. Bancada da Bala: uma onda na maré. In: **Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G (orgs). Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP, 2015.

FEENSTRA, R; COUTO, D. **Democracia Monitorada: Internet e o potencial do jornalismo cidadão**. IV Encontro Compolítica. Rio de Janeiro-RJ, abril de 2011.

FRIDERICH, L.E. A importância dos *thinkthanks* para a divulgação do neoliberalismo no Brasil. In: **Revista Faces de Clio**, Vol. 2, N. 4. Juiz de Fora-MG, JUL./DEZ. 2016.

GOHN, M.G. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Revista**

brasileira de educação. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Editora Cortez, 2017

_____; BRINGEL, B. **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Editora Paulus, 2004.

_____. **Internet e participação política em sociedades Democráticas.** V Enlepicc. Salvador-BA, 2005.

GROS, D.B. Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. In: **RBCS** Vol. 19 nº. 54. São Paulo-SP, fevereiro/2004.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. In.: **Matrizes**, vol. 5, núm. 2, janeiro-junho, pp. 53-91. Universidade de São Paulo - São Paulo, 2012.

HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em Comunicação. In **Teorias da Comunicação.** Antônio Hohlfeldt, Luiz C. Martino e Vera França (orgs). Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2001.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Editora 34. São Paulo-SP, 2003.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência.** São Paulo, SP. Editora Aleph, 2008

KAYSEL, A. Regressando ao regresso: elementos para a genealogia das direitas brasileiras. In: **Direita, volver:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G (orgs). Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP, 2015.

LIMA, V. A. A direita e os meios de comunicação. In: **Direita, volver:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G (orgs). Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP, 2015.

LONGHI, C.R; MOREIRA, T.L. A mídia como ator político: as manifestações brasileiras de 2013 e 2015 na Folha de S. Paulo. In.: **Contracampo**, v.39, n. 1,

p. 167-178, 2020.

MACHADO, J.A. O Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos. In: **Sociologias**. Porto Alegre-RS, jul-dez 2007.

MATOS, H. Mídias, tecnologias e formas tradicionais em campanhas eleitorais: tendências e avanços. MIGUEL, L. F; BIROLI, F. (orgs). In.: **Mídia, representação e democracia**. Editora Hucitec. São Paulo - SP, 2010.

MIGUEL, L.F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. In **Revista Sociologia Política**, n. 20. Curitiba, 2003.

_____. A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano (org). Editora Boitempo. São Paulo-SP, 2018.

_____. BIROLI, F. Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil. MIGUEL, L. F; BIROLI, F. (orgs). In.: **Mídia, representação e democracia**. Editora Hucitec. São Paulo - SP, 2010.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 1995

MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** Vol. XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000.

_____. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V.9, n.2. São Cristóvão, 2007.

MOTTA, L.G. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In **Mídia, representação e democracia**. Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (orgs). São Paulo-SP. Editora Hucitec, 2010. p.137-152.

OLIVEIRA, L. A. **As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política** - um estudo comparativo das campanhas de Belo Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. Tese de doutorado (Ciências Humanas: Ciências Políticas) - Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ONOFRE, G.F. A nova direita no Brasil: o caso dos institutos liberais brasileiros. In: **Anais do XVI Encontro de História da Anpuh Rio: saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro-RJ, 2014

PERUZZO, C. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**. São Paulo: n.17, 2009.

PORCELLO, F; BRITES, F. Verdade x Mentira: A ameaça das *fake news* nas eleições de 2018 no Brasil. In.: **Intercom**. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Editora Sulina. Porto Alegre-RS, 2009.

RICCI, R; ARLEY, P. **Nas ruas – a outra política que emergiu em junho de 2013**. Belo Horizonte. Editora Letramento, 2014.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In: **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Esther Solano (org). Editora Boitempo. São Paulo-SP, 2018.

RODRIGUES, A.D. Estratégias de Comunicação. Editorial Presença. Lisboa, 1990.

_____. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOIULLAUD, M. *et al* (Orgs). **Jornal Do sentido à forma**. Brasília: Editora UNB, p.217-234, 2002

RUEDIGER, M.A. **Robôs, redes sociais e política no Brasil**: estudo sobreinterferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Editora FGV. Rio de Janeiro-RJ, 2019.

SÁDABA, T. **Framing: El encuadre de las noticias**. Buenos Aires. Editora La crujía, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ, 2001.

SANTOS JÚNIOR, M.A. **Vai pra Cuba!** A rede antipetista nas eleições de 2014. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ, 2016.

_____; ALBUQUERQUE, A. Perda da hegemonia da imprensa: a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. In.:**Lumina**. Juiz de Fora-MG, 2019.

SCARTEZINI, N. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. In: **Revista Cadernos de Campo**. 2016.

SCHERRER-WARREN, I. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. In **Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma

política emancipatória. In: **Caderno CRH**. V. 21, n.54. Salvador-BA, 2008.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In **Cidades rebeldes**. São Paulo-SP. Editora Boitempo, 2013.

SOLANO, E. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. São Paulo-SP. Friedrich Ebert Stiftung, 2018.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe – entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo-SP. Editora Leya, 2016.

SOUZA, W.Jr. O cenário da Segunda Guerra Fria e os atores das eleições de 2018. In.:**Liberdade de expressão e campanhas eleitorais: Brasil 2018**. COSTA, C. e BLANCO, P. (orgs). São Paulo: ECA-USP, 2019.

TATAGIBA, L; TRINDADE, T; TEIXEIRA, A.C.C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: **Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G. (orgs). Fundação Perseu Abramo. São Paulo-SP, 2015.

TELLES, H; Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? In.:**Interesse Nacional**, n.30, p. 28-46. São Paulo, 2015.

THOMPSON, J.B. A interação mediada na era digital. In.:**Matrizes**. V.12 - Nº 3. São Paulo –SP, set./dez, 2018.

